

III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas



Identidade Profissional e Políticas Públicas: o Diálogo Corporativo com o Estado

25 de maio de 2005

II Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas

Identidade Profissional e Políticas Públicas:
o Diálogo Corporativo com o Estado

Salvador/BA, 25 de maio de 2005.

Índice

Abertura	06
Ana Mercês Bahia Bock.....	07
Conferência: A Produção da Identidade Profissional no Diálogo com o Estado	11
Marcus Vinícius de Oliveira.....	12
Banco Social de Serviços em Psicologia: relatos de experiências de protagonismo profissional	31
I – A experiência do Banco Social de Serviços - Ana Bock.....	32
II – Panorama nacional dos projetos do <i>Banco Social de Serviços em Psicologia</i> - Maria Otacília Bastitelli.....	36
III – Tribuna dos protagonistas.....	39
1. Projeto de <i>Acompanhamento dos Usuários do Programa De Volta pra Casa</i>	39
2. Projeto de <i>Medidas Socioeducativas em Meio Aberto</i>	42
3. Projeto <i>Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego</i>	47
4. Projeto de <i>Apoio aos Familiares e Egressos do Sistema Penitenciário</i>	52
5. Projeto <i>Ética na Tv - quem Financia Baixaria é Contra Cidadania</i>	54
6. Projeto <i>Atuação dos Psicólogos nos Processos Educacionais - Conversando com quem Ensina</i>	58
Mesa Redonda: Caráter Estratégico da Informação para a Ação Político-profissional	60
Marcus Vinícius de Oliveira.....	61

Nelson Saule Júnior.....	69
Ranieri Muricy Barreto.....	75
Debate.....	86
Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas: a nova estratégia dos Conselhos para avançar na presença da Psicologia.....	103
Marcus Vinícius de Oliveira.....	104
Anexo.....	111
I. Abertura.....	112
Ana Mercês Bahia Bock.....	112
II. Apresentação institucional do CFP e do CREPOP.....	113
Marcus Vinícius de Oliveira.....	113
III. Mesa Redonda: O Estado Brasileiro e as Políticas Públicas.....	123
Tema 1: O Estado Moderno e as Políticas Públicas - Lucia Mercês de Avelar.....	124
Tema 2: Avaliação de políticas públicas: Tradições e Vícios.....	134
Paulo Calmon.....	134

Abertura

Ana Bock

Conselheira Presidente do Conselho Federal de Psicologia

Bom dia a todos. Meu nome é Ana Bock; sou a Presidente do Conselho Federal de Psicologia. Recebo vocês com muito prazer para este Seminário, que, para nós, tem sido bastante importante, tem sido algo a que nos dedicamos a organizar porque consideramos que seja um dos poucos espaços constituídos no campo da Psicologia para discutir, especificamente, a questão das políticas públicas.

As políticas públicas têm entrado em nossas tarefas como um aspecto dos mais importantes da nossa ação. Entendemos que o fortalecimento da presença da Psicologia nesse lugar e a capacitação cada vez maior dos psicólogos para poder contribuir com a construção, o controle e o desenvolvimento das políticas públicas são elementos essenciais para o desenvolvimento futuro da Psicologia na sociedade brasileira, futuro esse que significará, por um lado, emprego e possibilidade de termos os psicólogos trabalhando após cinco anos de dedicação aos estudos. Nas pesquisas realizadas, a Psicologia tem aparecido como uma das profissões mais aderentes. As pessoas gostam do que fazem, existem índices baixíssimos de inadimplência e de evasão nas faculdades de Psicologia. Até por isso, o setor privado gosta muito de investir em faculdades de Psicologia. Isso significa que as pessoas, ao escolherem Psicologia, o fazem porque gostam, e procuram o seu desenvolvimento na área. Isso, obviamente, traz uma demanda de trabalhar depois de formado. E, como cada vez o número de escolas é maior (já temos aí por volta de 550 escolas de Psicologia no País, o que significaria um contingente em torno de 600 mil estudantes em Psicologia), a necessidade de se pensar e buscar formas de

reivindicações da ampliação do mercado de trabalho é premente. Para nós, isso passa, sem dúvida alguma, pelo compromisso com as políticas públicas. É nesse campo que está a possibilidade da universalização dos serviços, da ampliação e do acesso aos serviços de Psicologia e, em consequência, a possibilidade de termos um lugar no mercado de trabalho.

É claro que não é somente essa perspectiva cooperativa que nos leva a essa área. Ela é importante, mas não existe sozinha. A luta pelas políticas públicas existe também pela vontade de universalizar o serviço da Psicologia no sentido de dar acesso a uma população que, tradicionalmente, não tem tido a possibilidade desse acesso. A Psicologia é, ainda, uma profissão muito voltada ao serviço prestado de forma privada, em clínicas, em consultórios, e pouca gente usufrui do nosso conhecimento.

A experiência do Banco Social de Serviços em Psicologia mostrou que, quando tornamos a profissão acessível, a demanda cresce vertiginosamente. A população que tem possibilidade de ter atendimento qualificado retorna, acredita no conhecimento da Psicologia, que aquilo lhe proporcione uma condição de vida melhor. Então, não podemos deixar de ter esse compromisso de lutar para que a Psicologia seja acessível, esteja ao alcance de todos aqueles que a desejam como possibilidade.

Temos, ainda, como um terceiro aspecto dessa luta pelas políticas públicas, o fato de que, em decorrência de estarmos no mercado e de colocarmos a Psicologia de forma acessível à população, isso significará um outro lugar, uma outra psicologia, um outro jeito de pensar a nossa profissão. Temos chamado esse processo de reposicionamento da Psicologia na sociedade brasileira, e isso tem a ver com toda essa luta que temos posto o nome de compromisso social

da Psicologia. Sob esse título, estão muitas ações desenvolvidas pelas pessoas, entidades, universidades, conselhos regionais e pelo Conselho Federal. Esse compromisso social, no entanto, é algo ainda pouco definido como absolutamente consensual. Há um conjunto muito grande de concepções sobre a vontade desse vínculo com a sociedade, mas o que há de comum em todas as concepções é saber que o compromisso social oculta um projeto de Psicologia que tem vínculo com a sociedade, onde desenvolve suas técnicas e práticas no sentido de responder às demandas e urgências de uma sociedade desigual, pobre, que ainda tem muito a conquistar para que possamos ter orgulho de dizer que aqui se vive em condições dignas. Portanto, compromisso social é a marca de um projeto no qual as políticas públicas se inserem.

Este, que é o III Seminário Nacional de Políticas Públicas, tem, como tema, *Identidade Profissional e Políticas Públicas: o Lugar do Diálogo das Corporações com o Estado*, e procura contribuir com o debate das políticas públicas, buscando desenvolver vários aspectos do tema e trazer sua contribuição ao introduzir novo aspecto nesse debate: a importância da sistematização de informações. Busca recolher o que temos de prática e de conhecimento, não somente da relação da Psicologia com as políticas públicas, mas das políticas públicas em geral, para que, ao reunir essas informações, possibilitemos o acesso universal de todos os psicólogos e de quem mais queira. Isso é fundamental para o desenvolvimento da Psicologia em sua relação com as políticas públicas.

Por isso, na mesa da tarde, onde estarão presentes pessoas que têm acreditado que a sistematização de informações é um aspecto importante para a construção de políticas públicas, o tema é *O Caráter estra-*

tégico da Informação para a Ação Político-profissional.

Pela manhã, começamos recebendo o Marcus Vinícius para a Conferência *A Produção da Identidade Profissional no Diálogo com o Estado*, com outro aspecto que queremos enfatizar: a importância que temos, enquanto corporação, de dialogar com o Estado brasileiro sobre os limites e as possibilidades de nossa profissão, que tem sua demarcação única, oficial, legal, na Lei nº 4.119, mas sabemos hoje que a profissão se desenvolveu muito para além dessa Lei.

Na segunda parte da manhã e na segunda parte da tarde, trabalharemos o *Banco Social de Serviços em Psicologia* e o *Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas*, dois projetos do CFP, ligados entre si. O *Banco Social de Serviços* está em processo de encerramento, e o *Centro de Referência*, em processo de abertura, dando continuidade à política que o Banco Social construiu e desenvolveu.

Então, sejam muito bem-vindos a este Seminário. Estamos satisfeitos em ver que um Seminário, antes do início de um Congresso, pôde convocar um conjunto grande de estudantes e de profissionais que vieram aqui para debater. Esperamos contribuir para o desenvolvimento de todos e o da Psicologia.

Conferência: A Produção da Identidade Profissional no Diálogo com o Estado

Marcus Vinícius de Oliveira

Conselheiro Vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia,
professor da Universidade Federal de Psicologia

Bom dia a todas e a todos. Gostaria de saudar os estudantes e profissionais aqui da Bahia e todos os que vieram de outros Estados que, de modo crescente, têm demonstrado interesse sobre o tema que nos reúne neste momento.

A tematização das políticas públicas é uma experiência relativamente recente para o grupo profissional dos psicólogos. Aliás, deveria dizer que tudo é relativamente recente para os profissionais da Psicologia. Poderia dizer que o grupo profissional dos psicólogos é relativamente recente. Sempre que vamos abordar os aspectos relacionados à existência desse grupo profissional, temos que nos reportar a sua história, que nos aponta pouco mais de quarenta anos de existência oficial em nosso país. Vocês não de convir que as pessoas de 40 anos ainda são muito jovens. Temos que defender isso com convicção. Quarenta anos é um lapso de tempo histórico bastante reduzido. Talvez, se tomamos o dinamismo que o século XX imprimiu nos processos sociais, veremos que esses 40 anos terão sido bastante intensos, de muita movimentação. Entretanto, rigorosamente, 40 anos representam um lapso de tempo histórico limitado. Portanto, todos nós, que participamos do campo da Psicologia, estamos co-construindo as definições que esse campo estabelece. Quarenta anos de processo de institucionalização de uma profissão, se comparados com tradições ocupacionais milenares como o Direito ou a Medicina, de fato teremos que 40 anos é um período curto de tempo.

Estou trazendo essa questão do caráter relativamente recente da nossa profissão não para utilizá-lo como muitos colegas o fazem, como uma espécie

de salvo-conduto para todas as irresponsabilidades juvenis de uma profissão. Toda vez que encontramos algo difícil, inacabado, malfeito, irregular no trabalho e na presença da Psicologia, podemos usar esse alibi e dizer que, afinal de contas, a Psicologia é uma profissão muito jovem. É como se fossem espécies de direitos da imaturidade. Não usarei esse argumento porque, muitas vezes, ele é utilizado para justificar nossas limitações, incompletudes, faltas. Não é minha intenção trazer aqui o tema do caráter recente da profissão para justificar qualquer coisa, até porque, a despeito de ser jovem, a profissão poderia ter tido outro desenvolvimento, sobretudo em nosso país.

Também gosto, na hora em que trabalho esse tema, de informar os colegas que, curiosamente, a legalização da profissão de psicólogo como uma profissão de nível superior é realizada, pioneiramente, em nosso país. O Brasil é o primeiro país que teve uma lei que oficializou a profissão de psicólogo, o que não deixa de ser uma curiosidade, sobretudo se nos remetermos ao fato de que isso aconteceu em 1962, período em que tínhamos um país eminentemente agrícola, com 70% da população vivendo na área rural e apenas 30% vivendo na área urbana. Portanto, tínhamos uma sociedade majoritariamente envolvida em modos tradicionais de vida. A Psicologia aparece, dessa forma, como uma novidade no processo de modernização, e parece que, desde então, não paramos de nos modernizar socialmente. Hoje, essa cifra de população está invertida. Já temos 73% da população vivendo nas cidades. Isso representa uma profunda transformação na sociedade brasileira.

O IBGE lançou uma série de dados do século XX que demonstram os processos de modernização social que a sociedade brasileira experimentou nesse período que coincide com o advento, o desenvol-

vimento e a institucionalização da profissão de psicólogo, profundamente associada aos processos de modernização social vividos pelo Brasil. É óbvio que, por isso, a profissão reflete as principais tendências e contradições colocadas nesse último período do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Fica com a cara da sociedade brasileira. As dinâmicas de desenvolvimento da Psicologia não são outras senão aquelas dinâmicas próprias do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Trazer também a informação acerca do pioneirismo da Psicologia como profissão, em nosso país, e do caráter relativamente recente dessa institucionalização tem uma outra finalidade: abordar o próprio processo de desenvolvimento, que vamos chamar aqui de corporativo, dessa área de conhecimento e de aplicação. Isso significa que, nesses mais de quarenta anos, tivemos um intenso processo de crescimento da profissão. Para vocês terem uma idéia, em 1962, ano da Lei nº 4.119/62, que cria a profissão de psicólogo em nosso país, estimava-se que tínhamos, no País, cerca de mil pessoas que, de alguma forma, exerciam algum tipo de atividade vinculada à Psicologia. Essa Lei foi implementada para regularizar, para oficializar a atividade profissional de um grupo relativamente restrito na sociedade brasileira. Eram pouco mais de mil pessoas que se intitulavam psicotecnistas ou que faziam algum tipo de trabalho envolvendo as atividades de Psicologia, inclusive porque, nessa data, tínhamos apenas quatro cursos de Psicologia no País. Então, essas mil pessoas não tinham se formado em um curso de Psicologia. A maior parte era formada ou em Pedagogia ou em Filosofia, mas tinha se dedicado às práticas relacionadas com os interesses psicológicos. Então, temos uma profissão que foi legalizada para atender um núcleo social bastante restrito.

Quando, 43 anos depois, comparamos e chegamos à cifra de 135 mil psicólogos inscritos nos Conselhos de Psicologia e trabalhamos com a informação de que, estima-se, para cada psicólogo inscrito, temos uma outra pessoa formada que não fez a opção de se tornar um profissional de Psicologia, chegaríamos à informação de que, possivelmente, teríamos 270 mil pessoas já formadas em Psicologia, e, se nós tomamos a informação trazida pela Ana, de que já temos quase 550 escolas e, estimadamente, lá cerca de 600 mil estudantes em cursos de Psicologia, muito em breve, em cinco anos, teremos por volta de um milhão de psicólogos em nosso país, o que não é pouca coisa. Isso quer dizer, que a condição de ter um título universitário não mais garantirá às pessoas o direito ao exercício profissional.

Estou iniciando com essas reflexões porque isso vai nos levar direto ao ponto que pretendo abordar: a identidade profissional. Uma profissão que cresce com essas características certamente terá, em algum momento, problemas de identidade. Se, no começo, a profissão é pensada a partir da realidade das práticas sociais por ela desenvolvidas no interior da sociedade, teremos um elenco de referências das práticas sociais extremamente reduzido e simplificado. Aqueles mil psicólogos que, em 1962, faziam alguma coisa em Psicologia, certamente, por mais ambiciosos que fossem, não tinham condição de fazer muito. A diversificação possibilitada por um grupo tão pequeno e tão recente não permitiu o desenvolvimento de muitas referências. Então, tradicionalmente, fomos profissionais, no momento da nossa criação, que tínhamos, na psicotecnia, a grande promessa social para a sociedade brasileira.

Essa promessa de instrumento que apontava como as pessoas iriam se comportar e projetava o

comportamento em um país que está em vias de modernização passa a ser uma promessa preciosa na medida em que permite, hipoteticamente, no desenvolvimento dessa sociedade, processos de racionalização do uso das pessoas – as pessoas certas nos lugares certos. A idéia de modernização está sempre associada à idéia de crescente racionalização dos processos sociais, e a Psicologia prometia ser, naquele momento, um recurso importante na racionalização desses processos. Por trás dessa idéia, está outra: a de eficiência. Quanto mais racionais forem os processos sociais, mais eficientes tenderão a ser. Digamos, então, que a promessa feita à sociedade era a de que nós, psicólogos, sobretudo através dos instrumentos de avaliação psicológica, seríamos uma profissão fundamental para o gerenciamento da sociedade no processo de modernização. Basta lembrarmos que, em 1962, estávamos a dois anos da inauguração de Brasília como capital federal, tomada como ícone dos mais importantes para a experiência de modernização social vivida pela sociedade brasileira. Havia a idéia de que poderíamos ser um País que se desenvolvesse “cinquenta anos em cinco”, como queria Juscelino Kubitschek, que rasgou o país com estradas, consolidou a indústria automobilística e construiu Brasília. Esses são traços fundamentais em um processo de modernização, na medida em que permitem a intensificação da circulação e fazem com que o País saia da franja do litoral e se interiorize, o que possibilita que o dinamismo da capital seja levado a todos os rincões.

A Psicologia, modestamente, através desses que foram os pais da profissão, que propuseram que a atividade realizada pelos psicólogos se convertesse em uma profissão e mandaram um projeto de lei para o Congresso Nacional propondo o reconhecimento dessa como atividade profissional, tinha uma aposta.

Aparentemente, essa aposta foi apoiada pelo Congresso Nacional. João Goulart, Presidente do País à época, deposto posteriormente, vetou vários artigos da Lei que regulamentou a profissão de psicólogo, e, como vocês sabem, para derrubar um veto presidencial, é preciso ter 2/3 dos votos dos deputados. Isso aconteceu pelo fato de aquelas mil pessoas serem influentes, terem poder de convencimento político, e pertencerem a uma certa elite intelectual desenvolvimentista bem relacionada nas esferas de poder social, tanto que a demonstração desse poder político derrotou o veto do Presidente da República. Tal feito é memorável, considerando-se que o grupo era muito pequeno, que suas práticas tinham presença incipiente na sociedade, operavam a partir de uma promessa e constituíam a perspectiva de uma potência virtual dessa área de conhecimento, que deveria se converter em área profissional para prestar serviço à sociedade brasileira em direção a sua modernização.

Outro dado interessante é que o Projeto de Lei que criou a profissão não foi enviado para o Congresso por uma associação de psicólogos. É verdade que foi a Associação Brasileira de Psicólogos que elaborou o Projeto. Os pais da profissão, organizados na Associação Brasileira de Psicólogos, elaboraram o Projeto, mas quem o enviou ao Congresso foi o Estado brasileiro, foi o Ministério da Educação e Cultura, ou seja, quem pediu aos deputados para legalizarem uma profissão chamada Psicologia foi o Ministério da Educação. Dessa forma, é como se o Estado estivesse, através da influência dessas pessoas às quais me referi, aceitando a aposta, dizendo para essa esfera de representação política, que é o Congresso Nacional: " - Eu quero que essa profissão exista".

Ora, esses elementos que trago são fundamentais para entendermos certas dinâmicas que irão se pro-

duzir no posterior processo de desenvolvimento do nosso grupo profissional, mas ajudam nosso entendimento sobre quais são as facilidades, dificuldades e problemas que a profissão tem enfrentado e que, neste momento, buscamos, através de um conjunto de ações, reverter. Então, trata-se, em verdade, de considerarmos esse elemento fundamental para o diagnóstico das dificuldades que a profissão de psicólogo tem encontrado no decorrer de seu processo de desenvolvimento na sociedade brasileira.

A definição de profissão não é muito simples. A própria Sociologia das profissões tem encontrado grande dificuldade no plano conceitual. A idéia da existência de profissões como espaços privilegiados no mundo do trabalho é uma idéia mais ou menos comum e corrente. Admite-se que as profissões, do ponto de vista da hierarquia das ocupações, constituem uma esfera de privilégios na participação nesse mundo do trabalho, ou seja, estamos afirmando que o capitalismo é fundado sob a lógica da exploração do trabalho; a lógica que organiza o processo de produção capitalista é a lógica da exploração do trabalho, que incorpora a obrigação do trabalho para todos, exceto para os beneficiários da extração da mais valia. É a teorização de Karl Marx que diz que o homem é livre para vender sua força de trabalho.

Nesse quadro ocupacional do capitalismo, as profissões refletem um certo tipo de ocupações que têm um conjunto de privilégios na sua forma de expressão social e em sua própria prática social. Vários autores concordam ao afirmar que as profissões são grupos de elite na sociedade. A característica das profissões é que sejam um saber técnico bastante sofisticado, somente acessível através de um processo especializado de formação, propiciado por certos núcleos universitários. Somente se pode ser um neurocirur-

gião fazendo o curso de Medicina e depois realizando todo um treinamento em neurocirurgia. Não dá para improvisar como neurocirurgião, mas ser um agente de limpeza, qualquer um pode ser. Essa é a diferença fundamental para definir algo como profissão: o caráter complexo do conhecimento e das técnicas que estão envolvidos com o próprio processo de produção dessa profissão.

Se consideramos que as profissões têm essas características, como podemos explicar que algumas delas se desenvolvam mais ou menos do que outras?

Somente o fato da complexidade não é suficiente. Assim, entramos em um conjunto de outras definições que ajudam a entender porque algumas profissões são mais bem sucedidas do que outras. Entre esses critérios para interpretar o sucesso do desenvolvimento das profissões, encontramos alguns elementos fundamentais:

1. O fato de que esse fazer somente possa ser satisfeito por aquele grupo profissional, e não por outro grupo qualquer.

Vão pensando, aí, na Psicologia: Será que somente os psicólogos podem fazer? Temos uma clientela cativa? O que fazemos, dificilmente outra pessoa que não tenha passado pelo rito iniciático da formação universitária é capaz de fazer também? Se a resposta for sim, estaremos descobrindo uma das primeiras dificuldades para que a Psicologia possa se fortalecer como profissão.

Não podemos esquecer que, em todas as livrarias, há obras do Freud. Qualquer um pode ler, interpretar essas obras e achar que, a partir de então, tem condição de se improvisar como psicólogo. Nossas técnicas são apreensíveis, sem, necessariamente, ter que se passar por um curso de Psicologia. Os conteúdos

teóricos que sustentam essas técnicas são acessíveis, haja vista a indústria de auto-ajuda que prolifera hoje na qual um certo tipo de referência do nosso saber é colocado à disposição da sociedade, mesmo que de forma simplificada.

Termos uma clientela específica não está muito sob nosso controle. Certo procedimentos que fazemos podem ser feitos pelo administrador, pelo pedagogo, pelo médico, pelo padre. Enfim, existe um conjunto de agentes sociais que poderiam fazer o que fazemos, e não temos controle sobre isso. Essa profissão, no dizer de alguns, foi precocemente criada pela lei, pois, do ponto de vista sociológico, aquelas condições próprias do desenvolvimento de uma profissão não estavam dadas, tanto que não foi consenso a idéia de que a Psicologia devesse virar uma profissão. Algumas pessoas entendiam que a Psicologia deveria se desenvolver, exclusivamente, como uma ciência, e que deveríamos ser, portanto, produtores de conhecimento, colocados à disposição daqueles que precisassem do conhecimento psicológico para aplicá-lo, da mesma forma como faz a Pedagogia, que produz um conhecimento e o coloca à disposição dos professores. Alceu Amoroso Lima, por exemplo, dizia, em função de suas relações religiosas, que era um absurdo “mundanizar” como técnica aquilo que tratava da alma e do espírito.

Outros, no entanto, defendiam o fato de o conhecimento psicológico não exigir, necessariamente, que as pessoas que o aplicam sejam os agentes de produção do conhecimento. Qualquer um pode aplicar os conhecimentos psicológicos, mas ao criar a profissão de psicólogo, fizemos a opção de, ao mesmo tempo, sermos produtores e aplicadores de conhecimento, opção que estabeleceu um certo fazer técnico associado à produção de um tipo de conhecimento cientí-

fico. Hoje existem 130 mil psicólogos, com a indicação de que, em futuro não muito distante, existirão um milhão de psicólogos.

2. O grau de controle que os profissionais têm acerca do ingresso de novas pessoas no grupo da profissão.

Trabalhamos hoje com o conceito de universidade livre, aberta, onde qualquer cidadão pode pleitear formação, por isso, é muito importante, para as corporações, que elas possam controlar o ingresso ao conhecimento. Somente assim é controlado o mercado, o valor do trabalho, já que, na lógica capitalista, a raridade determina a possibilidade de um custo mais elevado para um determinado produto.

Mais uma vez, pensamos em nossa situação como psicólogos e facilidades do desenvolvimento da profissão: Qual é o grau de controle que nós, enquanto grupo profissional, temos sobre o ingresso de novas pessoas em nossas corporações?

O problema grave desse processo é que esse grupo se constituiu com referências esparsas, as da psicotecnia aplicada ao mundo do trabalho e ao mundo da educação. Esse conceito de dizer que a Psicologia é uma profissão de saúde é uma reinterpretação dos agentes que foram produzidos nesse processo. Originalmente, essa concepção de Psicologia como saúde era muito periférica. É fato que, na Lei que criou nossa profissão, não se faz sequer alusão ao trabalho dos psicólogos na saúde nem qualquer alusão ao trabalho dos psicólogos na psicoterapia. Psicólogo, como um ser formado para fazer psicoterapia, parece natural. A Lei nº 4.119/62 afirma que a atividade privativa do psicólogo é a solução de problemas de ajustamento. É isso que os pais da profissão acharam que nós íamos fazer. Eles não poderiam prever que, no final dos

anos 60, iríamos invadir a área dos médicos e dominar e tornar hegemônico o mercado da psicoterapia, inclusive porque a psicoterapia sequer estava colocada como promessa e como perspectiva.

Esse repertório restrito de possibilidades reais de atuação e o caráter intenso de multiplicação dos profissionais gera, no final da década de 70 e início dos anos 80, uma fase na qual o discurso da Psicologia se caracteriza pela crise da identidade. Essa crise é a multiplicação de agentes em um formato muito “picotado” de práticas, em um recorte muito estreito, lançados em uma sociedade que, em seu processo de transformação, especialmente dos ideais sociais, já não recebia aquele formato com a mesma boa vontade de antes.

Assim, temos um primeiro elemento, que é o da crise de identidade.

O segundo aspecto ligado a esse mesmo tema é o da falta de consciência de pertença ao grupo profissional. Uma corporação produzida a fórceps, diria, de uma forma quase artificial, que não tem uma história processual de acúmulo de desenvolvimento, é lançada ao mundo e terá enorme dificuldade de reconhecer o outro como seu parceiro. Temos a produção de uma corporação em si.

Quem diz o que é uma boa prática em Psicologia? Quem está autorizado? Todos estão nivelados. Todos nós somos iguais. Formamo-nos em Psicologia na mesma época, sem muitas referências, e cada um tem a liberdade de tentar se afirmar a partir de sua individualidade. Ora, isso é um desastre para uma corporação profissional. Como se pode, socialmente, fazer avançar esse processo e consolidar-se na sociedade se não há uma opinião comum entre as pessoas?

Em um certo serviço de Psicologia aqui da Universidade, tive um contato com um diretor médico que

dizia existir um problema ali porque os psicólogos deveriam participar do trabalho com os exames pré-admissionais. Havia cinco psicólogos, e cada um deles fazia uma avaliação completamente diferente da do outro, e pediu-me, que não trabalhava lá, para preparar um estudo de padronização da atividade para que fosse imposta aos psicólogos, incapazes de construir um consenso sobre o que deveria constar de um relatório de exame pré-admissional.

Isso é extremamente problemático do ponto de vista da apresentação social dessa profissão. Não conseguimos estabelecer um consenso mínimo. É a isso que chamo de crise de autoridade. Quem sabe o que é bom ser feito? Todos fazem, e tudo é bom ao mesmo tempo.

Essa situação cria, por outro lado, um comportamento paranóico no interior do grupo profissional: o de denunciar a má qualidade da prática alheia. Na medida em que não há uma referência forte, comum, que possa balizar a prática profissional, estabeleço que a minha prática é referência e que a do outro é desorganizada e inadequada. Esse é um péssimo clima para quem tem o trabalho de se tornar um grupo profissional, constituir-se enquanto corporação, sobretudo se não há tradição anterior. O papel da tradição institucional é permitir que os novos ingressem em um patamar de acordos estabelecidos dentro do grupo e neles se enquadrem.

Então, vivemos uma fase de problemas relativos à autoridade, nos quais a grande questão era o enquadramento dos profissionais em algum tipo de regra coletiva. Isso é fundamental para oferecer uma percepção social mais coerente da profissão. Assim, procedimentos muito díspares convivem sem que se tenha como estabelecer uma referência comum. Com isso, não oferecemos, socialmente, uma projeção de

imagem que seja parecida com a que gostaríamos que a sociedade tivesse de nós. Hoje, quando falamos que a sociedade não nos percebe, não nos entende, não compreende o quanto somos úteis, necessários e importantes, não podemos desconsiderar que temos uma história de produção dessa imagem social, derivada de uma construção feita, alienadamente, nos conceitos e práticas de cada um.

3. A relação da profissão dos psicólogos com o Estado.

Esse é o último ponto sobre o qual poderíamos pensar, ao lado da produção de uma ideologia profissional comum, que fortaleça essa imagem na sociedade. É um tema sobre o qual podemos exercer algum controle, mas para trabalhar com ele, deve-se pressupor a existência de algum tipo de êxito na produção da corporação como uma corporação para si.

Comecei esta conferência abordando essa questão ao contar como nossa profissão foi criada. Temos, lá no início, o primeiro movimento que nos tornou profissionais oficiais, no qual um determinado tipo de relacionamento político foi mantido por um grupo dessa corporação, ou por suas entidades representativas, com a esfera do Estado. Efetivamente, esse grupo estava vinculado através de relações de pertença, por sua condição de pertencer à elite intelectual do País. Falo, aqui, relações políticas de natureza elitista. As elites convivem entre si e influenciam-se reciprocamente. Então, estou dizendo que, no início de nossa profissão, a nossa relação com o Estado se deu através de uma relação elitista personalista. Algumas pessoas que acreditavam no projeto da profissão têm relações no interior do aparelho de Estado a partir de seus poderes políticos pessoais, de suas vinculações institucionais, de seu poder contratual pessoal,

e valem-se desse poder para viabilizar uma ação no interior do Estado. Falo também de um modelo de natureza clientelista, no qual sou amigo do rei e, por isso, consigo o que quiser. Dessa forma, podemos pensar que a Psicologia inicia sua relação com o Estado a partir desse tipo de característica.

Posteriormente, esse modelo de relacionamento logra êxito e começamos a produzir os psicólogos. As faculdades crescem, e, dez anos depois, tínhamos 25 mil psicólogos, e, 20 anos depois, existiam quase 50 mil psicólogos. Incrementamos esse processo.

Em dezembro de 1972, acontece novo evento político importante para a representação social da nossa profissão: a criação dos Conselhos de Psicologia. Outra vez é o Estado que dá uma “mãozinha” para alavancar a caminhada desse grupo; é o Estado apostando no papel social desse grupo. Mais uma vez, registramos um processo de natureza patrimonialista, elitista e com as demais características que descrevi anteriormente. A criação do Conselho significa um espaço de fiscalização, de regulação, de maior controle de um certo grupo indicado pela categoria, podemos dizer, de uma certa elite profissional que ocupa esses lugares de representação para formular um projeto político para a categoria.

E a lei de criação dos Conselhos, por mais que fosse desejada por muitos dos quase 20 mil psicólogos existentes à época, somente acontece por uma questão fortuita. Uma parente do Felinto Müller, aquele que era chefe da polícia política do Getúlio Vargas, que, em 1972, em plena ditadura militar, era um senador da República, tinha se formado em Psicologia. Solicita, então, ao Senador, a elaboração de uma lei que proponha a criação de um conselho para regular a profissão. Felinto Müller, então, faz o projeto de lei. E morre. O Congresso Nacional, para homenagear o

recém-falecido Senador, aprova o projeto sem muita discussão. Assim, a criação de nosso Conselho é uma homenagem daquele Congresso Nacional da ARENA, o maior partido político do Ocidente, todo controlado pelos militares. Enfim, foi um presente dado para sua família, pois, a partir de então, a parenta passou a exercer uma profissão que tem Conselho.

A criação do Conselho gera um movimento de organização dos psicólogos, através de associações que passam a lutar com o objetivo concreto da instalação desse Conselho. Assim, acontecem vários encontros de psicólogos para nos organizarmos politicamente a fim de ocupá-lo e de definir quem iria fazer parte do Conselho, ser sua composição, representá-lo. O Conselho de Psicologia passa a ser também uma tentativa de pôr fim ao “faroeste”, porque começa a ser um lugar de autoridade e de busca de organização.

O Conselho recém-criado, logo em seguida, dá provas desse modo de relação política da categoria com o Estado. Em 1974, concede o título de psicólogo honorário a Emílio Garrastazu Médici. O mais brutal dos torturadores da ditadura militar ganhou, de presente dos psicólogos, a condição de psicólogo honorário porque era o ditador de plantão que assinou e promulgou a lei apresentada por Felinto Muller.

Esses são exemplos de uma forma de relação com o Estado. É um modo de obter benefícios para a corporação. É a maneira de a corporação se relacionar na busca do fortalecimento da sua presença social. É uma forma elitista, que passa por uma relação pouco democrática, na qual a corporação não precisa ser corporação para si, mas apenas um espectro que sustenta essas pessoas e as direções dos Conselhos de Psicologia em uma posição de sua representação.

Não vou aqui detalhar a história política das várias fases pelas quais os Conselhos passaram e foram, em

um crescendo, produzindo a possibilidade de esse grupo profissional se reconhecer, a ponto de termos aqui uma platéia cheia de pessoas que desejam discutir políticas públicas e relação com o Estado. Essa produção coletiva que estamos fazendo aqui é uma novidade, e é novo que nós, psicólogos, paremos para discutir esse tema. Não estamos falando aqui de complexo de Édipo. Isso aqui é a possibilidade de que nós, como corporação profissional, como coletivo, possamos nos interessar por esse tipo de dinâmica e pelo aspecto da relação de seu grupo profissional com o Estado, porque, efetivamente, nenhuma profissão pode desenvolver-se e fortalecer-se socialmente sem colocar, em sua agenda, um determinado modo de relação com o Estado. Como disse a vocês, isso pressupõe que tenhamos resolvido um pouco o problema de como essa corporação se organiza como um coletivo, com dinâmicas políticas de reconhecimento de identidade.

Todos esses fatores se produzem ao mesmo tempo. A democratização do Estado, representada pela Constituição de 1988, e a luta democrática que precede a Constituição abrem espaço, por exemplo, para a implantação do SUS como política pública de extensão de direitos aos cidadãos brasileiros. O fato de existir essa política pública cria a possibilidade de que os psicólogos possam participar dela. Participando como um coletivo, no começo haverá diferenças, mas, muito rapidamente, será percebido que, mais do que a linha teórica que sustenta a prática de cada um, o que interessa é uma determinada performance, uma determinada execução de competência técnica no interior daquele sistema.

Também será perceptível e real o fato de que as pessoas que precisam de atendimento não perguntam qual a sua formação. Vamos descobrindo, assim,

que a prática profissional do psicólogo não se guia pelas correntes teóricas, mas por determinados desafios em que as dinâmicas assistenciais nos colocam, e as tensões das disputas entre os feudos, entre as paróquias teóricas vão sendo abandonadas. Surge, então, a percepção de que existe uma outra construção política a ser estabelecida. Essa construção política é de uma determinada representação profissional diante do Estado. Vamos ter, como aconteceu em São Paulo, em Minas Gerais, na Bahia, encontros dos psicólogos da saúde pública, nos quais os profissionais se reúnem para outros debates.

Então, na medida em que os psicólogos desenvolvem um determinado relacionamento político na esfera das políticas públicas, vão se construindo como corporação profissional, vão produzindo suas identidades. Isso se reflete na quantidade de entidades reunidas no Fórum Nacional de Entidades da Psicologia Brasileira, no qual há uma Associação Brasileira de Psicologia Jurídica, que somente se desenvolveu no Brasil como área técnica, como temática e como teoria na medida em que o Estatuto da Criança e do Adolescente foi implantado como exigência, ao definir que a criança era prioridade. Muitos processos exigiam a ajuda de psicólogos. Esse tipo de processo da legislação introduz a necessidade de que o psicólogo participe da política pública, e, na medida em que participa, se organiza e cria a Associação Brasileira de Psicologia Jurídica, por exemplo. Nesse processo, temos construído algo de nossa identidade e temos transformado aquele território bastante confuso e pantanoso em exercícios profissionais que, vinculados às políticas públicas, tendem a ter determinados delineamentos.

Então, no essencial, poderia resgatar a trajetória de como, nos anos 80, no período pré-Constituição,

nosso Conselho de Psicologia retomou uma perspectiva de luta, e de como, no começo dos anos 1990, adotamos uma estratégia de enfrentamento com o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que vetou, no novo Código Nacional de Trânsito, o exame psicotécnico. Mais uma vez, os psicólogos derrotaram o Presidente. 2/3 dos deputados derrubaram o veto do Presidente e reintroduziram a necessidade de avaliação psicológica. Lembro isso para mostrar que novamente teve importância essa condição elitista de nosso grupo profissional, esse poder político pessoal, mas, nesse caso, diferentemente de 1962, quando e apenas teve importância o vínculo elitista, houve manifestações públicas, luta organizada e pressão social da categoria profissional.

Poderia falar, ainda, de como o enfrentamento das questões da reforma psiquiátrica e das diretrizes da educação contou com manifestações públicas de psicólogos. Em muitos momentos, isso foi visto como novidade, porque éramos tidos como profissionais apolíticos, despolitizados e desmobilizados, incapazes de realizar ações políticas.

Para concluir, gostaria de falar dessa fase em que, depois de estabelecer um relacionamento político com o Estado, baseado no personalismo e no elitismo, avançamos e chegamos a um outro patamar de debate sobre a participação dos psicólogos nas políticas públicas.

Refiro-me, especificamente, ao *Banco Social de Serviços*, que vai mostrar um outro modo de a Psicologia se representar politicamente diante do Estado e diante da sociedade, um modo que não é mais clientelista, nem do enfrentamento político, nem da mobilização direta. É um modo da organização da competência e da compreensão institucional de que, se essa profissão quiser continuar sendo profissão,

necessariamente, terá de desbravar o terreno das políticas públicas, subutilizado como espaço de atuação profissional, e, desbravando esse terreno com consistência e com qualidade de intervenção, produzi-se-á a possibilidade de que esse um milhão de psicólogos que está por vir terá lugar de atuação, porque a sociedade brasileira tem 60 milhões de pessoas carentes, tem problemas sociais enormes e muito graves, para os quais, certamente, a Psicologia, como área de conhecimento, tem muito a contribuir. Não há problema que os psicólogos cresçam em número. O problema é desenvolver estratégias através das quais saíamos da queixa e passemos para a negociação com o Estado, buscando possibilidades de inserção da Psicologia como profissão que presta serviços necessários e fundamentais para a sociedade brasileira.

Muito obrigado pela atenta e paciente audiência.

Banco Social de Serviços em Psicologia: relatos de experiências de protagonismo profissional

I. A experiência do *Banco Social de Serviços*

Ana Bock

Conselheira Presidente do Conselho Federal de Psicologia

A melhor forma de contar como atua o Banco Social de Serviços em Psicologia é ouvir o *Banco*. Isso significa ouvir as experiências das protagonistas. Assim, Maria Otacília e eu faremos uma exposição inicial, curta, para criar o panorama onde as ações foram desenvolvidas.

O *Banco Social* surge na linha aqui colocada pelo Marcus. Não é preciso repetir muita coisa, mas apenas a idéia que ele usou para finalizar sua fala: sair da queixa para a negociação com o Estado. Tínhamos, nos anos 80, algumas iniciativas na linha da queixa que destacavam o não reconhecimento, pela sociedade, da importância da Psicologia. Então, naquele período, foram tomadas algumas iniciativas, como, por exemplo, criar um adesivo para carros: “Psicologia, pense nisso hoje”. O Conselho Regional de São Paulo contratou a Eva Vilma para falar no horário nobre, no dia 27 de agosto, em homenagem aos psicólogos, sobre o que é Psicologia, e para dizer às pessoas que deviam procurar psicólogos, reconhecer a importância da Psicologia. Tudo típico da linha da queixa. Era muito comum todos os Conselhos Regionais fazerem, no Dia do Psicólogo, algo parecido com isso, que entendemos superado. Estamos em outro momento, e, nele, o *Banco Social de Serviços* é simbólico.

Um dos critérios para a construção dos projetos era o reconhecimento de alguma área na qual a Psicologia tivesse acumulado competência e que o tempo tivesse restringido. Era uma experiência de estágio ou de uma universidade, ou era algum psicólogo em alguma trincheira, resistindo bravamente para desenvolver um projeto.

Outro critério foi detectar onde estavam as urgências brasileiras de desenvolvimento de alguma política pública na qual a Psicologia não estivesse presente de uma forma significativa.

Então, era o casamento da necessidade de algum setor da sociedade brasileira com a importância de uma política pública que vinha sendo desenvolvida ou que achássemos que deveria ser desenvolvida em outra direção, ou que estivesse se desenvolvendo bem, mas sem a inclusão da Psicologia para podermos ir de encontro às necessidades com nosso conhecimento e nosso saber profissional.

Esse tripé, políticas públicas, reunião de competências e urgências brasileiras foi o que gerou a proposta do *Banco Social de Serviços em Psicologia*. Tinha como pressuposto o fato de a Lei nº 4.119 ter ficado, de certa forma, pequena para acolher a profissão que se desenvolveu nesses mais de 40 anos e a necessidade de dizer à sociedade que sabemos fazer muito além da legislação, atuar em muitos campos, inclusive naqueles restritos pela Lei. Então, ou se muda a Lei ou se negocia com a sociedade e com o Estado brasileiro o fato de os psicólogos terem ultrapassado o previsto na legislação.

Foi por causa de um momento nacional que a sociedade brasileira escolheu um outro projeto para o País, quando havia “sinais de novos ventos” que apontaram o desenvolvimento de um projeto que vinha sendo gestado. Assim, decidimos procurar o Governo, que estava com o discurso e a vontade da transformação, e, por isso, foi escolhido para oferecer a competência acumulada pelos psicólogos e a possibilidade de a Psicologia estar incluída nos serviços públicos. Isso nos levou a procurar órgãos públicos federais para oferecer nosso trabalho. No início, houve dificuldades, porque todos acreditavam que está-

vamos lá para pedir. Então, destacávamos que nossa presença era para oferecer serviços em Psicologia a fim de melhorar a condição de vida no Brasil. Foi com esse discurso que conseguimos ser ouvidos por muitos ministérios e realizar parcerias importantes. Digo, sem falsa modéstia, que não realizamos mais porque limitamos o trabalho a seis projetos. Apareceram muitas demandas, e agora procuramos canalizá-las para o *Centro de Referências Técnicas em Psicologia*.

Então, no processo, procuramos o Ministério da Saúde, a fim de oferecer colaboração para o programa *De Volta pra Casa*, que contribui para a desospitalização dos pacientes psiquiátricos.

Oferecemos, à Secretaria Especial de Direitos Humanos, o *Projeto de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Com ele, destacamos os prejuízos da internação nas FEBENS e mostramos as possibilidades alternativas a isso.

Com o Ministério do Trabalho e Emprego, realizamos o programa que talvez tenha tido maior repercussão. O projeto *Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego* foi o primeiro a ser implantado, e caracterizou-se, na colocação, como possibilidade dessa ajuda a esses trabalhadores.

O *Projeto de Apoio a Familiares e Egressos do Sistema Penitenciário*, realizado com o Departamento Penitenciário Nacional, foi acolhido com muita expectativa, porque, em um primeiro momento, oferecíamos o trabalho de fazer a avaliação psicológica para progressão de pena, e foi em debates como este, envolvendo familiares e sociedade, que definimos o apoio psicológico para a família e para quem estava sendo solto.

Juntamente à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, que tem uma campanha chamada *Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania*, da qual

já participávamos com outros movimentos que têm buscado a democratização da comunicação, encontramos uma demanda a ser respondida pelos psicólogos. Assim, desenvolvemos o projeto *Ética na TV*, que tem tido muitas repercussões.

E, por fim, o *Projeto de Atuação dos Psicólogos nos Processos Educacionais*, com o Ministério da Educação, representou a busca de dar visibilidade a novos fazeres que as universidades vinham criando. Em muitos lugares, especialmente nas universidades, a prática dos psicólogos nos processos educacionais vinha sendo criticada, e a busca da superação de uma prática clínica, individualizante, que responsabiliza as crianças pelos fracassos, levou-nos a oferecer ao Ministério da Educação uma nova forma de pensar a Psicologia que contribuísse para os processos educacionais.

Esse conjunto de seis processos constituiu o *Banco Social de Serviços em Psicologia* e aglutinou um número grande de interessados, que se ofereceram para acompanhar o trabalho. Desse conjunto, outro número se ofereceu para trabalhar, e um número menor efetivamente trabalhou, porque a própria possibilidade do Conselho de gerenciar esse projeto não é extensa e ampla o suficiente para abarcar o conjunto de profissionais que se ofereceram para atuar no *Banco Social*. Fomos obrigados a dar um passo do tamanho de nossas pernas.

Então, o Banco restringiu a um projeto, para dar força a essa corporação na construção de seu discurso específico na sua função social e na possibilidade de contribuição para a sociedade brasileira, aliado à idéia do desenvolvimento de políticas públicas, que devem ser universalizadas para propiciar o acesso da população brasileira àquilo que se acumulou como possibilidade de serviços que respondam a direitos

sociais. O *Banco* veio oferecer aquilo que diz respeito à competência acumulada pelos psicólogos.

II. Panorama nacional dos projetos do *Banco Social de Serviços em Psicologia*

Maria Otacília Batistelli

Coordenadora do *Banco Social de Serviços*

A experiência do *Banco Social de Serviços em Psicologia* foi bastante ampla e rica; foi onde nós, psicólogos, pudemos participar de outras práticas profissionais que foram além das tradicionais, com presença em vários setores da sociedade o que contribuir com as políticas públicas.

a) Dados gerais:

Quantidade de CRPs que implantaram o <i>Banco Social</i> *	13
Psicólogos inscritos	5.630
Psicólogos protagonistas	1.980
Psicólogos atuantes	336
Parcerias realizadas	55
Pessoas beneficiadas	5.593
Atendimento médio	17

* (RS, SC, SP, MS, MG, GO, DF, BA, SE, PE, PB, RN, CE, PA)

b) Projetos desenvolvidos:

1. Projeto *Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego*

Projeto de grande aceitação e grande adesão.

Parceria federal: Ministério do Trabalho e Emprego

Psicólogos inscritos	633
Protagonistas	154
Parcerias	18
Usuários atendidos	5.040
Cidades em que o Projeto ocorreu	19

2. Projeto *Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*

Projeto com maiores dificuldades para implementação devido à municipalização das medidas socioeducativas. Em muitos locais, esse processo de municipalização ainda não foi implementado. A posição do Sistema Conselhos é de atuar em sistemas de meio aberto, então, a atuação se deu em medidas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

Parceria federal: Secretaria Especial de Direitos Humanos – Subsecretaria da Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescente	
Psicólogos inscritos	448
Protagonistas	47
Parcerias	15
Usuários atendidos	193
Cidades em que o Projeto ocorreu	6

3. Projeto *Acompanhamento ao Usuário do Programa De Volta pra Casa*

No início, esse Projeto foi de grande aceitação, mas o sistema Conselhos trabalha na perspectiva da desinstitucionalização psiquiátrica. Para isso, é preciso que existia o projeto de residências terapêuticas, o que não ocorre em muitos Estados, daí a dificuldade de atuação neste Projeto.

Parceria federal: Ministério da Saúde	
Psicólogos inscritos	437
Protagonistas	50
Parcerias	14
Usuários atendidos	27
Cidades em que o Projeto ocorreu	4

Os três Projetos a serem expostos a seguir foram desenvolvidos a partir de agosto do ano passado, por isso ocorreu um número menor de envolvidos nos mesmos.

4. Projeto *Atuações dos Psicólogos nos Processos Educacionais*

Parceria federal: Ministério da Educação	
Psicólogos inscritos	155
Protagonistas	45
Parcerias	6
Usuários atendidos	308
Cidades em que o Projeto ocorreu	3

5. Projeto *Apoio aos Familiares e Egressos do Sistema Penitenciário*

Implementado apenas em São Paulo.

Parceria federal: Ministério da Justiça-Departamento Penitenciário Nacional	
Psicólogos inscritos	83
Protagonistas	8
Parcerias	2
Usuários atendidos	25

6. Projeto *Ética e Televisão: Participação na Campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania*, da Câmara Federal

Parceria federal: Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal	
Psicólogos inscritos	95
Protagonistas	32
Parceria	1
Pareceres de programas televisivos	6
Cidades em que o Projeto ocorreu	3

Nossa experiência com o *Banco Social* mostrou a importância da atuação dos psicólogos nas diferentes áreas, bem como a importância da preparação do psicólogo para uma atuação mais ampla. Para isso, inclusive nos relatórios de finalização do *Banco*, constarão sugestões para a incorporação de novas cadeiras nos cursos de Psicologia, o que propiciará uma formação além das questões psíquicas.

III. Tribuna das Protagonistas

1. Projeto de Acompanhamento dos Usuários do Programa *De Volta pra Casa*

Renata Ferreira de Oliveira

Conselho Regional de Psicologia – 4ª região

Em Minas Gerais, o Projeto foi lançado em março de 2004. Posteriormente, aconteceram encontros para debates, visitas de serviços de saúde mental, serviços substitutivos e, então, em junho de 2004, começamos o trabalho na Clínica Serra Verde, hospital provado,

conveniada ao SUS e supervisionado pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

Quero compartilhar com vocês o resgate da história clínica de uma senhora, atendida pelo Projeto do *Banco Social*. Comecei a atendê-la em agosto e esse atendimento se deu até novembro de 2004.

De acordo com o prontuário da Clínica Serra Verde, Ana fora internada há 17 anos, em 1988, por apresentar quadro sintomatológico de heteroagressividade, distúrbio de conduta, agitação psicomotora, desorientada alto e halopsiquicamente, higiene precária, taquipsiquismo, hipominésia, ideação de cunho persecutório, delírio de ruína, puerilidade poliqueixia, logorréia, com diagnóstico de psicose não orgânica, não especificada – UF 29.

Cinqüenta e três anos, solteira, analfabeta, sem filhos, é curatelada pela irmã. Morou, quando moça, no Vale do Jequetinhonha. Afirma ter morado na roça, onde ajudava a carregar mamão, abóbora, laranja e café.

A família começou a estranhar o comportamento de Ana, pois saía pela roça afora e só voltava no fim do dia. Foi ficando cada vez mais alheia e passou a descuidar da higiene pessoal. Ana diz que foi recomendada pelo farmacêutico de sua cidade, porque seu caso carecia de tratamento forte. Então, toda a família mudou para Belo Horizonte com o intuito de favorecer o atendimento a Ana.

Frente à proposta de sair do hospital e morar em residência terapêutica, mostrou interesse, observando apenas que não sabia cozinhar. Conta que as outras pacientes têm inveja, pois não sabem cantar feito ela, são sem ritmo. Cita constantemente a palavra asseada: “Sou uma menina sempre limpinha. Sou uma menina alegre. Não conheço as ruas. Paciente do 10 faz raiva demais, pois grita demais. Tomo remédio

com fé em Deus, e vou dormir.” Declara ser moça pura e nunca ter recebido o corpo de um homem. Relato de conteúdos erotizados: “Esses homens de pau de ferro, de porco, aquele trem feio. Aqui quem tem educação mais direitinho sou eu. Posso ficar sem almoço e nem jantar. Quando a pessoa me faz raiva, não dou pinição. Ali tem um paciente tarado em mulher.”

Enquanto Ana esteve internada, foram realizadas 15 visitas à Clínica Serra Verde, distribuídas em quatro meses. Era preciso um trabalho de preparação para a alta. Sobretudo, era intrinsecamente necessário escutá-la, conhecê-la, criar um vínculo de confiança, estabelecer um papel de mediadora entre a instituição hospitalar e a cidade, para então efetivar a alta.

Durante o processo de preparação de alta, realizamos passeios à Lagoa da Pampulha, ao Estádio do Mineirão, almoços, visitas aos serviços residenciais terapêuticos e ao SERSAM (a CAPES).

As visitas às residências terapêuticas foram essenciais para que Ana percebesse que cada um dos moradores, todos egressos hospitalares, com seu jeito de ser, testemunhavam que a convivência ali é fruto de uma real possibilidade de laço social.

Ela mantinha boa relação com a equipe clínica do Serra Verde e com as outras colegas com quem dividia o quarto.

Foi trabalhada a questão do que seria uma casa. Sua resposta “uma casa é viver bem, tem três quartos, sala, cozinha, banheiro, e o resto a gente vai treinando”, lembrou-nos o ensinamento de Lacan, de que, na esquizofrenia, a palavra é a coisa.

Ana estava bastante ansiosa. Suas malas estavam prontas duas semanas antes da alta. Perguntava se os moradores da residência terapêutica eram bravos, se poderiam derrubá-la da escada, se bisbilhotariam suas coisas, pois, se assim fosse, não gostaria de ir para

lá. Essa garantia não podíamos dar a ela. Parecia estar com receio de se arrepender e querer voltar para a clínica. Talvez, uma dificuldade de fazer um corte, um rompimento, o que já era esperado. Depois acalmou-se. Perguntava como seria caso passasse mal ou precisasse ser medicada. “Cadê o médico?” Explicava a ela que poderia acontecer a qualquer um precisar de médico, e nem por isso ele estaria dentro de nossa casa, *a priori*.

Sobre a questão da alfabetização, afirma que tem vontade de aprender a escrever, mas não tem paciência, não quer mexer com isso, pois força a cabeça e quem já tem problema pode piorar. Que seja respeitada sua vontade.

No momento da alta, a paciente apresentava quadro clínico estável, orientada com crítica, pensamento coerente, higiene pessoal preservada, com autonomia para cuidar de si, sem história de tentativa de auto-extermínio. No momento, não tem como administrar o próprio dinheiro, mas tem condições de ir ao banco e aprender, aos poucos, a utilizar a moeda que, para ela, é o milhão, o cruzeiro.

Possui totais condições de locomoção, comunicação verbal e coordenação motora, sem nenhum quadro de saúde que requeira cuidados especiais.

Lembrei-lhe da continuidade de tratamento que teria no SERSAM. Ficou feliz quando comentei que o seu caso havia feito sucesso nesse serviço, e que teria suporte de várias pessoas para ajudá-la nesse momento de sua vida. Começamos a registrar suas rimas e cantorias, pois tem forte interesse em cantar as músicas regionais do Vale do Jequetinhonha, muito rica culturalmente. Comentava que gostaria de morar na minha casa e pedia para não deixá-la sozinha. Estou tentando, até hoje, manejar a transferência, no sentido de incluir nesse papel (...) uma rede de pessoas

que estão e estarão envolvidas no processo.

Em 14 de novembro de 2004, aconteceu a alta de Ana, e levei-a para o serviço residencial terapêutico, a Casa da Concórdia. “Não é ruim, não. É melhor do que lá.” Era essa sua opinião. Havia deixado xerox de documentos, relatório médico e medicamentos para os cinco dias subseqüentes com a hospedadora da casa, que também prestou grande ajuda na chegada de Ana. Hoje já temos documentos originais e estamos buscando o benefício de volta para casa.

Naquela ocasião, os moradores da Casa da Concórdia decidiram, em reunião, fazer um churrasco de boas vindas para Ana, mas depois foi considerado que seria melhor deixar passar alguns dias de convivência na casa.

Após 15 dias de estada na SRT, Ana sofre uma queda da própria altura, o que a leva a permanecer com gesso por dois meses. No entanto, ela passou por isso com uma reação surpreendente. Tivemos dificuldade em contar para a família devido à preocupação de esta interferir negativamente no processo, o que realmente aconteceu. As desconfianças sobre os cuidados prestados a Ana foram o argumento utilizado pela família para contrapor que, no hospital psiquiátrico, jamais acontecera semelhante episódio. Nossa preocupação era que um possível conflito com a família pudesse prejudicar o processo de reabilitação inicial. Os parentes não a visitaram nos dias que se seguiram. Nesses dois meses de perna quebrada, ficou impedida de visitar a cidade. Mesmo depois disso, demonstra pouco interesse em sair da SRT, e sua relação com os outros moradores da casa é variável. Critica o comportamento dos homens e implica com os hábitos de higiene dos mesmos. Fala que alguns jogam cigarros no chão, que o outro urina na roupa e esconde, que a outra se troca na frente dos homens

com desavergonha, que a fulana, preterida pelos cuidadores, não conversa mais com ela por inveja, mas que, acima de tudo, o alimento que recebe é muito, “não é lavagem, igual ao do hospital”, que ciclana tem cuidado de sua roupa, já que não pode fazer muito esforço por causa da recuperação, que tem escutado sua radiola e fica feliz com isso. Gosta de cantar e se orgulha por Deus ter colocado aqueles versos em sua cabeça. Que a família, de vez em quando, resolve aparecer, gosta do pé de manga ao lado da casa, gosta dos cuidadores.

A intenção inicial de continuidade de tratamento no SERSAM está sendo repensada. Ana estranhou o mundo do SERSAM, por mais habituada que estivesse a conviver com a loucura. Sempre preferiu lugares mais calmos e mais tranquilos. Está bem na SRT, onde o ambiente tem favorecido seu jeito de estar na vida.

A prescrição dos remédios tem sido efetuada normalmente, visto os técnicos do SERSAM conhecerem de perto a realidade dos serviços residenciais terapêuticos e os visitarem eventualmente.

Quando Ana fica insegura, explico que estarei por perto quando precisar. Não é necessário explicar muito a ela. Pela sua sabedoria, vivenciou tudo isso. Ainda não conseguimos obter o benefício de volta para casa, mas o movimento não pára e há muito por vir.

2. Projeto de *Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*

Daniela Lisboa Machado

Conselho Regional de Psicologia – 2ª região

Adolescente e o futuro: nenhum a menos

a) Panorama do Projeto

Parceria: Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Objetivos:

- Contribuir para os projetos de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, de acordo com os pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente;

- Contribuir para a formação e a atuação crítica dos psicólogos que atuam com adolescentes em conflito com a lei;

- Contribuir para a construção de uma rede articulada de serviços, objetivando a inclusão de jovens em sua comunidade.

Público-alvo

1. Adolescentes autores de ato infracional que estejam cumprindo medidas socioeducativas.

Propostas de intervenção

- Oficinas temáticas: privilegiar a participação comunitária dos jovens e estimular a inserção na rede de instituições e serviços da coletividade;

- Oficinas de arte e cultura: estimular o encontro dos adolescentes com diferentes manifestações culturais, artísticas e valorizadas expressões da cultura juvenil;

- Projetos de vida: auxiliar na construção de seu projeto de vida no presente e no futuro, considerando seus recursos, habilidades e potencialidades.

2. Família dos adolescentes:

O trabalho aconteceria no fortalecimento das famílias como referência, apoio e proteção ao adolescente.

3. Profissionais das entidades:

Suporte emocional aos técnicos, com a qualificação do acompanhamento dos jovens e o favorecimento da discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente e das políticas na área.

b) Desenvolvimento:

Local: Olinda

Parceria: Secretaria de Políticas Sociais da Prefeitura de Olinda

Projeto: *Atendimento do Adolescente em Conflito com a Lei*

População atendida em 2005	
Adolescentes – entre 15 e 20 anos	62
Cumprindo liberdade assistida	38
Prestação de serviços à comunidade	02
Cumprindo as duas medidas	22

Equipe:

- Psicólogos, advogados, assistentes sociais, pedagogos e educadores sociais.

Cronograma:

Setembro/2004: início do projeto;

Outubro e novembro: observação e diagnóstico da instituição, com o acompanhamento de várias atividades, dentre as quais acolhimento e recepção do adolescente, reunião multidisciplinar, inserção e monitoramento escolar e de prestação de serviços, grupo de jovens e supervisão de educadores.

Dezembro: Continuidade da observação do grupo de jovens e apresentação do *Projeto de Intervenção do Banco Social de Serviços em Psicologia*.

Janeiro/2005: recesso

Mudança nos gestores do Município

Fevereiro e março: reajuste do Projeto

Abril: reinício efetivo do Projeto

Junho: término do Projeto

Recorte do Projeto: grupo de jovens

Justificativa:

Atividade isenta do controle institucional, na qual se criava um ambiente favorável para as atividades socioeducativas e o trabalho psicológico tinha as condições mais favoráveis para o desenvolvimento da criatividade.

Destaques do grupo:

- Sigilo, pois o grupo não era obrigado a cumprir a medida socioeducativa;
- Ambiente acolhedor;
- Linguagem nivelada, o que possibilitava a comunicação;
- Interesses comuns.

3. Projeto Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego

Lílian Resende

Conselho Regional de Psicologia – 3ª região

Parceria: Secretaria do Trabalho

Organograma:

Início: janeiro/2005

Término: junho/2005.

No folder que apresenta os Projetos do *Banco Social*, há o *slogan Há sinais de novos ventos* e essa mensagem permeia todo o nosso trabalho de protagonistas.

Características do trabalhador em situação de desemprego:

- Impotência individual;
- Carência do sentido de vida;
- Ausência de normas;
- Perda de pontos de referência, tempo e espaço;

-
- Distanciamento cultural;
 - Isolamento social;
 - Apatia;
 - Empobrecimento relacional;
 - Problemas familiares;
 - Adoecimentos físicos.

Objetivos:

- Oferecer apoio psicológico para o enfrentamento da situação de desemprego;
- Colaborar com a constituição de uma rede de sociabilidade;
- Enfatizar o desemprego como macroestrutural, e não derivado de inadequação pessoal;
- Encaminhar, quando necessário, para espaços de sociabilidade e atendimento psicológico e psiquiátrico;
- Contribuir para a formação dos psicólogos na área de trabalho: desemprego.

Orientações:

- Trabalho com grupos abertos e fechados;
- Quatro encontros (um em cada semana).

Divulgação:

- Postos do SINE.

Temas:

- Quais os motivos/hipóteses que formulam sobre o fato de estarem desempregados?

Daria a percepção se as pessoas se responsabilizam e culpabilizam pelo desemprego ou entendem o que é uma situação macroestrutural.

- Quais os efeitos que o desemprego imprime em suas vidas?

Traria informações para o debate sobre as condições físicas, psíquicas e sociais dos trabalhadores.

Resultados gerais esperados:

- Maior integração e adequação da rede de serviços existente para o atendimento dessa população;
- Ampliação da divulgação e debate sobre desemprego estrutural;
- Oferecer novos modelos de programas para o fortalecimento de políticas públicas na área;
- Ampliação do campo de atuação do psicólogo no setor.

Resultados específicos esperados:

- Promoção da saúde mental, o que os fortaleceria para o enfrentamento da situação de desemprego;
- Ampliação e apropriação de sua rede pessoal, social e de serviços;
- Ampliação e transformação da compreensão sobre desemprego.

Execução do Projeto:

CRP-03, sob a coordenação de Leonardo Silveira.

Parceria: Secretaria de Trabalho, Ação Social e Esporte do Estado da Bahia – SETRAS.

Local de aplicação: *Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo* – PATRA.

Desafios:

- Encaminhamento dos trabalhadores: como o local do trabalho não era o mesmo onde os trabalhadores se apresentavam, havia a necessidade de deslocamento ao PATRA e problemas no encaminhamento. Assim, houve necessidade de desenvolver um trabalho com a equipe de atendentes dos postos do SINE.
- Grupos formados por trabalhadores autônomos: como o local era de atendimento de trabalhadores

autônomos, eles começaram a fazer parte do trabalho. Com isso, precisamos adaptar o trabalho e passamos a funcionar com grupos abertos, pois os trabalhadores autônomos não participavam de todos os encontros.

Apesar do novo desenvolvimento do Projeto, a demanda para a discussão do enfoque da situação de desemprego também surgiu, pois os sujeitos eram trabalhadores autônomos, insatisfeitos com a falta de um trabalho formal com carteira assinada, como eles mesmos destacavam.

Situações inusitadas:

- Pessoas que souberam do trabalho que estava sendo realizado e se apresentavam com o currículo em mão, julgando que fosse uma entrevista de emprego.

- Solicitações para que toda a família participasse, expressando a necessidade de apoio a toda a família. Em alguns casos, outros membros da família se integraram ao grupo.

- Relato de pensamentos suicidas. Com a expressão de angústias e dores, chegou-se à expressão de pensamentos suicidas em decorrência da situação vivida.

Questões abordadas:

- Problemas familiares;
- Cobrança interna e externa por estarem desocupados em casa;
- Falta de motivação para o lazer;
- Afastamento social e depressão;
- Reflexão acerca do futuro e de um projeto de vida que favorecesse a mobilização para a retomada dos estudos, para a busca de estratégias destinadas ao fortalecimento dos contatos e clientela no trabalho autônomo, e o incentivo de uns aos outros para persistir na conquista do sonho;

- Discussão de questões ligadas à insatisfação com a instituição à qual estão ligados;

- Reflexão sobre as novas formas de trabalho que têm aparecido em função da atual conjuntura socioeconômica do Brasil e a forma de lidar com isso;

- Mobilização para reivindicações de melhorias relacionadas às insatisfações;

- Reflexão acerca da passividade e queixas relacionadas à situação em que se encontram.

Enfim, o projeto inicial teve um reenquadramento em virtude do público, que trazia outras questões além do desemprego.

Aprendizados importantes:

- Lidar com as frustrações causadas pelos imprevistos, sendo maleável no planejamento e na organização;

- Vivenciar o trabalho com grupos abertos;

- Lidar com a adaptação do foco do Projeto.

Considerações finais:

O Projeto trouxe pontos positivos para aqueles que se beneficiaram do trabalho e para nós, os protagonistas.

Oferecemos um novo modelo de programa para o fortalecimento das políticas públicas, o que amplia o campo de atuação do psicólogo no setor e a divulgação e o debate sobre desemprego estrutural.

Houve ampliação da divulgação, proporcionada pela mídia impressa e televisiva. Essa repercussão permite que hoje já elaboremos um projeto que preveja remuneração e que será levado à Secretaria do Trabalho e a um outro Município que manifestou interesse pelo projeto.

Incentivamos todos para que não perdessem a oportunidade de participar de um projeto voluntário. Essa é uma forma de ampliar os contatos, as experiências, de desmitificar nossa profissão e oferecer nossos serviços a pessoas que não têm acesso a eles.

4. Projeto de Apoio aos Familiares e Egressos do Sistema Penitenciário

Mônica Soligueto

Conselho Regional de Psicologia – 6ª região

Objetivos:

Com relação ao egresso, propiciar-lhe um espaço para que ele possa ressignificar sua vivência prisional e se redescobrir enquanto cidadão.

Com relação aos familiares, dar um espaço para que possam expressar seus sentimentos em relação à vivência prisional e falar sobre as conseqüências de ter um familiar preso.

Outros:

- Identificar e fortalecer as políticas públicas existentes nessa área, em São Paulo;
- Criar um novo espaço de atuação para o psicólogo junto a esse público.

Parceria:

Banco Social de Serviços em Psicologia, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Administração Penitenciária.

Histórico:

Os atendimentos aconteceram nas dependências da Secretaria de Administração Penitenciária.

Começaram em novembro de 2004, com previsão de término em junho de 2005.

Desenvolvimento:

Em princípio, a intervenção junto aos egressos seria realizada em grupo. Isso não foi possível, porque percebemos uma grande resistência, por parte do grupo,

a esse tipo de trabalho. Assim, realizamos uma reformulação e os atendimentos passaram a ser individuais. São quatro encontros, com duração de 45 minutos. Ao final desses encontros, ocorre uma avaliação conjunta, e, havendo necessidade, o egresso é encaminhado a um atendimento já existente na comunidade.

Percepções:

- Ansiedade pela inserção no mercado de trabalho;
- Necessidade de retomar os laços afetivos estabelecidos anteriormente, principalmente com esposas e filhos;
- Expressão do desejo de não falar sobre o espaço prisional;
- Estrutura fraca onde se apoiar para superar as dificuldades e problemas.

Trabalho com os familiares:

Conseguimos realizar o trabalho em grupo. São grupos de 15 pessoas, e os encontros têm 90 minutos de duração. São realizados oito encontros, com temas pré-estabelecidos pelos psicólogos, com flexibilidade para ouvir as necessidades. No final dos encontros, em havendo necessidade, os familiares são encaminhados aos serviços já existentes na comunidade.

Percepções do trabalho realizado com os familiares:

- Estão tão presos quanto o detento. Sentem-se tão estigmatizados quanto o familiar preso e esquecem-se de dar continuidade à própria vida;
 - Trazem problemas de saúde e transtornos emocionais;
 - Aumento dos problemas familiares;
 - Resistência em aceitar o delito que foi praticado pelo preso. Agem na busca de justificativas, e não de responsabilização;
-

-
- Sentimento de culpa por parte das mães;
 - Ansiedade para que o familiar deixe a prisão;
 - Vontade de apoiar o familiar na volta à sociedade, desde que se mostre disposto à reintegração social;
 - A vivência prisional é assunto constante, com dificuldades de abordagem de outros temas.

Conclusões:

- Tanto o egresso quanto o familiar possuem uma vivência estigmatizada muito forte, difícil de ser superada e que se torna marca na vida de todos os envolvidos;
- Expectativa grande quanto à reintegração à sociedade;
- Dificuldade de reintegração vinda do fato de que, na verdade, essas pessoas nunca fizeram parte, realmente, daquilo que chamamos sociedade;
- Importância de a Psicologia criar um espaço sobre a reflexão da vida prisional e suas conseqüências para buscar a melhoria do sistema penitenciário atual e criar ações que visem a evitar o encarceramento.

5. Projeto *Ética na TV – Campanha Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania*

Maria de Fátima Nassif

Conselho Regional de Psicologia – 6ª região

A Campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania* é iniciativa da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e existe há alguns anos, com atuação de vários parceiros, como sindicatos e organizações não-governamentais.

Objetivos da Campanha:

- Promover os direitos humanos nos meios de comunicação;
-

-
- Estimular a discussão pública sobre a qualidade da televisão;
 - Estimular a participação dos cidadãos na programação televisiva.

Objetivo específico:

- Criar condições de melhoria da programação por meio de pareceres técnicos, o que influenciará diretamente os financiadores dos programas que sejam sensíveis a associar os nomes de seus produtos a determinados programas.

Princípios:

- Baseados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em dispositivos legais internos, como a Constituição Brasileira, o ECA, acordos internacionais que visam à redução de preconceitos e discriminação contra as minorias e dispositivos legais, nacionais e internacionais voltados para o uso da comunicação.
 - Fazer uma análise crítica da programação;
 - Influenciar a qualidade da programação como exercício de um direito de cidadania. Não se trata de censura.

Projeto *Ética na TV*, do *Banco Social de Serviços*:

Objetivo específico:

- Auxiliar a Campanha na elaboração de pareceres técnicos, tendo em vista os parâmetros teóricos da Psicologia e os princípios da Campanha.

Desenvolvimento da Campanha:

- A Campanha tem canal aberto com o público, que pode apresentar reclamações através da internet, do telefone e de cartas;
 - A partir das denúncias, é elaborado um ranking com os programas mais denunciados;
 - Os programas são encaminhados aos especia-
-

listas, que avaliam as reclamações e elaboram os pareceres que serão encaminhados à coordenação da Campanha;

- Em sendo aprovados os pareceres, são realizados contatos com os diretores dos programas de televisão, em busca de modificações;

- Em caso de insucesso, são feitos contatos com os patrocinadores.

Resultado:

As Casas Bahia, por exemplo, decidiu não mais patrocinar o programa do João Kleber para não ter o nome associado a um programa que pode trazer prejuízos pela não aceitação do público.

Desenvolvimento da Campanha:

- Leitura do livro *Manipulação na Grande Imprensa*, de Perseu Abramo, como base niveladora de algumas discussões no grupo;

- Acesso, para estudo, a pareceres anteriores da Campanha;

- Exercício de observação crítica de programas de televisão, com posterior debate;

- Definição do foco de atuação;

- Acompanhamento sistemático dos programas definidos para o trabalho: a novela *Senhora do Destino*, da Rede Globo, e o programa *Tardes Quentes*, apresentado por João Kleber, na Rede TV;

- Elaboração de pareceres sobre os dois programas, em fase final de elaboração;

- Os dois programas citados, ficaram sob a responsabilidade do CRP-06. O CRP-04 acompanhou o programa da Xuxa e o desenho animado Dragon Ball. O CRP-01 teve outra incumbência.

Conclusões:

- O trabalho representou, ao mesmo tempo, um grande desafio e uma grande riqueza.

- Desafios:

1. Heterogeneidade do grupo. Pessoas que não se conheciam, com especializações diferenciadas, com referenciais teóricos diferentes.

2. Estávamos falando de nós mesmos, enquanto consumidores de mídia, muitas vezes de forma alienada. Ainda precisamos exercitar o olhar mais crítico para fazer pesquisas e desenvolver teorias a respeito desse assunto, que permeia toda a vida privada e toda a vida pública da sociedade.

- Riqueza:

1. A heterogeneidade proporcionou debates produtivos, e a diversidade promoveu riqueza de ideais;

2. O acesso a produções específicas, a bibliografia e as pessoas que desenvolvem trabalhos relacionados à mídia foi fundamental;

3. O grande mérito do Conselho foi reunir pessoas que têm a preocupação e o interesse, mas não têm espaços, em seu trabalho ou em seu campo de estudo, voltado para esse assunto;

4. A certeza de que essa foi somente uma introdução a um trabalho de longo prazo. Foi evidenciada a necessidade de aprofundamento desse tema, trazendo-o à categoria e destacando a importância de colocar, entre suas preocupações, as questões relacionadas à mídia e sua influência sobre a subjetividade, a intersubjetividade, a identidade social, a circulação de valores. A própria Psicologia como ciência é influenciada pela mídia.

6. Projeto Atuação do Psicólogo nos Processos Educacionais – Conversando com quem Ensina

Rosana Fernandes

Conselho Regional de Psicologia – 6ª região

Parceria Nacional: Ministério da Educação

Parceria em São Paulo: Secretaria Municipal de Educação

Objetivos:

- Valorizar a formação e a atuação crítica do psicólogo que atende a demanda educacional;
- Enfatizar o papel ativo do professor, do coordenador e da equipe de gestão de escolas públicas.

Público-alvo:

- Direção, coordenadores pedagógicos, professores e funcionários de escolas municipais do ensino fundamental.
- O Projeto por nós desenvolvido teve lugar em uma escola da periferia da zona sul de São Paulo, com 1.500 alunos e dois anos de existência.

Participantes do grupo:

- Oito professores e uma coordenadora pedagógica.

Demandas identificadas:

- A distância dos pais das atividades escolares;
- A agressividade crescente das crianças.

Proposta de intervenção:

- Grupos de discussão e reflexão sobre os principais problemas apontados;
 - Propostas de ações coletivas;
 - Oito encontros de uma hora e meia, nos meses de outubro e novembro de 2004.
-

Estratégias:

- Dinâmicas de grupo;
- Discussões de textos;
- Atividades individuais.

Percepções:

- Forte tendência em apontar causas externas à escola;
- Dificuldade de percepção e compreensão dos problemas de forma coletiva.

Avaliação final:

- O psicólogo tem o papel de orientador e mediador à medida que incita o diálogo e a busca das possibilidades de solução através dos próprios protagonistas;
- O trabalho levou o grupo a refletir sobre a coletividade e a forma de buscar soluções no trabalho conjunto.

Observações:

- O contexto possibilitou apenas oito reuniões, tempo que não foi suficiente para maior aprofundamento dos debates;
- Os resultados foram positivos;
- Em São Paulo, ocorreram outras seis experiências nessa área, e os resultados foram parecidos.

Ana Bock:

Quero agradecer em nome do Projeto do Banco Social e dos Conselhos de Psicologia a todos os protagonistas que desenvolveram esses trabalhos, aqui representados por esse coletivo, que nos trouxe a partilha dessas experiências, históricas para nossa categoria.

Mesa Redonda: O Caráter Estratégico da Informação para a Ação Político-profissional

O Caráter Estratégico da Informação para a Ação Político-profissional

Composição da Mesa:

- Ranieri Muricy Barreto – supervisor técnico do DIEESE da Bahia
- Nelson Saule Jr. – Instituto Polis
- Marcus Vinícius de Oliveira – UFBA, Vice-presidente do CFP

Coordenação de Mesa:

- Ana Mercês Bahia Bock – Presidente do CFP

I. O Caráter Estratégico da Informação para a Ação Político-profissional

Marcus Vinícius de Oliveira

Professor da UFBA, Vice-presidente do CFP

Boa tarde a todas e a todos. Quando tivemos a informação de que a Maria Helena Machado não poderia estar conosco, combinamos que eu faria uma rápida apresentação dessa questão do ponto de vista das necessidades da corporação profissional dos psicólogos.

Pela manhã, tive a oportunidade de apresentar a vocês uma versão acerca da história da constituição do grupo profissional dos psicólogos e tive a oportunidade de alertar para as duas esferas de governabilidade que os profissionais de determinada profissão podem exercer no sentido de fazer expandir a presença e organização social desta profissão. Fiz referência, exatamente ao aspecto que diz respeito à capacidade de auto-organização política, que envolve o conceito de produção de um grupo profissional, usando aí a fórmula marxista de interpretação da realidade política da classe trabalhadora, da condição de grupo profissional em si para uma condição de grupo

profissional para si, ou seja, o esforço da produção de uma organização política que significa também a produção de uma voz coletiva, de uma referência comum para esse grupo profissional. Esse elemento é fundamental para produzir uma certa identidade. Foi esse tema que trabalhei com vocês, ao lado do tema que diz que, na medida em que um grupo profissional consegue avançar nesse processo de auto-organização, também consegue estabelecer melhores condições para exercitar um diálogo político com o Estado, e, nesse diálogo político, possibilitar melhor desenvolvimento de sua presença social.

Especificamente, a eficiência do relacionamento de um grupo profissional com o Estado vai depender de variados aspectos que podem interferir na qualidade do diálogo político de um determinado grupo profissional com as esferas do Estado. Não tenho aqui como analisar todos os aspectos, mas, certamente, as estratégias políticas desse grupo, como esse grupo pensa a sua ação política coletiva, que depende da história da experiência política que esse grupo tenha realizado, são elementos fundamentais. Nesse quesito, mais uma vez, para nós, psicólogos, essa questão se torna problemática, porque temos uma tradição muito incipiente de organização política coletiva. Esbarramos em uma debilidade que precisa ser revertida. E aí, aplica-se a consigna bíblica, que diz que “a quem tudo tem, tudo será dado, e de quem nada tem, tudo será tirado”. Quanto mais limitada é nossa capacidade de organização, mais desorganizados somos, e quanto mais conseguimos nos organizar, mais condição de aperfeiçoar nossa organização temos. Existe aí um ponto de inércia, para que, da condição de desorganizados, passemos à condição de organizados, que é difícil de ser superada. Uma vez organizados, temos, cada vez mais, a capacidade de nos tornarmos mais

sofisticadamente organizados. Então, a qualidade da história da experiência de organização é um ponto delicado. Quanto mais organizada uma categoria, mais capacidade de fazer representar seus interesses socialmente nas mais diversas esferas, e, principalmente, na relação com o Estado, no nosso caso.

Outro aspecto importante é a direção para onde aponta essa busca de representação social dos grupos profissionais. Em um caso, podemos tratar de uma perspectiva para a qual a corporação se dirige na busca da ampliação de seus privilégios, de mais poder social para si, e temos que lidar com essa idéia. Eu diria que, de modo geral, todos os grupos profissionais buscam reconhecimento social para que isso se converta em poder social. Não estou criticando moralmente a idéia de poder social que, não necessariamente, é aplicado aos interesses específicos do mesmo grupo. Muitas vezes, é assim que acontece no que tange às profissões. Temos uma expectativa dos grupos profissionais no sentido de que adquiram condições de representação social para terem mais vantagens e privilégios para seu grupo, e estamos em uma armadilha, o chamado corporativismo. Essa é uma direção possível da auto-organização, e é complicada, do ponto de vista de que reforça a idéia de uma sociedade hierárquica e desigual.

Estamos vivendo, como psicólogos e como profissionais da saúde, uma experiência pontual nesse aspecto, o chamado ato médico. É um belo exemplo de como um grupo profissional que tem tradição, que tem história de organização, se auto-organiza para produzir vantagens ou para ampliar o seu poder de privilégios no interior da sociedade.

Outra direção possível, pela qual o Conselho Federal de Psicologia vem se esforçando, é a de produzir uma política corporativa que não seja corporativista,

ou seja, produzir uma política corporativa a partir do chamamento de que esse grupo profissional se organize em torno de um objetivo que tenha um espectro ético mais amplo, como, por exemplo, esse das políticas públicas. A idéia é que os psicólogos se beneficiem duas vezes. Primeiro, na condição de cidadãos brasileiros, pois, na medida em que as políticas públicas se ampliem, como cidadãos, os psicólogos receberão, ao lado dos outros cidadãos e de forma igualitária, os benefícios dessa política pública. Por outro lado, como psicólogos, na medida em que as políticas públicas, à medida que têm um saber de natureza útil, teriam mais chances de participarem dessas políticas públicas como sujeitos ativos, como sujeitos que conquistam seu direito ao trabalho. E não há nada de corporativista no fato de reivindicar o direito ao trabalho. Todo ser humano tem o direito ao trabalho e dele viver. Portanto, estamos atuando em uma linha que coloca os psicólogos na condição dos demais trabalhadores.

É muito difícil fazer uma política de organização de uma corporação sem ceder às tentações do corporativismo, sem ceder às tentações de “farinha pouca, meu pirão primeiro”, como dizem aqui na Bahia.

O terceiro elemento que introduz o tema que vamos debater e que pode interferir na qualidade da presença politicamente organizada de um grupo profissional na sociedade é, dentro da construção de suas estratégias, o lugar, a forma como esse grupo maneja os recursos estratégicos para desenvolver o objetivo de conseguir maior presença e maior reconhecimento social. Assim, entramos, especificamente, no caráter estratégico da informação. Vivemos na era da informação, em um tempo no qual o insumo mais importante em todos os processos de produção está colocado no eixo da qualidade da informação.

E, ao vivermos nessa condição, temos uma situação na qual não podemos operar politicamente com os mesmos registros da política com que operávamos anteriormente. Nesse momento, não dá para improvisar. A sofisticação dos processos sociais, a agilidade e a multiplicidade com que os processos se desenvolvem fazem uma exigência: a de que nós operemos com certo rigor do ponto de vista da informação com a qual trabalhamos.

Então, introduzimos, assim, o tema de como os mais diversos grupos sociais, que trabalham com políticas públicas, com movimentos sociais ou com grupos profissionais, devem se organizar no sentido de produzirem as informações que são fundamentais para o manejo, na arena política, das diversas situações, ao buscar as melhores oportunidades e serem adequados e competentes para operar diante dessas oportunidades.

Para concluir, conto com vocês nessa questão da tentativa de operar as informações com profissionalismo, manejando-as como recursos fundamentais para que nossas teses possam adquirir credibilidade frente ao social, além de nossas referências poderem ser consistentes ao dialogarmos com o Estado. Por exemplo, neste momento, o Ministério da Justiça convoca o Conselho Federal de Psicologia para produzir uma referência para a atuação dos psicólogos no Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas, o *Pró-vita*, com o reconhecimento de que, com as testemunhas e as vítimas, fala-se da dimensão da subjetividade e da necessidade do auxílio dos psicólogos para tratar com esse aspecto. Mas, ao mesmo tempo, o programa afirma que a forma como as pessoas fazem isso varia de psicólogo para psicólogo, solicita que o Conselho ofereça uma proposta concreta e pede um protocolo que possa estabelecer uma diretriz. Assim, é preciso

desenvolver um processo que pressuponha a busca ativa de informações dos sujeitos que operam com isso e, tendo a melhor qualidade de informação possível, oferecer uma resposta ao Estado.

Dou esse exemplo para deixar clara a idéia de que a informação é fundamental. Preciso saber, no entanto, onde estão os psicólogos que atuam com esse programa, quais as dificuldades enfrentadas no trabalho. Para isso, é preciso fazer uma pesquisa que identifique onde estão, recolha as experiências, processe e sistematize o trabalho desses psicólogos. Com base nessas informações, teremos melhor qualidade e maior confiabilidade no diálogo a ser estabelecido com o Estado. Então, temos claramente a necessidade de que os psicólogos produzam, de forma organizada e sistemática, um conjunto de referências que possam servir estrategicamente para o desenvolvimento de sua ação profissional.

No caso da Psicologia, teremos outro momento em que discutiremos como poderíamos fazer isso, com a idéia central de que temos que trabalhar de modo a, como grupo profissional, sermos capazes de produzir um espaço de organização da informação que permita uma qualificação da nossa intervenção política, e, através disso, sermos mais efetivos no objetivo de reposicionar a Psicologia no interior da sociedade brasileira. Os velhos modelos, as velhas identidades, as velhas formas de atuar não são mais adequadas para as dinâmicas sociais de nosso tempo contemporâneo, e estão a exigir, desse grupo profissional, a produção de uma mudança de lugar e uma requalificação de sua própria intervenção. Sem a informação, dificilmente deixaremos de ser um amontoado amorfo de sujeitos que operam tecnicamente e emitem mensagens sociais sobre as quais não temos controle, e, então, não poderemos reclamar se as pessoas nos chamarem

por nomes que não reconhecemos e que expressam as deformações da percepção social, frutos de nosso desempenho profissional individual e alienado. Vivemos uma situação de alienação como grupo.

Nos Conselhos de Psicologia, tivemos, em 1987 e 1988, publicado em 1989, o primeiro estudo nacional *Quem é o Psicólogo Brasileiro*, disponível no site www.pol.org.br, muito importante porque expressa um retrato da categoria, na ocasião com 77 mil profissionais. Sistemáticamente, os Conselhos têm produzido, a cada três anos, investigações bastante parciais, tentando estudar o processo de evolução da categoria. Nesse momento, na ANPEP, Associação Nacional de Pós-graduação em Psicologia, está em curso um projeto de pesquisa que deve replicar a radiografia feita em 1988, informação fundamental para que um grupo profissional possa perceber as tendências que está percorrendo e as direções que estão se colocando. Somente de posse desse tipo de informação aqueles que trabalham com a gestão dos processos de organização política podem tomar decisões para fazer as interferências em direção aos rumos desejados. O ideal é que os psicólogos, como grupo profissional organizado, possam, cada vez mais, interferir nos destinos de sua profissão para que sejam mais parecidos com aquilo que desejam ser do que como mero efeito resultante de um conjunto de interferência de outros interesses, como, por exemplo, os interesses dos donos de escolas privadas, do mercado intelectual, da psicanálise francesa ou que sejamos resultado de outras forças do mercado de cursos, de especializações, das teorias da moda, enfim, qualquer coisa que nos diga o que devemos ser sem que nós, como grupo profissional, tenhamos parado para pensar no assunto e fazer uma escolha, tomar uma decisão.

Então, temos questões colocadas: Para onde queremos ir como grupo profissional? O que os psicólogos querem ser? O que acham que devem ser como grupo profissional?

E vem a questão estratégica das políticas públicas como um elemento possível dessa identidade profissional, ao menos no que tange à possibilidade de se produzir uma ampliação da inserção social dos psicólogos que, ao mesmo tempo, garanta atendimento às necessidades básicas da população e o sagrado direito ao trabalho.

Atualmente, a indústria de produção de psicólogos é intensa e surgem milhares de profissionais todos os anos. É necessário ter isso em conta para pensarmos cenários sociais viáveis, porque uma profissão na qual a maior parte das pessoas formadas não têm trabalho rapidamente perde a condição de se reivindicar como profissão. Passa a ser um atributo pessoal de conhecimento ter uma informação em determinada área, mas o que constitui efetivamente uma profissão é a capacidade de prestação de serviços sociais financiados para que os sujeitos possam viver dessa profissão.

Muito obrigado.

II. O Caráter Estratégico da Informação para a Ação Político-profissional

Nelson Saule Jr.

Advogado, professor da PUC SP, representante do Instituto Polis

Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de agradecer ao Conselho Federal de Psicologia a possibilidade de contribuir com o tema do papel dos profissionais da Psicologia a partir do direito à informação e da ação nas políticas públicas.

Quero tratar da atuação profissional a partir da experiência de uma organização não governamental, o Instituto Polis.

Anterior a isso, gostaria de enfatizar alguns elementos que creio ser importantes e que representam fundamentos que, dentro do processo histórico da construção do Estado Democrático brasileiro, conseguimos conquistar e estão relacionados ao direito dos cidadãos de terem informação.

Um aspecto importante é o reconhecimento, pela Constituição brasileira, em seu Art. 5º, que trata dos direitos fundamentais, o direito de todos termos acesso à informação, ao conhecimento.

No campo da administração pública, é importante o princípio da publicidade, que gera obrigação para a promoção de informações em assuntos estratégicos da vida dos cidadãos.

Outra questão importante diz respeito à liberdade do exercício profissional. Como já colocado, temos o compromisso de desempenhar a função pública de levar o conhecimento à população a partir do momento em que nos apropriamos de assuntos estratégicos.

Essa questão também está relacionada à educação, basta vermos o Art. 200, que fala do direito à educação, direito de todos e dever do Estado e da família,

que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, tendo em vista o desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Essa qualificação a que todos têm direito para exercer a cidadania e terem vida digna está claramente associada ao trabalho que podemos desenvolver, enquanto profissionais, no campo da socialização e da democratização do conhecimento.

Isso tudo está relacionado com o campo dos direitos culturais a partir do momento em que a própria preservação de nossa identidade, nossa cultura, das formas de viver de nossa população nos dizem que devemos produzir conhecimento que preserve a identidade cultural de nossa sociedade. Nesse aspecto, é importante o papel da comunicação social, já que, no Brasil, apesar de a Constituição dizer que não é permitida a formação de monopólios, existem grupos econômicos que detêm o monopólio da comunicação, e nosso papel, enquanto profissionais, é justamente buscar alternativas e formas de atuação que se contraponham ao estabelecimento de comunicação que não retrate a realidade vivenciada na sociedade brasileira.

A partir desses pressupostos, um grupo de profissionais constituiu o Instituto Polis, na década de 80, um período de redemocratização do Brasil. Os diferentes profissionais possuíam atuações ligadas ao campo das políticas públicas e entendiam que, naquele momento, seria importante organizar uma instituição que pudesse congregiar diferentes campos de conhecimento para contribuir, em nível de políticas públicas, com os grupos sociais e movimentos populares que atuavam no processo de democratização do País. Tínhamos a leitura de que, a partir da redemocratização, haveria necessidade efetiva de que esse campo, que faz parte do domínio daqueles que atuam com as ações do Es-

tado em vários assuntos estratégicos, pudesse vir a ser apropriado pelos diferentes segmentos sociais.

Assim, o Instituto Polis começou a desenvolver um trabalho de identificar experiências que ocorriam na sociedade brasileira, principalmente nos Municípios, voltadas para construção de gestões mais democráticas, que viabilizassem a participação popular na formulação e execução de políticas públicas. A intenção era construir processos com esses atores sociais para que houvesse a possibilidade de utilização dos instrumentos utilizados pela elite, tal como os orçamentos, que passassem a incorporar suas demandas, necessidades e interesses. Esse é um exemplo, dentre os vários mecanismos dos quais a população tem necessidade de ser apropriar.

Essa questão relacionada à apropriação dos instrumentos, que é do campo das políticas públicas, foi um norte para estarmos construindo formas de atuação junto a esses segmentos sociais.

Temos três formas de atuação na perspectiva da democratização da informação e da construção do conhecimento coletivo:

1. Produção de subsídios;
2. Promoção de atividades de formação e capacitação sobre temas estratégicos nas políticas públicas;
3. Identificação, através de pesquisas e estudos, de experiências vivenciadas em gestões públicas que possibilitam que demandas e reivindicações de diferentes segmentos sociais sejam incorporadas.

Temos, hoje, como possibilidade de desenvolver esse trabalho, uma escola de cidadania para a formação de lideranças sociais, onde são desenvolvidos cursos e seminários sobre temas estratégicos, como o papel de um conselho gestor de uma política pública. Há, hoje, uma demanda cada vez maior para que os segmentos sociais participem desses conselhos, que

precisam estar no mesmo patamar de discussão em que se encontram os gestores e outros representantes de segmentos que dominam o conhecimento no campo das políticas públicas e, assim, possibilitar a sua eficácia para o atendimento das demandas populares e constituir projetos, programas e políticas voltadas para o atendimento da realidade da grande maioria da população que vive, principalmente, nas cidades.

Então, essa escola tem o papel estratégico de capacitar os grupos para desenvolver uma atuação conjunta com os governos, através das novas formas de produção e formulação de políticas públicas democráticas.

Em São Paulo, temos uma experiência que diz respeito ao Observatório de Cidadania e Políticas Públicas, especialmente para a cidade de São Paulo, onde existe um grupo de profissionais do Instituto Polis, em parceria com a PUC-SP, especificamente nas áreas de educação e assistência social, para avaliar e monitorar determinadas políticas implementadas naquela cidade. Esse monitoramento se dá nas áreas da assistência social, saúde, criança e adolescente, habitação. Também é avaliada a aplicação do orçamento do Município.

Além de haver um grupo de profissionais que utiliza seu conhecimento para fazer análise e produzir avaliações críticas e subsídios sobre a implementação dessas políticas, existe um conselho em que representantes de segmentos da sociedade que atuam nessas áreas temáticas estabelecem quais devem ser os temas avaliados e as ações governamentais a serem estudadas, para efeito da ação do Observatório. Por exemplo, na habitação, existem vários movimentos que analisam se se deve avaliar a política de urbanização das favelas, a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação, o desenvolvimento de programas de auto-gestão, de mutirões e a produção de habitações de interesse social. A partir de então, e utilizando também a leitura

crítica dos envolvidos nos diferentes temas, são produzidos estudos e boletins que possibilitam a democratização da informação nessas áreas.

Durante os últimos 15 anos, temos desenvolvido um trabalho junto a organizações e movimentos populares a fim de capacitá-los para a formulação das políticas de planejamento e desenvolvimento urbano nas cidades, com apropriação dos instrumentos existentes. Por exemplo, temos uma legislação nacional, o Estatuto da Cidade, que estabelece a política de desenvolvimento urbano. Toda essa política deve ser aplicada nos Municípios, os principais responsáveis pela promoção da política urbana, com o intuito de garantir que a cidade esteja voltada para o atendimento das demandas dos habitantes. A cidade deve exercer suas funções sociais, expressas na Constituição. Em Salvador, por exemplo, existe um projeto de modelo turístico que vem de fora e exclui grande parte dos moradores por estar destinado ao atendimento de determinadas classes sociais. No Pelourinho, a maioria da população de lá é expulsada do local.

É fundamental buscar garantir a função social das cidades exatamente para que as necessidades dos habitantes sejam, de fato, contempladas, e o Município tem o papel de formular e constituir as políticas de interesse de seus moradores. Então, desenvolvemos o trabalho de criar um programa de multiplicadores do conhecimento de toda a área de planejamento e gestão urbana e de apropriação dos instrumentos contidos no Estatuto das Cidades para atuar com a perspectiva de mudança da realidade das cidades brasileiras. Para isso, produzimos, por exemplo, uma série de materiais, o kit das cidades, com vídeos, cartilhas, jogos educativos, um banco de experiências registradas em outras cidades e até várias mensagens a serem utilizadas nas rádios comunitárias.

Essa é a forma que temos utilizado para tentar conjugar o conhecimento que temos enquanto técnicos e o conhecimento dos grupos sociais. Para isso, é muito importante a existência de redes e fóruns, dos quais fazem parte organizações não governamentais, associações profissionais e movimentos populares, os principais atores que realizam toda a mobilização social e política na conquista de políticas, como foi o caso do trabalho realizado nos últimos treze anos na elaboração de um projeto de lei de iniciativa popular para criar um fundo nacional de moradia popular, finalmente aprovado no Senado. É a primeira iniciativa popular que trata de políticas públicas, que somente foi possível mediante a troca entre as organizações sociais que reivindicam políticas habitacionais adequadas para atender os interesses dos moradores das favelas, das periferias, das pessoas que moram em situações precárias e os profissionais que colaboraram na elaboração do projeto de lei, o que significa uma grande conquista para a democracia do Brasil.

Por fim, o que vejo também como muito importante é que, no campo profissional e no papel de instituições de pesquisas e de organizações não governamentais, além da realização de estudos sobre a história e a participação dos movimentos sociais e das políticas públicas, deve ser empreendida a busca da construção do registro e da memória a partir da leitura dos segmentos sociais organizados. Nas experiências de observatórios de políticas públicas, normalmente, quem faz a leitura e a avaliação somos nós, os profissionais e acadêmicos, e o desafio do Observatório com relação ao direito das cidades é a construção da memória das lutas e conquistas dos movimentos sociais a partir do registro e da leitura da sua própria memória, fazendo com que realizem a avaliação e a análise do processo histórico por eles vivenciados.

É importante pensarmos que temos, sim, a contribuir com a democratização do conhecimento, mas temos também, enquanto profissionais, de estar abertos ao conhecimento à produção de conhecimento com outros segmentos sociais que têm diferentes leituras, outras vivências e inserção em outras realidades para conseguirmos, de fato, construir informações muito mais próximas e identificadas com a realidade social. É uma experiência que está sendo iniciada, mas com boa perspectiva de dar certo.

III. O Caráter Estratégico da Informação para a ação político-profissional

Ranieri Muricy Barreto

Supervisor técnico do DIEESE na Bahia

Boa tarde a todas e todos. Quero agradecer ao Conselho Federal de Psicologia pela oportunidade de participação deste III Seminário de Psicologia e Políticas Públicas. Quero dizer que é sempre um prazer conversar com uma categoria que se vê não apenas no aspecto de criar uma grande corporação.

O DIEESE, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, é uma entidade sem fins lucrativos, criada há 50 anos, em 22 de dezembro de 1955. Nasce da preocupação de alguns dirigentes sindicais em poder participar da vida ativa do País e, de fato, interferir no destino das coisas. O cenário era de negociações crescentes. A classe trabalhadora estava se formando no País, e os sindicatos não dispunham de informações suficientes para se contrapor ora à argumentação das empresas, ora à argumentação do Governo, e ficavam desarmados diante de uma discussão importante que era a consolidação da classe trabalhadora no Brasil. Essa tentativa de entender ob-

jetivamente a realidade para nela interferir leva esses sindicalistas a criarem o DIEESE, que há 50 anos vem desenvolvendo ciência para a classe trabalhadora e reivindicando política pública necessária à vida digna dos trabalhadores brasileiros.

O DIEESE tem a particularidade de tentar reunir, sob o mesmo manto, as diversas correntes de pensamento do movimento sindical brasileiro. Vocês vêem pela televisão o debate entre as diversas centrais. A conversa entre eles é quase sempre impossível; optam por rumos diferenciados, opostos, mas, nos nossos cursos e seminários, acontece uma cumplicidade no sentido de entender que a informação técnica, sistematizada, organizada a partir de suas próprias vidas e lutas, é de fundamental importância para disputar os espaços que lhes cabem na organização sindical e na sociedade.

O DIEESE se alimenta do que o movimento sindical fornece, da possibilidade de poder acompanhar o cotidiano dos trabalhadores, em uma relação privilegiada com esse movimento sindical, e, a partir das informações fornecidas pelos próprios trabalhadores, sistematizá-las e devolvê-las a eles com uma construção possível de dotar os trabalhadores de propostas capazes de serem implementadas nos momentos de negociação.

O DIEESE é mantido pelas centrais sindicais, confederações, federações e sindicatos filiados. Essa filiação garante a sustentação do Departamento em 15 Estados da Federação, e já estamos criando um escritório regional no Amazonas. Isso é fundamental para difundir a informação, dar a ela capilaridade para que chegue até a sociedade. O movimento sindical não conseguiria avançar por si só. Faz-se necessário o diálogo com a sociedade, com o Governo, com as empresas, e, em diversos momentos, com uma postura de enfrentamento.

Os eixos de atuação do DIEESE são emprego, ren-

da e negociação coletiva. Nem sempre foram esses os eixos principais. O tema da negociação coletiva, por exemplo, aparece fortemente na década de 80, um período chamado de década perdida. A partir de então, os governos implementaram uma série de planos de estabilização econômica que, via de regra, tinham endereço certo: cortar a renda dos trabalhadores. Isso acontecia porque o diagnóstico que se fazia da inflação era de demanda. Inflação de demanda é uma situação na qual há muita gente com dinheiro e as empresas são incapazes de produzir produtos para serem consumidos, aliás, é o diagnóstico atual, do Ministro Palocci, que acredita ser necessário cortar a renda dos trabalhadores aumentando os juros para evitar o consumo.

Mesmo assim, o DIEESE continuou observando a conjuntura e ajudando os trabalhadores a fazer política sindical e, particularmente, a política de recomposição do poder aquisitivo, que era reduzido diariamente naquela década. Ao mesmo tempo, a economia caminhava para uma abertura, e, portanto, expunha as empresas brasileiras a um cenário de competição internacional em um momento em que a maioria delas não estavam preparadas. Os segmentos hologopolizados estavam preparados para o enfrentamento, mas a abertura ocorreu de forma generalizada. O resultado foi que os indicadores sociais e econômicos pioraram em relação à década de 80, quando pelo menos os movimentos sociais reagiram. A tendência era de piora, porque o desemprego, que nunca tinha sido um problema grave no Brasil, passa a ter uma duração maior, ou seja, um desemprego de longo prazo, fenômeno típico das economias desenvolvidas ao final da década de 80 e, particularmente, na década de 90, e passa a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores. Para citar um dado, aqui na Região Metropolitana de Salvador, hoje, quem perde o emprego, leva, em média, 60 semanas para encontrar

nova ocupação, e, em geral, quando encontra, é uma ocupação de menor qualidade do que a anterior.

Então, esse cenário obrigou o DIEESE a ampliar seu raio de ação com a finalidade de gerar informações cada vez mais estratégicas para que os trabalhadores pudessem enfrentar uma conjuntura de mudança rápida sem assimilar o preceito bíblico a que o Marcus Vinícius aqui se referiu, ou seja, os que têm, o têm em abundância, e dos que não têm, ainda é tirado. A perda de conquistas sempre foi uma tônica na luta dos trabalhadores brasileiros, e a capacidade de enfrentar a conjuntura com um saber acumulado, com assessoria técnica capaz de se fazer respeitar nas mesas de negociação, fez com que as perdas não fossem ainda maiores. Algumas categorias mais organizadas conseguiram ampliar alguns direitos estabelecidos na própria Constituição, mas sabemos que nem tudo o que está na Constituição se cumpre. Nem toda a lei, por si só, se cumpre. É o caso da Lei nº 10.101, que fala da participação nos lucros e resultados, que estabelece, em seu Art. 3º, que as informações devem ser explícitas para o momento da negociação. A lei, no entanto, não estabelece sanção para a empresa que se negar a fornecer a informação, portanto, ela não se cumpre se os sindicatos não estiverem preparados para gestar suas próprias informações, sob sua própria perspectiva e lógica de atuação. Nesse caso, a informação foi fundamental para que os trabalhadores pudessem reduzir a fatia de apropriação do lucro por parte do patronato. Em algumas empresas do pólo petroquímico, os trabalhadores têm o 17º salário porque as participações nos lucros e resultados equivalem a até cinco, seis salários a mais em relação à renda anual do trabalhador. Aí nos deparamos com a situação de que diversas empresas são limitadas, e, portanto, não têm obrigação legal de dar publicidade aos seus dados, como aquelas que nego-

ciam ações na bolsa de valores. Então, os trabalhadores partem cegamente para a negociação. Esse é um dos papéis do DIEESE, o de poder, mesmo nessas empresas que são limitadas, tentar fazer estudos prévios a fim de dar respaldo aos trabalhadores para o momento da negociação coletiva.

Além de os trabalhadores terem necessidade de um organismo que pudesse apoiá-los em suas lutas, em um período específico da vida econômica do País, particularmente nos anos 70, quando da ditadura militar, os índices de inflação eram grosseiramente manipulados. Havia um economista, ainda vivo, à frente disso. Assim, o DIEESE passa também a calcular um Índice de Custo de Vida – ICV. Esse Índice mostrava, naquela época, e mostra, ainda hoje, que estava ocorrendo, de forma acelerada, o encarecimento da vida dos trabalhadores, que não equivalia ao IPC, o Índice de Preços ao Consumidor, calculado pelo Governo. Houve uma explicitação de nova metodologia de pesquisa e de cálculo, realizada a partir do consumo das famílias dos próprios trabalhadores, o que deixou o Governo em situação difícil. A partir daí, os cálculos do DIEESE foram ganhando, paulatinamente, a credibilidade de toda a sociedade brasileira. Hoje, quando calculamos e divulgamos o custo da cesta básica, esse índice é muito mais utilizado do que o índice do IBGE, um instituto, atualmente, muito sério. Quando os dados do IBGE e do DIEESE diferem, é simplesmente por uma questão metodológica.

Alguns acreditam, inclusive, que o DIEESE faz parte do Governo; não, somos um organismo do movimento sindical. Portanto, temos lado, e para contradizer os economistas clássicos, que acreditam em uma ciência pura, sem juízo de valor. Nós não. Fazemos ciência há cinquenta anos para os trabalhadores. E ciência de classe e com classe. Entendemos que os trabalhadores

precisam estar armados de conhecimento para a disputa social e precisam, sobretudo, conhecer a própria realidade, sistematizando-a em informação que possa capacitá-los a ter uma compreensão ampliada dos mecanismos que compõem e interferem nas relações de trabalho no País e no mundo.

Na década de 1980, tivemos que discutir a recomposição da força de trabalho e a garantia do emprego; na década de 1990, tivemos que nos preocupar com a abertura econômica e a incorporação de novas tecnologias que geraram nova base produtiva. Aquele desemprego já sinalizado com um caráter duradouro nos anos 1980, em 1990, se solidifica, e a agenda sindical passa a acompanhar, em parte, a agenda do Governo, porque este passa a fazer um discurso de reformas estruturais, e a exigir a ampliação rápida do foco de ação. Com isso, além das pesquisas permanentes que realizávamos, tivemos que desenvolver outras pesquisas, ao mesmo tempo em que estudávamos a nova realidade para oferecer, ao movimento sindical, informações capazes de assessorá-lo nas ações sindicais com o Governo e com as empresas, inclusive multinacionais. Esse foi o caso das negociações desenvolvidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos, que, na década de 1990, realizou negociações com as matrizes das fábricas que tiveram lugar fora do Brasil. Nesse momento, o DIEESE precisou, também, buscar as informações necessárias para que os trabalhadores, no âmbito das chamadas câmaras setoriais, pudessem atuar e propor alternativas à crise estabelecida. Isso não foi fácil, pois a indústria automobilística é extremamente poderosa, e tem influência, inclusive, na redução dos impostos, quando lhe interessa. No entanto, essas reduções não têm chegado ao consumidor.

Para complementar um pouco os dados sobre a década de 90, temos que dizer que ela foi de muita difi-

culdade para o movimento sindical, porque o Governo Collor abre a economia, assimila fortemente os preceitos da economia neoliberal e acaba com os resquícios de política salarial existentes até então. Mal ou bem, eram políticas que, *a priori*, já estabeleciam como seria a recomposição da força de trabalho. Collor estabelece a livre negociação entre patrões e empregados, no que é seguido por Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Ora, livre negociação é interessante quando não há grandes assimetrias entre os dois atores, o que não é o caso brasileiro, em que a maioria dos sindicatos não é o dos petroleiros, dos metalúrgicos, de petroquímicos. A maioria são sindicatos pequenos, que não possuem condição alguma de se submeterem a um processo de livre negociação ante um empresariado que é hologopolizado e age sempre em conjunto. Isso quer dizer que a abertura da economia brasileira trouxe dificuldades adicionais à organização dos trabalhadores. Vocês acompanharam, em meados da década de 90, a greve dos petroleiros, que tiveram suas contas bloqueadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso.

Esse cenário de ataque brutal às organizações sindicais, consubstanciados nessas estratégias de matiz neoliberal, têm um rebatimento muito forte na política sindical e econômica que o País passa a viver a partir de meados da década de 1990.

Nesse momento, o DIEESE faz um convênio com a UNICAMP para um projeto de pesquisa e formação técnica a fim de qualificar novos técnicos e assessores para o movimento sindical e formar intelectuais orgânicos da classe trabalhadora. Esse projeto é iniciado em 1997, e discutia o desenvolvimento tecnológico e o emprego, e concluiu que a tecnologia, de fato, tira empregos, mas gera novos espaços econômicos importantes para absorver novas pessoas. No Brasil, isso não aconteceu porque o País não cresceu e houve um

agravamento enorme dos problemas em relação a outros países em desenvolvimento.

Esse projeto gerou uma série de novos técnicos e assessores e, em consequência, possibilidades de estudos mais aprofundados por parte das direções sindicais e das principais lideranças do País, que passaram a atuar fortemente na negociação dos processos de reestruturação produtiva vividos pelas empresas. Se os salários estavam corroídos, agora se exigia outra negociação pela preservação do emprego. Foi uma situação extremamente difícil, em que o conhecimento da realidade levou os trabalhadores, em dado momento, a justificar o pedido de manutenção, por exemplo, de efetivo mínimo de trabalhadores em algumas empresas e a possibilidade da incorporação de trabalhadores em outros setores. Para citar um dado, o Pólo Petroquímico de Camaçari, em meados de 1980, gerava 25 mil empregos diretos. Hoje tem pouco mais de cinco mil postos de trabalho. Isso tudo não pode ser imputado à tecnologia, à nova base técnica produtiva lá incorporada, porque a petroquímica já nasce baseada em capital e em tecnologia, mas, sobretudo à modificação da gestão do próprio trabalho e ao fato de a economia realmente não ter apresentado crescimento nesse período.

O DIEESE se vê na situação de aprender rapidamente o que acontece, sempre aproveitando o conhecimento dos trabalhadores e devolvendo-o aos próprios trabalhadores de forma sistematizada, é óbvio, mas com as agregações naturais que o aprofundamento dos estudos possibilita.

Enfim, o DIEESE vem atuando, nos últimos períodos, mais fortemente, com as centrais sindicais. Tanto a CUT quanto a Força Sindical, as duas principais, têm estabelecido um diálogo forte, exatamente devido ao momento pelo qual o País passa. O Presidente

tem origem operária, foi eleito com amplo apoio dos sindicatos, mas, segundo as centrais, não tem feito a política por elas esperada. Nesse sentido, os desafios são ainda maiores. Esse Governo, em última instância, tem, por trás de si, um patrimônio histórico da classe trabalhadora, o movimento sindical, e, por outro lado, esse movimento sindical não tem agido de forma independente para dizer que o Governo precisa mudar os rumos do que está acontecendo.

O debate no âmbito das reformas sindical e trabalhista tem sido intenso, e as centrais, a partir de estudos prévios, poderão interferir estrategicamente e mostrar ao Governo que, mais uma vez, o movimento sindical tem alternativas às reformas, às condições de trabalho que têm sido colocadas como possibilidades. Tem alternativa, inclusive, para a organização sindical proposta. Se, por um lado, o sindicalismo brasileiro já foi atrelado ao Estado, por outro, a livre negociação e a retirada do Estado da economia, fizeram com que o encarecimento da vida se tornasse maior. Se o Estado se retira da economia deixa de investir em educação, saúde e saneamento, esses gastos recaem sobre as famílias trabalhadoras, que precisam de renda suficiente para pagar escola privada, plano de saúde. Nesse sentido, os sindicatos, mais uma vez, estão disputando políticas públicas e discutindo a peça fundamental: o orçamento, que deve dar conta das demandas sociais urgentes.

O fato de estudar a situação dos trabalhadores, as suas condições de vida, o movimento sindical e as empresas faz com que o DIEESE tenha uma posição privilegiada na assessoria ao movimento sindical e faz com que ele seja respeitado em outras instâncias sociais. Durante a Conferência da Igualdade Racial, o DIEESE apresentou dados de um estudo realizado em 2004, por ocasião do Dia Nacional da Consciência Negra, 20

de novembro. Os dados mostram que uma mulher negra ganha 38% do que ganha um homem branco; um homem negro ganha 49% do que ganha um homem branco; a mulher branca ganha 81% do que ganha um homem branco, ou seja, se for uma jovem mulher negra, as possibilidades de viver com dignidade de seu trabalho são imensamente reduzidas, porque estará sofrendo o preconceito da idade, da raça e do gênero. É óbvio que esse tipo de estudo é fundamental para o estabelecimento de políticas públicas, porque uma estratégia governamental de redução do desemprego deve ser pensada a partir de dados desagregados. Não dá para olhar os dados de forma agregada porque podem não representar a realidade, já que à medida que se agrega, perdem-se informações, conforme a estatística nos ensina. O mercado de trabalho hierarquiza as pessoas, aparentemente com critérios objetivos, mas, em verdade, há uma subjetividade muito grande. Isso somente reafirma que a informação é fundamental para a formulação das políticas públicas.

Ainda em relação à Conferência da Igualdade Racial, outro dado importante é que, se a realidade de renda é perversa por raça e por gênero, quando se igualam as condições de escolaridade dos atores (mulher negra, homem negro, mulher branca, homem branco), acontece um fato interessante. O que se houve, comumente, é que a escolaridade possibilita maiores rendimentos e mais acesso a emprego. Quando se observa os dados, isso não aparece. Por exemplo, em relação a população empregada aqui em Salvador e que tem nível superior, o dado é, mais uma vez, desfavorável para negros e mulheres. A taxa de desemprego para homens brancos com nível superior está em torno de 11%. Para mulheres brancas, é de 13%, e, para mulheres negras, 14%. Para homens negros, a taxa é de 12%. Isso significa que, quando se iguala a escolaridade, a taxa

de desemprego afeta mais mulheres e negros. Estamos agora com um grupo de estudos sobre salário mínimo, inclusive para subsidiar o próprio Governo, que fez a proposta de corrigir o salário mínimo pelo crescimento do PIB per capita. São desafios da política macroeconômica que os trabalhadores estão enfrentando com suas assessorias.

Estamos desenvolvendo também um projeto de memória do trabalho para resgatar a história do trabalhador a partir das comemorações dos primeiros de maio que até aqui ocorreram.

Outro projeto está em negociação com o Banco Mundial para a capacitação dos trabalhadores com vistas à negociação em um cenário modificado substancialmente. Esse projeto tem um aspecto importante para o que está sendo discutido aqui. Há uma necessidade de dotar os trabalhadores de capacidade para discutir qualificação profissional, o que tem sido feito, muitas vezes, com dinheiro público e com uma perspectiva ideológica muito forte, e os trabalhadores têm se constituído em sujeito passivo nesse debate.

Para terminar, quero dizer que, nessas cinco décadas, o DIEESE vem realizando trabalhos junto ao movimento sindical e criando condições para que o Brasil possa crescer com a participação dos trabalhadores, porque acreditamos que um país que não dispõe de uma classe trabalhadora que consiga gestar conhecimento crítico e plural a partir de sua própria vida e de sua atuação não tem condições de buscar alternativas para a redução das disparidades de classe existentes em nossa sociedade.

Muito obrigado.

Debate

a) Público:

Gostaria de colocar uma questão que não vi presente na fala do Ranieri, que é a da saúde do trabalhador. Como o psicólogo vem se inserindo nessa área é uma questão de política pública importante. Além disso, este ano, haverá a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. Gostaria de ouvir como os sindicatos vêm atuando na discussão da saúde do trabalhador e também que você falasse da nossa atuação profissional frente a essa questão tão complexa, que envolve, por exemplo, assédio moral, situações de desemprego, estresse, suicídio e relações de trabalho complicadas.

b) Público:

Sou psicólogo e trabalho na Secretaria de Políticas Sociais de Olinda. Creio que é um tarde é pouco difícil que o tema de hoje à tarde seja dissociado de alguns aspectos abordados pela manhã. Venho acompanhando, desde minha formação, várias discussões realizadas a partir do Conselho Federal de Psicologia, com o Banco Social de Serviços, e surgem algumas questões que me chamam a atenção. Creio que não basta levar em consideração apenas a busca dessa demanda para nossa atuação profissional, mas a crítica dessa demanda. Seria interessante discutirmos isso, considerando a qualificação profissional e a própria forma como este Seminário vem se dando, que tem me angustiado muito. Não estamos podendo produzir de forma mais coletiva, com interação. Para realizar um seminário nacional, faz-se necessário construí-lo de forma mais democrática.

c) Ana Bock

Nas experiências de trabalho relatadas, onde aparecem os psicólogos ou a necessidade da Psicologia,

gostaria que vocês nos ajudassem a refletir como a Psicologia tem sido necessária ou estado ausente.

Nelson Saule Jr.

Na possibilidade de trabalho conjunto de várias profissões, com certeza verificamos situações de conflitos de interesses, provenientes da existência de diversos grupos, ligados a determinadas atuações, a disputas por territórios, existentes principalmente nas cidades. Claramente verificamos que, principalmente no aspecto da existência desses conflitos, seria muito importante o trabalho do psicólogo, da mesma forma que o trabalho realizado por profissionais da área do urbanismo, do Direito. Como essas pessoas vivem em processo de opressão e conflito, muitas vezes são intimidadas, e a atuação dos psicólogos poderia ajudar a fortalecer as questões subjetivas, emocionais, das relações de grupo, como, por exemplo, em situações de despejo. Na semana passada, acompanhamos uma comunidade tradicional quilombola, há 200 anos em um território no litoral de São Paulo, que recebeu uma decisão do Poder Judiciário, tomada a partir da ação de um grupo de empreendedores, que dizia que a área lhes pertencia. Os vários profissionais que atuam nessa situação possuem qualificação para determinadas questões, mas, para outras, como a insegurança, a capacitação, a formulação e análise das políticas, poderia haver a contribuição dos psicólogos, poderia haver um trabalho conjunto em projetos de universidades, de ONGs, do próprio poder público. A interdisciplinaridade é cada vez mais necessária para o desenvolvimento de qualquer projeto, mais ainda no campo das políticas públicas e sociais, onde há um campo vasto para ser trabalhado pelos profissionais da Psicologia.

Marcus Vinícius de Oliveira

Vou falar sobre algumas questões encaminhadas por escrito.

- Como você define o objeto da Psicologia no campo das políticas públicas?

Quero lembrar que apenas estamos trocando o pneu do carro com o carro em movimento. Temos uma psicologia e certas presenças de psicólogos nas políticas públicas. No SUS, temos quase cinco mil psicólogos atuando; o que não temos é uma formulação da Psicologia sobre a atuação dos psicólogos no SUS. Não quero confundir o fato de haver profissionais atuando em várias políticas públicas e levando a contribuição da Psicologia com a formulação de uma voz orgânica, sistêmica, onde, oficialmente, a Psicologia se posiciona sobre as coisas. Não quero confundir todas as presenças individuais com a atuação da Psicologia como profissão, que ainda não atua nas políticas públicas, exceto em algumas experiências esparsas. Estou ressaltando a importância da organização política que possa criar uma contribuição combinada entre nós, como desejável. Há muitos psicólogos atuando na saúde pública, por exemplo, na atenção básica à saúde, com um consultório de psicoterapia que dizem ao gestor que fazer psicoterapia na unidade básica de saúde é tudo e o melhor da atuação profissional dos psicólogos. E isso não é verdade. Essa é uma versão muito personalizada do que seria essa atuação. É verdade que, quando lidamos com corporação profissional, lidamos com a tensão entre o poder pessoal do especialista e com esse esforço de produzir uma versão mais consensual entre os diversos experts. Lá na unidade de saúde, o profissional que está trabalhando fala como se falasse por todos, como se fosse um legítimo representante, e, de certa forma, o é, de seu

grupo profissional, como se a ele estivesse conectado, ainda que isso não se passe dessa maneira. Então, temos um grande esforço para dirimir as controvérsias que existem entre nós acerca do que é participar, como psicólogos, das políticas públicas. Essa é uma etapa preliminar. Temos que conseguir conviver com essa situação de alguma fricção entre as várias idéias existentes para que possamos chegar não a uma idéia única, total, acabada, mas a uma tendência de opinião do grupo profissional, expressa como uma certa posição oficial da profissão. Um elemento fundamental é que isso deve ser produzido em uma perspectiva democrática. A legitimidade obtida por uma versão construída coletivamente estará depositada no fato de que isso tenha sido produzido a partir de uma perspectiva democrática. Então, é fundamental o método através do qual esse grupo profissional chega a algum tipo de idéia comum, por isso, na assembléia de trabalhadores, vale o voto da maioria, a regra estabelecida. Todos discutem, votam, e o que foi aprovado passa a ser a posição da categoria. É óbvio que, no que tange a um exercício profissional sofisticado como o dos psicólogos, não é tão simples votar qual é a proposta. São necessários processos mais complexos de definição desse espectro de atuação.

De todo modo, em relação ao objeto da Psicologia nas políticas públicas, tão embrionariamente formulado, tenho colocado em questão um certo conceito, o de políticas públicas humanizadas. Não basta ser política pública; é preciso ser uma política pública em que haja diálogo, democrática, que entenda que o alvo da política não é exatamente um objeto, mas um sujeito cidadão, portanto, um ente dotado de capacidade dialogante, de compreensão, de desejos, sentimentos, afetos. Ao executar uma política pública, se quero que ela seja humanizada, tenho que levar em

consideração essas dimensões do sujeito, negociando com ele a própria construção da política pública, suas perspectivas e suas significações. Quando lido com sujeitos cidadãos, lido com a dimensão de alguém que é detentor de capacidade de significação, e, se se quiser trabalhar com esse sujeito, respeitando-o em sua integridade, faz-se necessário introduzir o elemento de diálogo com a particularidade. É difícil, porque a política pública tem a vocação da universalidade. Para todos é cada um. Como trabalhar esse cada um, levando em consideração o projeto de universalidade? São algumas contradições que me parecem termos que incluir, mas diria que, fundamentalmente, se consideramos que a política pública humanizada é a que se dirige ao sujeito cidadão, e que esse sujeito cidadão é um ente político psicológico que tem, portanto, uma dimensão política e uma dimensão de subjetividade e singularidade, teremos um espectro da ação dos psicólogos. Podemos fazer uma política de segurança pública com polícia na rua e tolerância zero ou subindo o morro e atirando na casa de todos. Outra coisa é discutir, com a sociedade, a questão da insegurança, de suas causas, de como se pode produzir formas de operar com a complexa situação social. Assim, queria menos definir o papel do psicólogo e mais dizer que, se considerarmos as dimensões da subjetividade implicadas nas diversas práticas sociais, teremos definido o espectro amplo de possibilidades com o qual os psicólogos passem a contribuir para a formulação as diferentes políticas públicas. A Psicologia não tem um objeto na política pública. Tem uma perspectiva para discutir as políticas públicas e, dentro de cada qual, terá de construir um recorte específico de possibilidades de que os conhecimentos que a Psicologia acumulou sejam úteis para promover o bem-estar e a qualidade de vida dos sujeitos ali envolvidos.

Ranieri Muricy Barreto

Foi uma boa lembrança a questão da saúde do trabalhador, que é um problema sério. Um economista clássico chamado Ricardo, escreveu um livro, lá por 1840, no qual já sinalizava que a incorporação de maquinaria ao processo produtivo levaria ao desenvolvimento de novas doenças. Isso nunca foi levado a sério, e os sindicatos também não têm tratado o tema da saúde do trabalhador da forma que esse tema merece. Salvo raras exceções, a questão é encarada de modo a poder gerar um ambiente de trabalho que permita ao trabalhador, no trabalho, ter a segurança de que seu envelhecimento não ocorrerá mais cedo por conta do labor e das doenças oriundas do próprio processo de trabalho. Para isso, há uma série de normas técnicas que regulamentam a saúde. Estudamos algumas com os sindicatos para que possam atuar com maior propriedade, mas esse é um debate difícil, porque entra em uma área extremamente técnica e específica, e nós, economistas, somos leigos. Assim, ficamos à mercê de um diagnóstico médico. Vi um, por exemplo, que dizia que os casos de leucopenia no Pólo, no início da década de 1980, ocorriam porque havia um contingente de trabalhadores negros, e, como esses trabalhadores não produziam determinada substância no organismo, tal fato os fragilizava frente à ação da doença. Eles lavavam a mão com benzeno. O sindicato do ramo químico fez uma grande campanha, chamada “Caça Benzeno”, ou seja, empresas que trabalhassem com benzeno precisavam buscar outra matéria prima alternativa para tirar essa do cotidiano dos trabalhadores. A campanha ganhou amplitude nacional. O benzeno não foi extinto, mas houve toda uma conscientização quanto ao seu uso, e esse, na maioria das empresas, foi substituído e se perdeu.

O tema saúde do trabalhador carece de maiores aprofundamentos. Temos buscado realizar trabalhos que vão além da mera estatística, mas a realidade dos diversos sindicatos é de pouca atuação nessa área, e como nos alimentamos do que os sindicatos nos fornecem, ficamos debilitados. Via de regra, os sindicatos são depositários das estatísticas das doenças do trabalho, e não formuladores de políticas para enfrentar o problema.

Outras matérias-primas também são colocadas como vilãs de doenças ocupacionais. Em todas elas, o sindicato tem uma reação tardia para buscar afastar os trabalhadores desses riscos. Esse é um grande desafio. Em que pese Ricardo ter dito isso no século XIX, o mesmo vale para o século XXI, porque novas tecnologias estão surgindo e se, aparentemente, o esforço no trabalho tem sido reduzido, não é esse o quadro da realidade hoje. O trabalhador precisa estar mais atento, ter outras habilidades, e isso, por certo, o faz desenvolver novas anomalias para as quais precisamos ficar atentos. Esse quesito saúde do trabalhador não pode ficar sem um debate mais explícito.

Na discussão do Fórum da Reforma Sindical e Trabalhista, tal fato foi lembrado. O debate se pautou muito pela organização sindical, com a preocupação de quais sindicatos continuariam existindo e como seria o financiamento dessas entidades. Num dado momento, alguns trabalhadores trouxeram a preocupação de como ficaria a gestão da saúde, a gestão do plano de saúde.

Para concluir esse ponto, os sindicatos têm se preocupado em colocar, nas convenções coletivas, que, se o trabalhador adoecer, as despesas devem ser reembolsadas. É bom lembrar que saúde não se recupera fácil e integralmente. Não é a reposição monetária que livra os trabalhadores de males que podem ser

permanentes, por isso precisamos de maior preocupação, estudo e atenção com a questão da saúde do trabalhador.

Com relação à segunda pergunta, diria que o Conselho de Psicologia tem uma atuação muito mais forte que esse Conselho. Quisera eu que meu Conselho atuasse em questões tão sérias e estivesse preocupado com o estabelecimento de uma conduta profissional que garanta minimamente a intervenção plural nas questões colocadas, e não a submissão a um pensamento único. Convencionou-se dizer, por exemplo, que se combate a inflação com juros altos. Essa não é minha opinião, mas é a dos economistas que estão no Governo e que fazem a cabeça de todo mundo. Então, esse é um debate duro, que precisa ser enfrentado.

A minha experiência com psicólogos no ambiente de trabalho foi muito interessante. Na década de 1980, as empresas brasileiras, por conta da abertura econômica, incorporaram vários componentes do chamado modelo japonês de gestão do trabalho por uma série de ciclos de controle de qualidade que apareceram. Confesso que, se não tivesse me deparado com psicólogos que tinham a compreensão de que essa discussão tinha que se dar a partir da perspectiva do sujeito, o resultado poderia ter sido muito pior do que foi. Naquela época, os psicólogos eram ligados ao departamento de RH das empresas. Eles ajudavam a repensar o trabalho. É óbvio que a perspectiva da empresa era minimizar custos, produzir com qualidade e ampliar a produtividade, com que nenhum ganho para os trabalhadores. A participação dos psicólogos se deu exatamente pela contribuição de podermos perceber que os trabalhadores eram sujeitos do processo e tinham que participar com suas experiências, que eram diferenciadas daquelas dos trabalhadores

japoneses, que chegavam a partir do modelo importado. Em uma empresa daqui, vários psicólogos foram demitidos porque houve choques em relação ao que a empresa queria fazer, e eles se negaram a aplicar as deliberações da indústria.

Ana Bock

Antes de abrir mais uma rodada de questões, gostaria de dialogar com nosso companheiro de Pernambuco e dizer que nós também, nos Conselhos, temos tido uma grande preocupação com a abertura de espaços de diálogo, organizativos da diversidade de pensamento e que possam, portanto, ajudar a inovar as concepções. Hoje temos a impressão de que a estrutura de funcionamento dos Conselhos de Psicologia é a mais democrática. Temos várias instâncias, produzimos política a partir dos Congressos Nacionais da Psicologia, que nascem lá na base, no local de trabalho, em grupos que se reúnem para produzir pensamentos e entregá-los ao Conselho para serem considerados, e que, com certeza, serão incluídos no debate. A organização se dá em pré-congressos de congressos estaduais e chega ao congresso nacional. Há fóruns permanentes nos três anos que intercalam os congressos. Agora, por exemplo, acabamos de aprovar o Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública, julgando que seja um campo onde muita coisa acontece, onde há muitos pensamentos soltos e que não estamos ajudando a organizar. Enfim, estou dizendo a você que sua preocupação também é nossa. O V CNP definiu algumas políticas que foram implementadas e desenvolvidas e que têm a ver com o fortalecimento da Psicologia nas políticas públicas; desenvolvemos o *Banco Social de Serviços*, e agora estamos lançando o *Centro de Referências em Psicologia*. São decisões que

nasceram desse espaço democrático, amplo e coletivo e foram afuniladas em algumas políticas que o Conselho Federal tem executado.

Entendemos que esse espaço do Seminário é de prestação de contas, onde estamos apresentando o que aconteceu no BSS e vamos inaugurar, com esse coletivo, o *Centro de Referências*. Para isso, convidamos pessoas que têm acumulado reflexões nesse campo para trazerem sua colaboração em um momento de avaliação, compartilhado com todos.

De qualquer forma, quero dizer que seu questionamento é importante para que possamos abrir mais espaços para ouvir, mas esse, especificamente, foi pensado dessa forma, como uma espécie de momento de avaliação. Agradecemos sua contribuição, seu alerta. E abrimos mais uma rodada de três questões.

d) Público:

Eu sou Lilith, moro em Salvador e faço parte do grupo ambientalista da Bahia. Gostaria de compartilhar mais um ponto de reflexão, acompanhando o raciocínio da política pública organizada. Na medida em que temos que pensar de que forma o conhecimento da Psicologia pode contribuir para a construção da política pública, nessa tendência de ser humanizada, precisamos pensar a diversidade como parte disso. É uma seqüência do que aqui já abordado, de considerar a subjetividade. Além disso, acho que Psicologia, em política pública, tem que pensar na prevenção dos problemas que possam vir a acontecer. Na medida em que a política pública vai analisar uma situação e levantar os diferentes impactos que uma intervenção pode causar, deve analisar também os impactos psicológicos que determinado empreendimento causará no todo da comunidade; nesse sentido, é pensar o conhecimento da Psicologia

a serviço da prevenção dos possíveis problemas que possamos vir a enfrentar.

Marcus Vinícius de Oliveira

Responderei mais algumas questões escritas que aqui chegaram. Temos, particularmente, uma questão importante que trata do nosso círculo vicioso. “Os psicólogos não estão preparados para atuar em contextos que não são tradicionais, logo, ao atuar nesses contextos, encontram enormes dificuldades. As universidades não formam os psicólogos para trabalhar nesses novos contextos.” E assim vamos vivendo de desencontros; os psicólogos estão despreparados, os contextos não se modificam e as universidades não se abrem para produzir uma nova formação. Este momento é privilegiado no campo da formação em Psicologia para discutirmos essas questões. Atualmente, estamos em pleno debate sobre as reformulações curriculares em quase todos os cursos de Psicologia, resultantes das novas diretrizes nacionais aprovadas para os cursos de Psicologia. Então, o momento é oportuno para que as reformulações curriculares possam incorporar um conjunto de elementos novos que preparem os psicólogos para as novas fronteiras onde a Psicologia vem se desenvolvendo como prática. É interessante que possamos atuar como categoria profissional, lembrando que os Conselhos não interferem na dinâmica das universidades, que têm sua autonomia preservada e um enorme zelo, às vezes corporativo, por essa autonomia, que, muitas vezes, parece a de não ter que dar satisfação a ninguém (a autonomia universitária não quer dizer que a universidade tenha o direito de fazer o que quer, do jeito que quer, sem dar satisfação a ninguém). A universidade tem obrigação de se abrir ao diálogo com a sociedade

para estar afinada com os anseios dessa sociedade, que, afinal de contas, é quem a financia, sobretudo no campo das universidades públicas. Mas, de qualquer maneira, os conselhos profissionais não têm ingerência, ou a corporação profissional não tem ingerência. Gostaria muito que tivesse. Às vezes vejo colegas ansiosos com a possibilidade de poder mudar os currículos e, a partir do mundo do trabalho, da prática profissional, interferir na universidade. Isso também não é desejável porque, efetivamente, é preciso haver o espaço de mediação. É preciso encontrar um ponto em que o diálogo da universidade com o campo da profissão possa se estabelecer. Creio que, de alguma maneira, isso tem acontecido, mas talvez precisemos produzir esse diálogo de uma forma mais sistemática, e tal fato não é novidade. Nosso problema é de competência política para nos organizarmos e fazermos representar as diversidades e a pluralidade que estão dentro da Psicologia. Pluralidade e diversidade não quer em dizer desorganização e falta de critério. Devem, sim, encontrar um espaço de diálogo, de refinamento, de sofisticação e de tendências. O espaço da universidade, no entanto, tem sofrido interferências a partir da vida profissional. Gosto de dar o exemplo da Psicologia hospitalar. A universidade brasileira, nos anos 1970, não formava psicólogos hospitalares. Nem sabia o que era isso. A Psicologia hospitalar teve início porque muitas pessoas começaram a provocar os estabelecimentos hospitalares, que têm uma questão econômica séria: a redução do tempo de internação. É para esse desafio que os psicólogos são convocados, em torno dos conceitos de que auto-estima e suportes emocionais podem fazer com que as pessoas superem as doenças físicas mais rapidamente. E os psicólogos foram entrando sorratamente. E essa presença, essa fricção com a realidade concreta, esse

contato com o problema tal como aparece na vida, fez com que conseguissem organizar um conjunto de referências, e hoje diria que temos uma das psicologias hospitalares mais desenvolvidas, mais competentes do mundo, com competências muito significativas. Vejam que interessante: o próprio mercado produziu a especialidade, a especialização, um conhecimento sofisticado acerca daquele fazer, e esse conhecimento sofisticado retroalimenta a formação, ainda que não tenha saído da universidade. Temos que aceitar que há experiências que a vida realiza e que, lá fora da universidade, são produzidos saberes interessantes, que depois são inoculados, absorvidos pela universidade, em um processo de retroalimentação. Eu acredito muito na dialética de que nossa prática profissional, em novos contextos, tenha engendrado novas formas de produzir novas tecnologias, de fazer Psicologia, de aplicar esse conhecimento, e essas novas tecnologias retroalimentam o processo de formação. Concordo que precisamos, talvez, desenvolver, em nossos alunos, maior competência, maior capacidade de análise dos contextos. Nossa formação psicológica tem ainda um tom muito neutro, não contaminado por elementos positivos, como, por exemplo, o debate político. É preciso que a política entre em nossas perspectivas de interpretação dos fatos sociais, dos fenômenos psicológicos. É preciso que tenhamos a companhia dos economistas, dos advogados, exatamente para problematizar certas formas psicologizantes, reducionistas, que ainda operam no nosso processo de interpretação da realidade. Nada pior que a psicologização na interpretação de determinado fato social, porque distorce o fato, e essa interpretação torna-se ineficiente, ineficaz, incompetente para fazer frente a esse fato. No fato, existe a dimensão da subjetividade, mas também estão lá presentes as dimensões da Eco-

nomia, do Direito, da política. Então, necessariamente, o psicólogo precisa ter uma abertura para o diálogo com os outros saberes, que complementam, em uma perspectiva antropológica, esse olhar sobre o processo de desenvolvimento dos sujeitos no interior da sociedade. Não podemos nos contentar com o que nasce da nossa matriz, exclusivamente. Temos que incorporar os outros elementos que são enriquecedores à nossa capacidade de interpretação dos contextos sociais nos quais nossa prática se desenvolverá. Acredito que nos tornarmos cada vez mais politizados seja fundamental, é um desafio colocado para nós todos. Não se trata, necessariamente, de politizar os fatos psicológicos, nem de psicologizar os fatos políticos, mas precisamos ampliar nossos recursos de análise das conjunturas concretas onde atuamos. Trabalho no SUS, preciso saber sobre a política nacional de saúde. Não dá para ser um psicoterapeuta em um ambulatório da saúde pública na atenção primária alienado de qualquer debate dos caminhos, dilemas e debates que estão acontecendo no Sistema Único de Saúde. Serei melhor psicólogo e talvez até melhor psicoterapeuta dentro do SUS se tiver melhor compreensão do que produz a política de saúde ou do que produz o próprio fenômeno social da saúde e da doença no contexto da nossa sociedade. O caminho está traçado. Não é simples, mas a politização das nossas perspectivas pode contribuir muito para fazermos uma Psicologia mais adequada ao nosso tempo, à nossa sociedade, à nossa realidade, à experiência social brasileira.

Nelson Saule Jr.

Concordo plenamente com o que Lilith colocou. Nas situações em que temos trabalhado no Instituto Polis, onde lidamos com políticas públicas com

enfoque nas questões urbanas, em um trabalho que realizamos o ano passado, investigando a situação de moradia em várias cidades brasileiras com o relator de Direitos Humanos da ONU, na área de moradia, fica claro que, nos vários conflitos existentes nas cidades, os impactos vão sendo produzidos por ações do próprio Governo ou do campo econômico. Projetos que terão impacto ambiental e impacto urbano são desprovidos de análise dos impactos no campo da Psicologia. Falta isso, porque precisamos estar mais atentos com relação à natureza, e não somente com relação às pessoas. Por exemplo, a implementação, por Furnas, do grande projeto de uma usina hidrelétrica em Porto Velho, para facilitar a produção da soja na região e o desenvolvimento da agroindústria, não possui qualquer análise sobre os impactos na população ribeirinha em uma perspectiva psicológica. E assim ocorre em todos os projetos que estão sendo implementados pelo País afora.

E a formação não é um problema somente da Psicologia. Na maioria dos cursos, não há preocupação com as políticas públicas. Faz-se necessário atuar também na concreta mudança da perspectiva do ensino de incorporar a necessidade de os profissionais estarem capacitados para atuar com a realidade, com as questões sociais, com as políticas públicas, mas, de qualquer maneira, a partir do momento em que a demanda vem da própria sociedade, abre-se um campo de atuação forte e necessário. Sentimos concretamente, em várias áreas que temos atuado, a necessidade de atuação de vários campos profissionais, dentre os quais o dos psicólogos. Precisamos estabelecer um diálogo amplo, com um leque maior de profissionais, para estabelecer uma série de mudanças a fim de construir cidades mais humanas, mais justas e democráticas.

Ana Bock

Temos aqui a pergunta do Zeno, que menciona se, onde não há associações, sindicatos, caberia ao Conselho estabelecer o diálogo com o Estado, mesmo naquilo que não é sua atribuição.

Creio que o Conselho pode dialogar com o Estado naquilo que não é sua atribuição desde que não se arroje achar que é suficiente. O equívoco estaria em não aproveitar demandas existentes, necessidades de diálogo com o Estado ou outras questões, não aproveitar o momento para organizar um coletivo que possa ser responsável pela construção de um discurso específico e adequado. O Conselho estaria equivocado se não aproveitasse as oportunidades para ampliar coletivos dos profissionais e organizar novos coletivos, mas também estaria equivocado se deixasse de se apresentar como interlocutor de um grupo que não tem um coletivo organizado naquele momento.

***Centro de Referência Técnica
em Psicologia e Políticas
Públicas: a nova estratégia
dos Conselhos para avançar
na presença da Psicologia***

Marcus Vinícius de Oliveira

Conselheiro Vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia

Atualmente, temos, no Conselho Federal de Psicologia, uma norma de entendimento coletivo na Diretoria, segundo a qual costumamos dizer que não existe problema produzido nas dinâmicas que requisitam a Psicologia brasileira para o qual exista psicólogo incapaz de tratar do assunto com competência. Sentimo-nos confortáveis em dirigir o Conselho Federal de Psicologia porque sabemos que, entre esses 130 mil psicólogos, há muita gente desenvolvendo esforços sérios, persistentes, competentes e consistentes no sentido de construir conjuntamente essa profissão. É verdade que a profissão de psicólogo vem sendo construída sem muita articulação coletiva, sem muita produção de coletivos que possam estabelecer essas referências comuns, mas isso não significa que essa psicologia venha sendo construída de modo dispendioso ou pouco responsável. Sabemos, e temos nos valido sempre desse fato quando alguma questão difícil, polêmica, nova, surge na Psicologia, que basta que o Conselho Federal de Psicologia faça um chamado aberto e aparecerão aqueles colegas que têm uma determinada capacidade, competência para ajudar na solução do problema. Essa é uma concepção que vê essa categoria com muita positividade e vê nossa caminhada como profissão durante essa história como uma trajetória marcada por boas intenções. Mas boas intenções não são suficientes. Não basta que estejamos marcados, como psicólogos, por um ideal de serviço, uma das características de uma profissão prestada como a nossa, por concepções humanísticas e até libertárias bastante intensas como componente ideológico de sua identidade. O momento do desenvolvimento de nossa profissão está a

exigir que mudemos o patamar da nossa intervenção como grupo profissional. Isso significa, em primeiro lugar, intensificar os processos de auto-organização política. Hoje, o Sistema Conselhos de Psicologia tem isso como muito claro. É preciso intensificar o processo de produção de coletivos. Os psicólogos precisam reaprender a convivência no espaço do coletivo, da polis, da agora, nesse espaço onde todos podem vir e discutir o que é sua profissão, rompendo o isolamento individualista. Essa é uma das mais importantes diretrizes adotada hoje no Sistema Conselhos, que é a produção de uma prática democrática de relacionamento entre os que fazem parte da profissão como forma de obter legitimidade para os elementos que, eventualmente, sejam pactuados por esses coletivos como elementos de referência. É em nome dessa referência que o Sistema Conselhos pode exercitar algum tipo de autoridade e, eventualmente, até de constrangimento ao que possa estar prejudicando a imagem social, a representação e a forma de atuação de nossa profissão na sociedade.

Então, não basta boa vontade e ideologia transformadora de prestação de serviços. É preciso que ampliemos nossa competência. O processo de instalação e desenvolvimento do *Banco Social de Serviços*, que encerrou suas atividades em agosto-05, foi um verdadeiro laboratório social para os psicólogos e para os Conselhos de Psicologia. De certo modo, exercitamos, no BSS, uma experiência de humildade em relação aos nossos limites, ao quanto desejamos e sonhamos com projetos cuja concretização exige recursos que, talvez, não tenhamos desenvolvido na dimensão necessária. Refiro-me, por exemplo, à nossa capacidade gerencial dos processos coletivos. Não basta fazer a convocação. É preciso ser capaz de dar continuidade à convocação e de oferecer a perspectiva de organi-

zação em um coletivo que produza aquilo que parece uma referência necessária. Esse não é um trabalho simples. É um trabalho também de aprendizagem. Portanto, o *Banco Social de Serviços* representou, para o Sistema Conselhos e para os psicólogos voluntários que nele atuaram, um exercício da difícil tradução da Psicologia como prática social em diferentes circunstâncias. Nada disso é simples. Infelizmente, na Psicologia, não se lida com nada simples. Tudo na Psicologia é muito complexo, tem muitas perspectivas, muitos ângulos de visão. Nós, psicólogos, definitivamente, não trabalhamos com objetos de investigação, de estudo, do tipo simples. E não lidamos com sujeitos que sejam simples. O sujeito é sempre a marca da complexidade. Então, quando vamos traduzir nossas idéias, conceitos e concepções, muitas vezes progressistas, voltadas para o bem comum, nem sempre conseguimos um resultado tão eficiente. Assim, o *Banco Social de Serviços* serviu, para os Conselhos de Psicologia, como experimento destinado à mudança de qualidade nos modos de relacionamento da profissão organizada com o Estado brasileiro.

E, nesse momento que o *Banco Social de Serviços* se encerra, é preciso aproveitar o patamar deixado por essa experiência para introduzir um novo elemento: O *Centro de Referência de Psicologia e Políticas Públicas*. Essa idéia, mais do que um conceito abstrato, é muito precisa. A categoria dos psicólogos, através dos conselhos profissionais, deve organizar, no seu interior, um corpo profissionalizado de especialistas que assessoram, a exemplo do Instituto Polis e do DIE-ESE, a produção das referências necessárias para o diálogo com o Estado. É preciso que todas as entidades representativas da profissão (conselhos, sindicatos, associações científicas) tenham uma posição pró-ativa e que nos apresentemos ao Estado com recortes

bem definidos no sentido de incentivar a adoção de determinadas políticas públicas que caminhem na direção que comentamos anteriormente e possam desenvolver uma sensibilidade a essas políticas públicas. As dinâmicas das políticas públicas não podem ser guiadas estritamente pelas perspectivas objetivistas das políticas que tão bem ilustram o discurso da profissão dos economistas, conforme disse o Ranieri. Concretamente, muitas vezes, na perspectiva de profissões que oferecem certos instrumentos gerenciais ao Estado, a objetividade ganha grande realce, e nós, psicólogos, precisamos introduzir pacientemente, em um diálogo quase pedagógico, a convicção de que as pessoas não são meras estatísticas, de que a eficiência de um projeto não pode ser medida meramente pelos indicadores quantitativos e de que o elemento das qualidades compõe parte considerável da experiência humana.

A idéia é de que, a partir de agora, o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia estejam organizando, em seu interior, esse corpo técnico especializado que possa fazer o trabalho sistemático de recolher, sistematizar, disponibilizar e difundir as informações relativas à prática dos psicólogos no interior das políticas públicas. Como foi dito aqui, há muita coisa interessante acontecendo, há muitas novidades, "há sinais de novos ventos". Descobrimos psicólogos desenvolvendo projetos incríveis, que chegam ao Conselho. Temos colegas psicólogos que hoje estão estudando os impactos subjetivos da condição de ser socializado em um acampamento do Movimento Sem Terra. Certamente, uma criança que é socializada no acampamento do MST deve ser marcada por alguma singularidade, especificidade. Há colegas que estão interessados em entender o suicídio entre os índios Guarani, quais elementos es-

tabelecem esse tipo de ocorrência. Enfim, a cada dia, percebemos psicólogos desbravando novos espaços, construindo novas possibilidades nas fronteiras da exclusão social.

Mas isso não basta. Se o estudo permanece isolado, como algo de iniciativa estritamente individual, como mais uma aventura pessoal de mais um psicólogo dedicado construindo, ao seu modo, sua profissão, o projeto não terá impacto e não repercutirá na experiência coletiva de nossa profissão. Por isso, o desafio do *Banco Social de Serviços* é, em primeiro lugar, produzir essa identificação de um conjunto de práticas que se desenvolvem sob a égide de políticas públicas setoriais ou globais do Estado brasileiro e nas diversas esferas de Governo. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados está realizando, com a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, um seminário nacional para discutir a banalização da interdição judicial em função da política de benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social no campo da reforma psiquiátrica. Vejam, são questões precisas, nas quais a combinação da Psicologia com outros setores produz novidades e novas possibilidades de experiência para nossa profissão. Trata-se, portanto, de identificar a questão recolher e trabalhar com as informações obtidas. Quando dizemos recolher informações, não estamos falando da prática de enviar um questionário para que as pessoas o preencham, mas de produzir a organização dos coletivos que sustentam essas novas práticas, de organizar formas de intercâmbio e de troca entre esses grupos, chegando a uma validação daquilo que a maior competência da profissão dentro das políticas públicas expressou como o mais adequado, para que, de posse disso, o Conselho Federal de Psicologia, primeiro, possa servir aos próprios psicólogos, como

um banco de informações, para que aquele psicólogo que queira trabalhar com determinada área possa ter onde buscar referências. Com isso, o Conselho estará alavancando a própria experiência desses sujeitos para uma atuação mais eficiente.

Esse banco de informações, no entanto, serve também para a própria sociedade, que pode demandar ao Conselho Federal de Psicologia a busca de dados sobre certas possibilidades de atuação dos psicólogos. Porém, a idéia fundamental do Centro de Referência é de que essa informação sistematizada possa servir para o diálogo das entidades representativas dos psicólogos com o Estado brasileiro, e, através desse diálogo, tornar possível uma ampliação da escala da presença dos psicólogos nas políticas públicas. Portanto, nosso desafio, agora, é um desafio de escala. Temos uma caminhada na educação brasileira, no debate da Psicologia escolar, com muitos anos de trajetória e muitos anos de oportunidades perdidas, tanto que a indefinição acerca da prática do psicólogo em relação ao tema da educação, não permitiu que ela se tornasse uma prática generalizada, e que, efetivamente, se formos considerar o tamanho do sistema educacional, poderemos dizer que os psicólogos estão marginalmente presentes nesse sistema educacional. Bastaria apenas um melhor enquadramento do exercício profissional do psicólogo em relação à educação para que mudássemos a escala da presença dos psicólogos no sistema educacional. Para isso, é preciso que possamos chegar ao mínimo de acordos para essas atuações, definindo certos escopos para que as entidades representativas, com segurança, possam se dirigir ao Estado brasileiro e solicitar a inclusão do psicólogo em uma política pública, sabendo dizer, com clareza, para que e por que estamos reivindicando essa inclusão e quais são as potencia-

lidadesn de atuação. Na medida em que consigamos ter parâmetros de intervenção profissional nas diversas políticas públicas, poderemos dizer, com clareza, não somente ao empregador, quais expectativas tem direito de ter ao chamar o psicólogo para trabalhar com essa política pública, mas também oferecer uma sinalização clara para as unidades de formação, para os centros formadores, sobre as expectativas que a profissão tem com relação às competências a serem desenvolvidas durante o processo formativo para que um psicólogo possa atuar eficientemente no contexto das políticas públicas. Isso quer dizer que, de fato, esse projeto se coloca como central, estratégico e pretende ser a referência, no próximo período, desse processo de transformação da atuação dos psicólogos na sociedade brasileira, levando, a partir disso, a um reposicionamento da própria Psicologia como profissão na sociedade brasileira. Então, é um projeto marcado por grandes expectativas e por uma certa ansiedade, inclusive, que pretendemos manter sob controle para garantir que ele possa se concretizar e ser um instrumento, o mesmo que, hoje, o DIEESE representa para os sindicatos, o Polis para os movimentos sociais, uma alavanca para que a profissão de psicólogo possa conseguir melhor posicionamento na sociedade, fazendo, ao mesmo tempo, uma contribuição significativa para que tenhamos uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais democrática, mais agradável para todosos que nela vivem. Essa, então, é a idéia do *Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas*, provisória e carinhosamente chamado de CREPOP. A Psicologia também é pop, no sentido de que precisa estar a serviço do povo, da população.

ANEXO

1ª Reunião Técnica do *Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas* – CREPOP Os psicólogos e as políticas públicas

I. Abertura

Ana Mercês Bahia Bock

Presidente do Conselho Federal de Psicologia - CFP

Bom dia. Quero dar boas vindas a vocês e dizer que é uma satisfação, para nós que estamos aqui, procurar representar o pensamento não somente do Plenário do Conselheiro Federal, mas o pensamento de todo o Sistema de Psicologia. Recebo vocês dizendo da expectativa que este coletivo de 16 Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Psicologia têm em relação ao trabalho que vocês passam a executar.

Tivemos a experiência, também como Sistema Conselhos, do *Banco Social de Serviços em Psicologia*, que durou dois anos e foi muito polêmica. Foi uma experiência muito debatida, passou por congresso, não tomou o tamanho e a importância que havíamos sonhado no projeto, mas foi realizada com muito sucesso. Encerramos a atuação do *Banco* com uma avaliação muito positiva. Todos os Estados, no Brasil, realizaram um pouquinho ou bastante do trabalho do *Banco Social* e hoje temos orgulho da experiência realizada, pois o *Banco Social* foi uma possibilidade da relação da Psicologia, enquanto profissão, com os órgãos governamentais, no diálogo que trazia a expectativa de fazer com que a sociedade entenda melhor o que nós, psicólogos, fazemos, o que há muito tempo temos buscado. Toda vez que os psicólogos se reúnem em congresso para decidirem linhas, diretrizes, surge a questão de que a sociedade precisa compreender melhor o que essa categoria faz. Para

isso, nesse tempo de profissão no Brasil, fez-se propaganda na televisão, colocou-se plástico no automóvel, e por aí afora. Resolvemos dar um salto de qualidade na forma de trabalhar essa questão, e construímos o *Banco* procurando dialogar com a sociedade, com o Estado brasileiro e com o Governo para apresentar a contribuição que a Psicologia tem a dar e pode ter na sociedade brasileira. Fizemos algumas experiências e elas resultaram em uma avaliação bastante positiva sobre o *Banco*; sei que aqui há algumas pessoas ligadas à experiência do *Banco* nos Conselhos Regionais. Hoje temos o salto de qualidade que o Banco Social nos permitiu: o *Centro de Referências*. Apenas quero dizer, neste momento de boas vindas, da grande expectativa, da importância, do quanto é central, para o Sistema Conselhos, realizar um trabalho unificado em torno do CREPOP.

Desejo a vocês um bom trabalho, que possam começar a desencadear esse trabalho, que precisará de uma orquestração muito afinada. É para isso que estamos aqui: para afinar os instrumentos, para dar início a esse trabalho em todo o Brasil.

Sejam bem vindos, incluindo o Marcos Mesquita e a Grisel, funcionários do Conselho no CREPOP, o Marcus Vinícius, vice-presidente do Conselho, que tem muito a ver com a construção desse projeto, e os colaboradores que receberemos para os debates. Sejam muito bem vindos para esse desencadear do trabalho.

II. Apresentação institucional do CFP e do CREPOP

Marcus Vinícius de Oliveira

Vice-presidente do CFP e conselheiro responsável pelo CREPOP

Gostaria de, inicialmente, traduzir algumas idéias que nos reúnem aqui.

A primeira idéia é de que o destino de um grupo profissional, como nos ensina a Sociologia das profissões, pode ser estabelecido a partir de inúmeras variáveis, inclusive variáveis sobre as quais esse grupo profissional não tem o menor controle, ou seja, o desenvolvimento, a trajetória de um determinado grupo profissional na sociedade comporta dimensões governáveis e dimensões ingovernáveis. De certa maneira, isso caracteriza a trajetória de um grupo com certos níveis de incertezas. Nenhum grupo profissional pode projetar a si mesmo no interior da sociedade e obter um resultado de imagem que seja tal qual o grupo desejaria obter.

Por outro lado, ao enfatizar aspectos ingovernáveis na dinâmica de um grupo profissional, quero pontuar exatamente a outra dimensão, a do conjunto de variáveis com que esse grupo profissional pode exercer algum tipo de governabilidade, portanto, imprimir uma certa meta, um certo objetivo, um certo projeto.

Trago essa reflexão geral para pensarmos que o grupo dos psicólogos, como qualquer outro grupo profissional, tem uma trajetória histórica na qual, de certa maneira, vários fatores intervieram para que tivesse a configuração que assume. Não há tanto tempo, esse grupo profissional vem buscando participar e interferir, de forma mais decisiva, nesses aspectos governáveis. O primeiro grande desafio que esse grupo tem para exercer algum tipo de governança sobre seu futuro é seu processo de auto-organização como grupo. Isso, dentre os fatores que produzem esse grupo, e que ele não governou, está o processo de produção do próprio grupo, os ritmos, as intensidades, as quantidades. Somos hoje 130 mil psicólogos no Brasil, caminhando aceleradamente para chegarmos aos 140 mil; essa profissão tem 44 anos de legalização

(foi legalizada em 1962). É um tempo relativamente curto para se ter um desenvolvimento social intenso. Quando se disser que há 44 anos havia mil pessoas, e que hoje existe 130 mil, precisar-se-á lidar com processos de compressão histórica, nos quais a assimilação de contingentes de profissionais se dá por processos absolutamente intensos, que é o processo da proliferação do ensino superior no Brasil, a multiplicação das faculdades, o esforço dos processos formativos e a pressão sobre o processo e formação dos formadores. Há aí uma série de elementos que interferem e desenham a forma como os psicólogos estão presentes na sociedade brasileira atualmente. Em certa perspectiva, podemos dizer que essa pressão exercida na produção desse contingente de agentes sociais legalizados pelo Estado para exercer determinada profissão, a de psicólogo, tem, como um dos efeitos é a produção precária de identidades, que se estabelece a partir de uma tradição; como as melhores reflexões estabelecem, a tradição precisa da lacuna temporal para que possa se estabelecer. Então, um grupo sem tradições, ou que constrói tradições efêmeras, ou que vem se esforçando para construir tradições, vai encontrar dificuldades em estabelecer identidades e, principalmente, seu processo de auto-organização, constituindo, assim, um grupo em si, e não um grupo para si, tomando a metáfora de Marx quando fala de classe. Então, podemos pensar os psicólogos como um grupo em si, um contingente social de 140 mil sujeitos, marcados por algumas regulações e algumas referências que são estabilizadoras, há um Conselho Profissional que estabelece; o Código de Ética, tem uma legislação, tem uma relação com o Estado que, historicamente, vão legando a esse grupo profissional determinadas posições, quer dizer, temos um enquadre que sustenta isso. Mas, efetivamente,

essa sustentação não se dá por igual consciência pelos membros que fazem parte desse grupo.

Então temos, como questão estratégica fundamental para o futuro da profissão de psicólogo, que estabelecer esse contingente profissional como um grupo para si, dotar esse grupo de um processo de auto-organização. Essa é uma questão estratégica fundamental, porque é a condição de interferência nos outros fatores governáveis. O que há de governável no futuro da profissão é aquilo que, de certa maneira, dependerá da capacidade de esse grupo profissional ampliar sua organização, da produção de referências comunitárias, comuns, identitárias, que são de grande valor para o grupo se estruturar socialmente e ter uma imagem mais parecida com a que ele gostaria de ter, pois nunca será igual à que ele gostaria, mas pode ser mais parecida se produzida a partir de sua vontade, de seu desejo, de seu interesse histórico.

Queria trazer isso porque esse é o raciocínio daqueles que ocupam a gestão atual do Conselho Federal de Psicologia, esse é o tipo de pensamento que nos faz pleitear a condição de gestores dessa Casa para implementarmos um determinado tipo de perspectiva de trabalho junto a esse grupo profissional e na relação com a sociedade, em direção a um futuro mais parecido com o que gostaríamos de ter: um futuro menos aleatório. Por isso, consideramos o Conselho Federal de Psicologia uma instituição estratégica para o grupo profissional dos psicólogos porque fruto dessa trajetória e dessa história, com um processo de organização marcado por muitas fragilidades. As demais instituições da Psicologia (associações, sindicatos) são frágeis, e o CFP se coloca como a principal organização. Isso não é à toa, não. A filiação é compulsória, é obrigatório por lei, faz parte

da própria regulação, tem a ver com as relações com o Estado brasileiro, com as corporações profissionais, desde Getúlio Vargas, mas, efetivamente, essa é a organização mais importante do ponto de vista de recursos, de capacidade de ter uma máquina institucional que possa conduzir, agregar, patrocinar, organizar processos de utilidade dos psicólogos. Então, essa organização não é uma organização qualquer para este grupo, mas tem um papel estratégico bastante importante, e vem descobrindo, ao longo dessa história, formas de exercitar esse papel. A Ana disse, aqui na caminhada, o que temos feito rumo à transformação da identidade profissional dos psicólogos, e o fazemos com muita consciência. Para isso, temos que interferir na formação, regulamentar o exercício em várias esferas e produzir processos de auto-organização dos psicólogos.

Temos que trabalhar em uma perspectiva que tenta não ser estritamente corporativista, já que uma das formas fáceis e atrativas para produzir esse tipo de identidade é buscar todas as vantagens para a profissão julgada especial. Essa é a forma mais banal de se produzir identidade, pois é atrativo vender, para as pessoas, a ilusão de que são especiais, de que compõem um grupo de profissionais melhor que os outros na sociedade e que têm que competir para que seu lugar seja destacado em relação aos outros grupos. Isso é fácil de fazer, mas temos recusado esse caminho do corporativismo e temos exercitado, no limite, o desafio de fazer uma política corporativa que não seja corporativista, ou seja, uma política que reconhece toda a questão dos interesses de um grupo profissional no interior da sociedade mas não se contrapõe aos interesses da própria sociedade, não pretende que esses interesses tenham primazia em relação a outros interesses, mas faz uma concilia-

ção dos interesses desse grupo profissional e os da sociedade.

Temos feito um caminho que é o de buscar, efetivamente, no contexto concreto da sociedade brasileira, colocar a Psicologia a serviço da sociedade. Quando dizemos a serviço da sociedade em uma sociedade estruturalmente tão desigual como a brasileira, estamos nos referindo, inevitavelmente, a um conceito de cidadania, extensivo, igualitário, que diz que todos os cidadãos que fazem parte dessa sociedade teriam direito a ter acesso aos benefícios daquilo que o conhecimento psicológico oferece como possibilidade. Deveria ser assim. Esse caminho começou com a revelação de certas capacidades já estabelecidas no interior do grupo profissional dos psicólogos, a capacidade para produzir práticas nessa direção, rompendo a imagem elitista do psicólogo, a imagem do psicólogo como um profissional liberal, que presta serviço exclusivamente para aqueles que têm dinheiro, aquela imagem do psicólogo associada estritamente ao psicoterapeuta, uma imagem reclamada hoje por muitos colegas, mas construída pacientemente por nós ao longo da trajetória. Agora temos que lidar com ela e transformá-la. Então, de certa maneira, essa interferência estaria preocupada em revelar outras competências, outras capacidades.

Fizemos a primeira *Mostra Nacional de Práticas Profissionais, Psicologia e Compromisso Social*, na qual buscamos mostrar outros fazeres que os psicólogos já estabeleciam em contextos comunitários, grupais, institucionais, de relevância e com populações que nem sempre tiveram acesso aos serviços dos psicólogos. Posteriormente, encaminhamos a realização do *Banco Social de Serviços*, uma experiência considerada um êxito, que tratou de agenciar uma força disponível entre os psicólogos para que eles pudes-

sem investir em iniciativas inovadoras do trabalho em áreas do tipo já citado anteriormente, e hoje estamos trabalhando com o *Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas*.

O conceito principal que sustenta a existência desse *Centro* é o reconhecimento do caráter estratégico da informação como insumo para qualquer grupo que queira se movimentar no interior da sociedade em relação ao ideal x, y ou z. Qualquer grupo que queira se movimentar hoje dentro da sociedade deve levar em consideração o fato de a informação ser um elemento estratégico fundamental e, de certa maneira, aprendemos isso com a própria história do movimento dos trabalhadores, sendo que o DIEESE e o DIESAT, por exemplo, são referências para nós enquanto espaços onde os trabalhadores reuniram competências técnicas e inteligência visando a obter subsídios que pudessem ser úteis nos processos negociais e, no caso do DIESAT, evidenciar o processo de adoecimento e as causas laborais desse adoecimento. Isso é convidar, contratar, profissionalizar um grupo técnico com a tarefa de trabalhar em torno da questão da informação. Então, o eixo fundamental, estruturante em torno do *Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas* é a busca ativa de informações estratégicas que possam orientar a movimentação da organização dos psicólogos em direção de seus objetivos. É para isso que estamos contratando, convidando vocês a participarem de um projeto que tem o eixo fundamental da busca da organização, da sistematização, da disponibilização da informação em torno desse foco das políticas públicas, porque achamos que esse foco é o que melhor realiza o ideal de, ao mesmo tempo, atender uma reivindicação legítima de qualquer cidadão, inclusive dos psicólogos, de ter trabalho na sociedade e ter a possibilidade corres-

pondente de benefício social porque exercitado no âmbito das políticas públicas. Isso nos traz a questão de uma relação consciente, informada, com o Estado, que possa ser de igual para igual, e não aquela em que as organizações peçam o favor de o Estado criar vagas de trabalho porque a corporação precisa delas, mas onde a organização discuta, com o gestor público, a organização, a condução, o desenvolvimento, a gestão, a execução, a avaliação das políticas públicas e também discutir a possibilidade, da necessidade, do interesse, da capacidade, da competência de os psicólogos contribuírem para que tenhamos políticas públicas cada vez mais marcadas pela universalidade, pelas perspectivas de interesses de todos os grupos, da garantia dos interesses de grupos que tenham algum tipo de limitação, e desejamos que os psicólogos possam ser agentes ativos nesse diálogo.

Dessa forma, vocês estão, neste momento, convidados a construir essa informação que, em si mesma, tem seu poder, mas que pretendemos manejada na busca de melhor presença dos psicólogos nas políticas públicas. Neste momento, nossa ênfase com vocês será a questão da informação, para que possamos trabalhar com a produção e com a organização da informação e do conhecimento. Em um momento imediatamente posterior, incorporaremos a dimensão da negociação, da gestão junto aos órgãos, enfim, o trabalho com essa informação, que também faz parte do horizonte; entre organizar essa informação e usá-la para essas finalidades, está o processo de organização do grupo profissional, isto é colher informações junto a esse grupo profissional para usá-las nos processos de negociação com o Estado, tomando esse grupo como sujeito da sua própria dinâmica e de sua própria história. Quando tratamos esse grupo como sujeito, isso significa interferir na própria dinâ-

mica organizativa, identitária, desse grupo de profissionais. Então, diria que, com esses três elementos poderemos trabalhar com uma visão sobre a finalidade do CREPOP. O *Centro de Referência* serve para buscar, organizar, sistematizar, disponibilizar informação a fim de interferir em determinada ordem estabelecida e fazê-lo com os profissionais.

Com isso, dou as boas vindas a vocês, explicitando que temos muito a receber de vocês, que são parte importante para nós do ponto de vista da construção desse projeto. Para nós, que consideramos os grupos sujeitos, recebê-los traz a expectativa de que são construtores, e não somente executores que chegam a um lugar já pronto. Vocês aqui têm o papel de construir o próprio projeto. Não podíamos esperar para ter um projeto tecnicamente perfeito e convidá-los para integrar esse projeto. Esperamos que o saber de vocês contribua para o aperfeiçoamento do projeto. Gosto de dizer que sabemos o que queremos. Não nos falta saber sobre nosso desejo de onde queremos chegar. São bem-vindas sugestões e outras reflexões, mas sabemos qual é o caminho que queremos construir. Isso ajuda muito, porque, de certa forma, estou dizendo que temos uma definição política da nossa trajetória, e vocês estão sendo convidados para interferir nesse processo, sabendo que não está em questão o que se deveria fazer, pois isso é fruto de uma maturação anterior, de uma experiência, de uma consolidação de vontade que, obviamente, terá interferência, mas que não é nossa busca neste momento. Isso nos permitirá o foco na consolidação de certos objetivos que acreditamos ser os fundamentais a serem cumpridos para que passemos a um outro patamar. Talvez, daqui a pouco, organizemos uma primeira movimentação, demos uma consolidada e mudemos de opinião, mas, por ora, temos uma trajetória a seguir.

Confiar muito que os psicólogos que estão aqui conosco esquecerão que são psicólogos para encarar essa nova tarefa, não à luz do olhar do psicólogo, mas à luz do olhar do especialista em políticas públicas. Precisamos perguntar às pessoas o que fazem, como fazem. Não posso ter um dever ser já estabelecido para fazer um julgamento. Se tivéssemos a companhia de pessoas mais alheias à Psicologia, isso se processaria em uma dinâmica mais natural, porque não haveria parâmetro para julgamento. Todos temos histórias. Sei que são relativas ao campo social, ao campo das políticas públicas, o que dá uma grande chance de que sejamos bem sucedidos.

Mesa Redonda: O Estado Brasileiro e as Políticas Públicas

O Estado Moderno e as Políticas Públicas

Professora Doutora Lúcia Mercês de Avelar

Diretora do Departamento de Ciência Política da UnB

Muito obrigada ao Conselho pelo convite; é um prazer poder dividir um pouco de nossa área para esse trabalho de acúmulo de informações extra Psicologia.

Em primeiro lugar, quero fazer um breve relato sobre essa expressão “Estado Moderno”, que não é um conceito universal, mas é circunscrito historicamente. É uma forma de organização do poder político, que surgiu na Europa Ocidental, entre os séculos XII e XVIII. Vocês podem imaginar, nesses séculos, a qualidade das mudanças econômicas, sociais, políticas e religiosas que aconteceram em um espaço do mundo civilizado e deram como resultado, entre os séculos XVII e XVIII, a constituição do Estado moderno. Isso é bom, inclusive, para nos situar em relação ao Estado brasileiro, ao sabermos que, quando fomos colonizados, já estava em curso, com certo grau de amadurecimento, o capitalismo comercial, e todo o projeto das conquistas estava ligado a estender, a cada núcleo de poder, a expansão em busca de sua riqueza.

O que significou, dos séculos XII a XVIII, essa nova forma de ordenamento político a que se deu o nome de Estado, como o conhecemos hoje?

Iniciando, gostaria de falar sobre a centralização do poder. Se voltarmos ao passado, veremos uma espécie de policentrismo na sociedade, com os senhores feudais donos de seus domínios; não havia, portanto, uma territorialidade que abarcasse todos aqueles núcleos fechados em torno de propriedades e sob um domínio único de poder. Então, o primeiro aspecto é a centralização de poder dentro de um território e com o monopólio legítimo da força, como

nos ensinou Max Weber. O Estado é que tem esse monopólio da força legítima. E que mais?

Uma máquina administrativa que ajudasse o soberano a governar aquele território e que tivesse legitimidade, porque sua ordem deveria ser cumprida, e legalidade, ocasião em que, historicamente, surge também o “Estado de direito”. Isso é dito muito rapidamente, para contar um pouco como foi o processo lento de construção histórica.

Esse processo serve também para pensarmos o Brasil. É claro que, quando os portugueses chegaram aqui, no século XVI, a estruturação do Estado moderno já era avançada. É importante pensarmos um pouco sobre o Estado que nos colonizou. Cada vez que me surpreendo com certos traços característicos da nossa sociedade, sinto-me uma devedora do conhecimento sobre nossas raízes ibéricas. Esses traços estão profundamente impregnados no consciente coletivo, e têm suas raízes nesse iberismo que nos foi legado.

Há um grande historiador, sociólogo e politólogo alemão, chamado Oto Hintze, que faz uma pergunta crucial: Como organizar politicamente grandes territórios?

Com essa questão, talvez possamos chegar a entender a organização política do Estado brasileiro hoje. A primeira característica dessa formação histórica brasileira é a descentralização, ocorrida com as capitânicas hereditárias. Eram os funcionários da Coroa que vinham aqui ocupar essas áreas imensas. A propriedade da terra era o poder político, o poder econômico e o poder jurídico, porque, nessa imensa dimensão territorial, as leis que se faziam cumprir eram as leis da propriedade privada. Essa lealdade que o funcionário da Coroa tinha, no início, com os donos da terra, através das gerações seguintes, transformou-se

em poder privado. Então houve a pulverização do poder no Brasil, onde as grandes propriedades de terra eram núcleos centrais de poder. Vocês podem imaginar o que significava, por exemplo, proteger a família e seus agregados naquelas clareiras das propriedades, o que significava o papel econômico do grande proprietário que oferecia o trabalho? E a educação? O que eu gostaria de passar a vocês é a idéia de que essa ordem política fundada no patrimonialismo do Estado português, patriarcal, escravocrata, deixou seu legado, e que, querendo ou não, traços específicos desse legado ainda são encontrados hoje.

Faço alguns trabalhos sobre a participação das mulheres na política, voto feminino e representação política feminina, e costumo pensar sobre o que afirma Max Weber que, ao nos ensinar, como são outras sociedades, antigas e mais modernas, mostra esse tipo de dominação patrimonial que ele chama de dominação tradicional, que é o nosso caso, para revelar, por exemplo, na representação política brasileira e também na questão social, que, se tivemos uma organização política patriarcal e escravocrata, não seria sem razão que as mulheres e os negros estivessem de fora, ainda hoje, de todo o poder político; no caso dos negros, de todo e qualquer aspecto sócio-redistributivo, tal como é a estrutura social atual. Estou tentando ligar algumas dimensões conceituais para dar um pouco de abertura à situação de hoje.

Passo rapidamente à época republicana para chegarmos ao Estado que temos hoje. A república proclamada foi uma espécie de abdicação forçada do nosso imperador. Já havia uma certa organização de forças políticas, sempre centradas na periferia. Chamamos a isso de relações centro-periféricas. Tínhamos o Poder Imperial e uma periferia pulverizada em vários núcleos de poder. Então, com a República, os Estados mais

poderosos tomam conta do Estado, e os presidentes de províncias, os chamados governadores desses Estados mais poderosos, de alguma forma usurpam esse Estado que começa a se formar, mas em uma situação de característica oligárquica, porque o que se foi formando na história política brasileira foi esse poder privatizado, pulverizado, oligárquico e clânico, porque de raízes familiares. O fato de termos uma estrutura patriarcal na nossa origem significa que o poder é masculino e se transmite familiarmente, e não se transmite familiarmente para todos igualmente. É sempre para o filho mais velho. Essa é uma espécie de dinastia que se forma para a construção das próprias oligarquias, muito fáceis de serem mapeadas, ainda hoje, em todo o território brasileiro.

Essa dinâmica oligárquica tem, como âncora principal, o coronelismo. Costumo dizer que o coronelismo é uma espécie de entidade que organiza as relações intergovernamentais, porque é o coronel que, no poder local, faz toda a intermediação política que liga o local ao nacional. Os coronéis são pessoas de famílias proeminentes devido à posse da terra ou devido a algum tipo de herança, como o nome de família, porque muitas famílias perderam as terras. A estrutura se modificou, mas a posição estamental dessas famílias não mudou. Isso é importante, porque tem repercussões no Estado atual. Para essas oligarquias fundadas na dinâmica do coronelismo, a prática, o exercício do poder se faz através do clientelismo político, e o clientelismo é uma relação de troca desigual, obviamente, cujo objetivo é única e exclusivamente a perpetuação do poder daquela personagem política que ainda mantém o poder local. É bom pensarmos nessa estrutura, porque o coronel é muito importante e tem o apoio dessa rede de relações intergovernamentais enquanto é bem votado; se não angaria votos, perde

o apoio dessa rede maior, porque não dá a sustentação política necessária à dinâmica dessas redes.

A Primeira República, no Brasil, tinha essa configuração, e embora, constitucionalmente, houvesse a Presidência da República, esta nada significava. Nossos presidentes, até 1930, eram reféns desses grupos que exercitavam o poder nuclear local. Nessa questão dos Estados mais poderosos, há uma particularidade interessante. Os Estados mais poderosos eram São Paulo e Minas Gerais. São Paulo sempre teve uma economia muito diferenciada. Tanto é assim que, e esse é um dado que quero deixar para vocês, é o único Estado brasileiro que teve, na verdade, uma dinâmica do capitalismo liberal, e não um capitalismo de Estado, que foi a marca da industrialização e do desenvolvimento brasileiro. Então, era economicamente forte, mas o Estado mais populoso era Minas Gerais. Com a República, aquele Estado passou a ter um número muito grande de representantes na Câmara Federal. Minas Gerais passou a ter 32 deputados, enquanto São Paulo tinha 17. O parceiro júnior era a Bahia, um Estado populoso e com um grande número de representantes. Então, dizer que superamos essas estruturas do poder privado, do coronelismo, do clientelismo, é questionável em um tipo de representação real, de acordo com as regras de um sistema representativo. As estratégias de reprodução do poder, que são também muito familiares, continuam sendo praticadas, e com aprofundamento. Há um instituto de pesquisa em Paris, organizado pelo professor Bourdieu, que estuda somente as estratégias de reprodução de poder familiar, e nós estamos lá, cooperando com dados bastante importantes para essa pesquisa. Gostaria de citar um dado para vocês sobre Minas Gerais e São Paulo. Este último fez o seguinte acordo com o primeiro: só queremos a área ministerial das finanças, do

trabalho e da justiça, e equilibramos isso com o maior número de representantes que vocês possuem. Isso na primeira República. Eram as oligarquias negociando o Estado.

Quando assume Vargas, uma espécie de representante dos Estados mais fracos que se revoltam contra aquela alternância Minas e São Paulo, coloca em marcha o que chamamos hoje de Estado moderno. Poderíamos dizer que, de 1930 a 1945, ocorreu o período que chamamos de *state building*, ou seja, da construção desse Estado que está aí. Esses 15 anos do governo de Vargas foram muito impressionantes, e se completam com sua volta, de 1950 a 1954, quando são construídas as grandes empresas estatais. Vargas, em um momento de uma conjuntura internacional muito específica, a das guerras, do fascismo e do nazismo, não ficou fora dessa influência; tinha um certo “namoro” nazi-fascista e o de um Estado forte. Pensem no mundo daquela época: a Revolução Russa fazendo o império da União Soviética e o Estado conduzindo toda e qualquer iniciativa para promover o desenvolvimento. Esse foi o Estado de Vargas. É o que chamamos de capitalismo de Estado. O Estado é o motor do desenvolvimento, por oposição ao Estado capitalista liberal, em que todas as iniciativas de desenvolvimento estão na sociedade, onde os próprios empresários promovem o desenvolvimento.

Então, o modelo institucional que Vargas constrói para o Brasil é uma espécie de tripé. De um lado, o corporativismo nas relações capital e trabalho. Trazer essa dimensão do corporativismo naquele momento, com aquela conjuntura internacional, molda muito fortemente a realidade que temos hoje, que é uma forma, sim, de se praticar o poder, não só das relações sindicais mas também nas relações empresariais. O corporativismo é um canal de participação política

real, pois não apenas através dos partidos políticos, do voto, do sistema eleitoral que se exerce o poder; o corporativismo, no âmbito do Estado, é uma realidade enquanto canal de participação política. Ver essas origens e seu desenvolvimento é importante porque hoje, quando se fala em reforma do Estado e se diz que é preciso reformar as relações capital e trabalho, observamos que a Constituinte de 1988, quando considerava essa dimensão do corporativismo, a aprofundou, porque, deu, por exemplo, direito de greve a setores essenciais do Estado.

Gostaria também de fazer uma observação sobre o ao corporativismo, porque, tendo um Estado capitalista, temos uma economia pública, e a maioria dos funcionários está no Estado, e não naquela relação de capital e trabalho. Então, quando se faz uma greve, ela é feita contra o Estado. Essa economia pública é uma espécie de veia desse edifício econômico e político erigido a partir da década de 30. Então, o corporativismo é uma “perna”.

A outra “perna” é o consociativismo na área partidária eleitoral. A combinação do sistema majoritário e proporcional foi uma jogada genial da equipe de Vargas, porque, se mandasse as oligarquias para casa, sofreria um golpe. Então, para acomodar isso em um Estado em que houvesse cunhas de desenvolvimento, precisaria de expertises, de técnicos, de conselhos e de departamentos especializados, então, criou a combinação do sistema majoritário e proporcional. Isso foi interessante, porque Vargas fortaleceu a Presidência da República, o que não acontecia anteriormente. Aquela aura presidencial não existia. A combinação também cria uma câmara, não somente federal, mas estadual e municipal, com sistema proporcional. Ele somente existe em países muito pequenos com muitas minorias, no intuito de favorecê-las. E as nossas

eram destinadas a favorecer o poder dos Estados e das oligarquias, que também precisavam ser convocadas para o Estado e, assim, o mantiveram no poder.

Aliás, Juscelino também foi genial nesse aspecto, porque repetiu Vargas. Quando quis fazer Brasília e as indústrias automobilísticas, seguiu o mesmo caminho: "Aqui tenho os ministérios técnicos, e aqui tenho os ministérios políticos". Vemos isso até hoje, refletindo problemas nas políticas públicas.

Então, esse consociativismo dos sistemas proporcional e majoritário tem uma consequência muito grande, porque as massas urbanas elegem, majoritariamente, o Presidente da República, mas ele haverá que lidar com um Congresso extremamente conservador. A legislação proporcional reza que terá um número mínimo de deputados em qualquer Estado, independentemente da população, e, na medida em que a população de um Estado aumenta, esse quociente começa a diminuir, ou seja, os Estados mais populosos têm menos representantes, e os Estados menos populosos têm mais representantes. Com isso, protegem-se as minorias, mas as minorias do desenvolvimento e as mudanças que a industrialização traz. E a pergunta fica: Como as elites dos Estados mais poderosos concordaram com isso?

Isso tudo é muito interessante, porque, quando avaliamos essa história, vem uma direção para se procurar certos caminhos de pesquisa. É claro que as elites dos Estados mais poderosos se juntam às elites dos Estados menos desenvolvidos e fazem um acordo para combater os novos segmentos urbanos que comecem a se constituir na sociedade brasileira. Quando vejo como o ex-Deputado Severino Cavalcanti foi eleito presidente da Câmara, percebo que os mesmos arranjos de sempre continuam sendo feitos. São as elites dos Estados mais desenvolvidos se aliando às

elites dos Estados menos desenvolvidos para combater esses segmentos que hoje estão, de alguma forma, representados. Digamos que a representação da não elite tenha se iniciado, mas é muito pequena, porque a representação, por exemplo, de negros originários da escravidão acontece com apenas duas pessoas na Câmara Federal. Isso para vocês terem uma idéia de como é lenta a mudança. Esse fato tem repercussões diretas na política pública. A que segmento, principalmente a política social, esse investimento do Estado irá se direcionar se a decisão está nas mãos de um Estado composto dessa forma?

Então, o tripé do qual falei é o corporativismo, o consociativismo e o presidencialismo, que é plebiscitário. Temos sempre um Presidente que pode ter um projeto modernizador para o País, mas terá que negociar com um Congresso que tem essas raízes oligárquicas. O que Vargas faz, basicamente, é uma intervenção em termos de políticas públicas, uma intervenção regulatória do Estado na economia, que cria uma classe empresarial a partir do Estado e centraliza fortemente o poder, introduzindo uma ideologia do nacionalismo econômico.

Temos mudanças nesse quadro? Temos, em algumas coisas. A novidade na sociedade brasileira, é esse novo associativismo, porque a sociedade brasileira sempre esteve muito distante de qualquer forma de organização da sociedade enquanto tal, de associações, de movimentos, etc. Quando pensamos na história do País, percebemos que os movimentos são muito recentes. Eles realmente tomaram força nos anos militares, quando os partidos estavam fortemente censurados. Foi aí que vimos crescer a sociedade organizada. A partir de então, houve uma proliferação desse associativismo. O PT, quando surgiu, e quero deixar isso muito claro, fez "amarrar" essa

sociedade que já estava organizada. Ele não inventou a sociedade organizada. A igreja católica foi um dos pilares desde o rompimento com Vargas, quando começa a incentivar o associativismo, e o faz com o menor ruído possível. Temos um levantamento feito recentemente, pelo IBGE, sobre o número de entidades organizadas para os mais diferentes fins, incluindo a defesa de direitos, e são em torno de 285 mil organizações. Essas são as que estão registradas. Essa é a novidade da sociedade brasileira. É uma espécie de contra-hegemonia dessas elites políticas tradicionais. Chega ao Estado? Chega a influenciar as políticas públicas? Essa é a pergunta que fica, que podemos nos fazer nesse momento. Em um quadro de lentas mudanças, existe alguma forma de influenciar um projeto que é das elites políticas tradicionais? Podemos mudar esse quadro? Posso dizer a vocês que diplomatas, técnicos muito qualificados, diretores de museus e outros pertencem às elites políticas tradicionais. Tem que ter nome de família, capital de educação para acessar esses postos. Não sou pessimista. Acho que o Brasil está mudando, há um conflito de forças políticas, quando, anteriormente, só havia um conflito intra-elites, e cada uma fazia um partido político para si. Inclusive essa permissividade para formar partidos políticos no Brasil é para acomodar as vendetas de família. Essa situação é interessante, Brasil afora. Hoje o conflito interelites, um conflito real, está se estruturando, e somente a partir dessa estruturação teremos algum tipo de repercussão no Estado brasileiro, porque são gestões cotidianas de poder para beneficiar este ou aquele.

Para terminar, gostaria de dizer que o projeto varguista de desenvolver o País para que este deixasse de ser uma economia agro-exportadora deu certo. Não deu certo no plano socio-redistributivo.

Portanto, o choque interelites se dá e se dará nesse campo, e esse é o campo das políticas públicas e das políticas sociais.

Avaliação de Políticas Públicas: Tradições e Vícios

Paulo Calmon

Doutor do Departamento de Ciência Política da UnB

Uma questão bastante importante que gostaria de enfatizar é a questão do poder. Para nós, que trabalhamos com Ciência Política, dentro das dimensões das políticas públicas, a questão do poder é uma das que mais nos interessa. E tenho certeza que não é diferente para vocês, da área de Psicologia. São as manifestações de poder e a maneira como ele se estrutura que, de certa forma, facilitam, viabilizam e moldam os processos subjacentes da concepção, implementação e avaliação das políticas públicas. Mas, ao mesmo tempo, as políticas públicas são, em si, instrumentos de poder, instrumentos do exercício desse poder. Então, elas refletem e também geram, reproduzem, modificam a estrutura de poder vigente. Políticas públicas têm essa natureza política subjacente, extremamente importante.

A compreensão dessa dinâmica do poder é fundamental. Quando falamos em poder, sempre lembramos de Weber, mas tenho um vício de formação de economista que me remete a um debate bastante interessante do John Kennedy Galbraith, em um livro elucidador denominado *Anatomia do Poder*. Ele participa dessa discussão, também feita por outros cientistas, na tentativa de examinar e classificar as formas de manifestação do poder. Ele discorre sobre uma tipologia de poder que denomina poder condigno, poder compensatório e poder condicionado.

O poder condigno é uma tradução muito malfeita do poder coercitivo, em que a aquiescência do outro em relação a cumprir e obedecer à sua capacidade de impor suas preferências sobre terceiros, em uma definição clássica, tradicional, de poder, é imposta através da força, da personalidade, da coerção, da sua capacidade de dominar e punir a outra pessoa.

O poder compensatório, como o nome o diz, atribui relações de poder à riqueza e à propriedade. No caso brasileiro, especialmente à propriedade, mas também à riqueza, e é justamente na sua capacidade de punir monetariamente, pecuniariamente, ou mediante recompensa que se dá o exercício do poder.

Há também o poder condicionado, que é aquele mais sutil. É o poder exercido de maneira menos perceptível, em que a pessoa obedece, segue determinadas regras sem estar cônica de que isso está sendo arquitetado, imposto; percebe as preferências de outro como suas próprias preferências. Esse exercício de poder é muito comum nas políticas públicas. Ele condiciona a formação dessas políticas e é instrumental na medida em que as políticas públicas concebem instrumentos que fazem uso do poder coercitivo, do poder compensatório e do poder condigno. No entanto, isso nem sempre aparece de maneira clara e objetiva. E não existe o exercício de poder “puro-sangue”. É sempre o exercício do poder “vira-lata” que combina essas três formas de uma maneira ou de outra e dá ênfase maior a um ou outro aspecto. Então, de certa maneira, o que vemos é essa conexão intrínseca, entre poder e políticas públicas e a percepção de que a avaliação de políticas públicas não pode ser pensada, concebida e implementada ignorando essa interação muito forte, intrínseca com o poder e com a estrutura política.

Quem são os atores que exercem esse poder?

Pessoas, personalidades exercem poder, mas o poder também é exercido por organizações. Hoje, na dimensão contemporânea de exercício de poder, é cada vez maior o poder da organização. No caso brasileiro, as pessoas ainda têm muito poder, mas as organizações também têm poder. A pergunta é quem participa, e como, desses processos de construção e de implementação desses instrumentos de poder e dessas atividades relacionadas às políticas públicas. Do ponto de vista conceitual e teórico, paralelas a essa trajetória política e histórica brasileira, há também diferentes concepções e teorias e tentativas de vislumbrar e conceitualizar esse aspecto da participação. Temos um grupo de pessoas que pensam, dentro de uma perspectiva mais pluralista, que as políticas públicas são fruto efetivo da interação de um grande conjunto de atores; elas têm a percepção de que as políticas públicas são resultado de um grande grupo de pessoas que participa de diferentes arenas decisórias, que essas arenas decisórias têm, de certa forma, múltiplas portas de entrada, e que essas arenas decisórias permitem, de certa maneira, que não haja a preponderância de uma certa estrutura de poder em todas as áreas, que é uma leitura que reproduz, para uma geração de políticas públicas, a visão de que há um mercado político e um mercado regulado pelas eleições, que, de certa maneira, controlaria e regularia as políticas públicas. Essa visão é tremendamente otimista em relação ao que sejam as democracias contemporâneas, e, embora tenha uma certa relevância do ponto de vista conceitual e histórico, na verdade, foi rapidamente abandonada, principalmente por aqueles que estudam sistematicamente as políticas públicas, que tendem a ver exatamente o oposto. Ao invés de termos uma democracia plural, teríamos uma sociedade na qual o poder estaria concentrado

em torno de determinadas elites, que seriam relativamente homogêneas, convergiram relativamente nas suas opiniões, nas suas posturas, nas suas preferências em relação às políticas públicas, e que essas elites se manifestariam no âmbito das políticas públicas no que se costuma chamar os “triângulos de ferro”, que é uma tríade formada por congressistas, burocratas e determinados grupos de interesse específico na sociedade, normalmente associados ao poder compensatório, à riqueza e à propriedade. Então, esses “triângulos de ferro” é que dominariam a formação das políticas monetária, fiscal, educacional e de saúde, interesses esses verificáveis, factíveis de serem identificados.

A questão é que, em tese, é muito bom, mas, quando se começa a operacionalizar e mencionar esses interesses, a situação se complica. Não temos um detector de poder que possa identificar quantos graus de poder cada pessoa possui, ou então um teste de atitudes de poder que possa ser aplicado para se criar uma escala de poder. Não há isso.

Então, como se mede, se mensura, se diagnostica o poder e a composição exata desses grupos?

Posso tentar examinar as posições que os indivíduos vão ocupando ao longo do tempo e verificar esses círculos de poder, a “dança de cadeiras”, a ocupação de cargos de confiança, e buscar identificar uma estrutura de poder em torno do que chamamos técnica posicional de identificação das elites. Porém, há problemas, porque, muitas vezes, há uma pessoa que ocupa um cargo de confiança, mas não manda nada, não representa a si mesmo; está lá representando o outro, alguém que a indicou, um grupo, uma pessoa, um deputado, um senador. É problemático.

Então, partimos para a alternativa: investigar poder a partir da reputação, perguntar quais são as pessoas

mais influentes do local, do setor, e, para essas pessoas indicadas com mais influência, perguntar novamente quais são as mais influentes, e assim sucessivamente, o que convergirá para um determinado número de pessoas e identificará essa elite. Mas também temos problemas, porque esse método reputacional é muito fundado na opinião que as pessoas têm, que está sujeita também ao poder condicionado. A pessoa pode ser julgada poderosa porque aparece muito na mídia, mas, na hora da decisão firme, pode não ser a poderosa. É o mais visível, o mais carismático, o mais simpático, mas, não necessariamente, é o mais poderoso.

Depois disso, partimos para o método decisional para ver quem toma as decisões importantes, entrevistando os atores, falando com as pessoas, examinando os documentos, realizando uma pesquisa mais profunda. Mesmo dessa forma, surgem grandes dúvidas: até quando realmente essas decisões são representativas, até quando é possível reconstruir tudo, até onde a situação se encontra evidenciada, pois o poder, muitas vezes, é exercido de maneira informal, e esses mecanismos não surgem de maneira clara e evidente. Precisariamos ter todo um tratamento cuidadoso, ao longo de muito tempo, para entender exatamente o que pensam políticos e burocratas, e é ambicioso demais quereremos compreender essas relações.

A verdade é que a questão do poder é extremamente problemática nas políticas públicas, não pela sua natureza conceitual, pelo reconhecimento de sua importância, mas pela dificuldade de estudar de maneira concreta, dentro de uma organização, de do microuniverso de uma sociedade, o que é esse poder, como é exercido e como pode ser mensurado. Não desistimos, não, mas temos que confessar que é uma categoria extremamente problemática. E funda-

mental. Assim como a Física, a Química, a Psicologia, a Ciência Política também tem vários problemas que ainda não sabe como resolver, dentre eles essa questão do poder, que é muito importante.

Voltando à questão das elites, o estudo dos triângulos de ferro demonstra uma crítica, porque esse estudo pressupõe uma configuração homogênea e relativamente estática em relação ao exercício do poder nas políticas públicas. A experiência recente, especialmente nos Estados contemporâneos, demonstra que os triângulos de ferro têm idiossincrasias. Uma das idiossincrasias parece ser o seguinte: quando um determinado assunto surge na pauta do Governo, normalmente aparece com cara de triângulo de ferro, mas, com o passar do tempo, esse triângulo de ferro vai se estendendo, vão se formando comunidades políticas em torno de determinados assuntos. Por exemplo, a área ambiental no Brasil. Nas décadas de 1970, 1980, havia política ambiental, mas o assunto foi sendo gradativamente estendido para outros grupos. A Rio 92 foi muito importante. Hoje se percebe que os problemas ambientais não são apenas nacionais, mas transnacionais. O mundo inteiro está ligado nessa questão, há uma enorme quantidade de organizações não governamentais envolvidas no assunto, monitorando, acompanhando, influenciando; o assunto aparece no Congresso e reverbera com diferentes configurações político-partidárias. Então, foi se formando uma comunidade política em torno do assunto.

Começamos a perceber uma certa assimetria, uma configuração heterogênea em relação aos diferentes grupos e assuntos de políticas públicas, daí vem o sentimento de que nós temos, na verdade, um conjunto de redes atuando em torno de diferentes assuntos de políticas públicas. Essas redes são mais

ou menos abertas, incluem um número maior ou menor de atores, e esses atores interagem de maneira relativamente distinta ao longo dessas redes; não são necessariamente os mesmos atores, mas são como os subsistemas digestivo, respiratório, nervoso, que existem dentro do Governo, e têm funções e configurações distintas. E dinâmicas distintas. Em alguns assuntos, são verdadeiros triângulos de ferro. Por exemplo, TV digital. Quem está discutindo o assunto não é o Congresso Nacional. Não conheço ONG alguma trabalhando pela TV digital. Há pouca atuação do *Fórum Nacional de Democratização das Comunicações*. Vamos discutir distribuição de terra, reforma agrária? É outro departamento. Vamos discutir direitos das crianças? É outro departamento.

Então, o que podemos pensar hoje? Como estamos vendo o Estado hoje? Estamos vendo o Estado hoje como um conjunto de subsistemas formado por um número variável de atores. Esses subsistemas estabelecem diferentes relacionamentos entre Estado e sociedade. Alguns são extremamente permeáveis, e outros, extremamente fechados. Vários desses subsistemas têm atores com poder de veto. Um desses atores que exerce poder de veto em quase todas as arenas é a Secretaria do Tesouro Nacional. Não tem política pública ou programa governamental que vá criar despesas que não estejam sujeitas à aquiescência do Ministério da Fazenda. É uma idiosincrasia do Estado brasileiro.

Outra idiosincrasia do Estado brasileiro é a perda de poder do Legislativo e o crescimento rápido da judicialização das políticas públicas, quer dizer, o “new kid on the block” é o Judiciário, que agora começa a querer fazer políticas públicas. E já está fazendo. E nossos advogados e juristas, cada vez mais, participam ativamente de decisões relativas às políticas pú-

blicas. Então, estamos falando de redes que envolvem a Presidência da República, os ministérios, o Legislativo, o Judiciário, as ONGs, a mídia, os governadores, os prefeitos, os organismos internacionais de diferentes matrizes, e que têm configurações diferentes conforme o subsistema. A tribo da educação é diferente da tribo da saúde; a tribo da justiça é diferente da tribo da defesa e segurança.

Fizemos um estudo, na UnB, da política nacional de combate à droga, e percebemos, ali, a existência de três grandes coalizões dentro do Governo, respaldadas por Deputados, Senadores, e com interfaces em organismos nacionais, internacionais, e com a simpatia de diferentes segmentos na mídia. Uma é formada, basicamente, pelos profissionais do Ministério da Saúde, que viam as drogas como um problema epidemiológico, que deveria ser tratado dentro dos princípios epidemiológicos. Esse grupo se articulou, construiu posturas, posições, propostas, fez reuniões e fóruns para influenciar a construção da política.

Outra coalizão importante estava no Ministério da Justiça, na Secretaria Nacional de Combate às Drogas. Para eles, o problema do tráfico de drogas era visto como um problema criminal, e não epidemiológico. Portanto, as receitas, os diagnósticos, os olhares e as propostas eram guiadas por essa crença, por esses valores, por essa identidade.

O terceiro grupo era o da Secretaria Institucional de Segurança da Presidência da República, que percebia a questão das drogas como um problema geopolítico e que, evidentemente, teve muita afinidade com o grupo do Ministério da Justiça. Mas havia um olhar diferente. A preocupação era com as questões relacionadas às fronteiras, à lavagem de dinheiro, às interfaces com movimentos guerrilheiros e temas correlatos.

“E o que é a Política Nacional de combate às Drogas?” “Ah, depende da vontade política do Presidente, da decisão que o Presidente toma”.

Na verdade, é uma construção social, política, do choque entre esses atores, muitos deles pertencentes a esses subsistemas diferentes, com valores, mecanismos de coordenação, de comunicação, de cooperação, tradições, discursos, olhares distintos, e da disputa entre os três é que surgiram as políticas públicas.

Toda essa questão tem muito a ver com a avaliação das políticas públicas, porque, quando vamos avaliar um programa, podem ser avaliados processo, resultado, insumos, atividades, produtos, impacto; posso avaliar de acordo com determinados critérios. Existem bons instrumentos de avaliação, e vocês, da Psicologia, têm excelentes instrumentos de avaliação: psicometria, tratamento estatístico, tratamento qualitativo dos dados, bons instrumentos de coleta de informação; há toda uma tradição. Na verdade, a história da avaliação está conectada ao esforço de duas grandes comunidades: a comunidade da educação e a comunidade da Psicologia.

A avaliação de políticas públicas não pode esquecer a área política, organizacional, a existência desses grupos, desses subsistemas.

Avaliação: uma definição

1. Determinar o valor ou o mérito de algo.
2. Análise sistemática das operações e/ou dos resultados de um programa, com base em um conjunto de padrões explícitos ou implícitos, como meio de contribuir para o aperfeiçoamento desse programa.

Implicações da definição

Análise sistemática das operações e/ou dos resultados de um programa (ou política), com base em um

conjunto de padrões explícitos ou implícitos, como meio de contribuir para o aperfeiçoamento desse programa (ou política).

Não é puro conhecimento. É conhecimento com um propósito claro. O conhecimento é gerado para ser utilizado, absorvido.

O problema da avaliação é essa questão dos padrões implícitos ou implícitos. Quem define esses padrões? Quem diz que um programa é bom ou ruim? Baseado em quê? Como se toma essa decisão?

No processo decisório, não somente o de construir essa decisão, mas o de definir seus parâmetros de julgamento de que um programa tenha valor, ou mérito, ou não, entra uma questão interessante. Temos o processo de coleta e análise de informações, que é a fase de selecionar quais são as variáveis, saber como coletar e analisar essas variáveis. Esse processo é de pesquisa, e tem que obedecer a padrões aceitos pela nossa comunidade. Nós, cientistas sociais da área de ciências humanas, temos determinados padrões de qualidade, seja na coleta e análise de métodos quantitativos, seja na coleta e análise de métodos qualitativos. O foco é operações e resultados. Quanto à questão dos padrões, temos que entender que eles são, quase sempre, construídos, e o propósito de contribuir para o aperfeiçoamento é também uma construção social.

Então, temos que entender que subsistema é esse que estamos avaliando, como o programa que estamos avaliando se insere dentro desse subsistema, quais são os grupos, os valores, as tradições, o que é aceito e como isso influencia a definição de valor ou mérito, os padrões explícitos ou implícitos, e como esse conhecimento que será gerado pode contribuir para o aperfeiçoamento do programa. Esse é, fundamentalmente, o propósito informacional da avaliação.

Que valores, princípios, objetivos estamos buscando?

Propósitos e usos da avaliação

Propósito: determinar o valor ou mérito de algo.

Usos:

1. Auxiliar na decisão sobre implementação ou não de programas;
2. Contribuir para melhor funcionamento das organizações e dos programas ao indicar fragilidades e potencialidades em algumas de suas atividades;
3. Monitorar e responsabilizar organizações e programas responsáveis pela formulação e implementação de programas;
4. Gerar conhecimento sobre a sociedade e a dinâmica dos programas e políticas públicas.

Propósito 1: Atribuir valor ou mérito

O objetivo de atribuir valor ou mérito é bastante importante. Há diferença entre os dois:

- Mérito: a qualidade do programa em termos de performance.

- Valor: a contribuição que o programa traz para a promoção do desenvolvimento social (redução das necessidades humanas).

Um programa para reduzir a disseminação do HIV-AIDS pode ter valor e não ter mérito. Pode ser extremamente importante do ponto de vista das necessidades humanas e ser implementado de maneira a desperdiçar recursos se focalizar equivocadamente os grupos que deveriam ser contemplados. Então, são dois aspectos diferentes. O foco não pode ser só em valor ou só em mérito. O ideal é que haja essa combinação.

Propósito 2: Aperfeiçoamento da política, programa ou organização

- Avaliações, que podem ser de cunho formativo, com ênfase em processos, são tipicamente voltadas

para o aperfeiçoamento do programa (política). Temos que ter em mente que as avaliações também podem ter componente somativo. No processo de implantação do *Programa Bolsa Família*, por exemplo, a preocupação inicial é formativa. Não há clareza sobre o impacto do Programa. Com o passar do tempo, a ênfase passa a ser somativa. Todos os aperfeiçoamentos que poderiam ser feitos foram realizados. Então a avaliação passa a tomar outro aspecto: o Programa está reduzindo a pobreza, melhorando a distribuição de renda?

Propósito 3: Acompanhar e analisar as atividades realizadas

Foco em perceber até que ponto o programa atinge determinados padrões ou expectativas claramente definidos.

A definição desses padrões ou expectativas pode ser explicitadas no estatuto legal que cria o programa, nas metas de um plano ou serem definidas de maneira mais geral pela população, pelo Legislativo.

Exemplo típico é a análise feita pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público e pelo Plano Plurianual, que procura verificar se o programa cumpre certos padrões legais ou padrões de desempenho. Esses padrões são “exógenos” e fixados pelos *stakeholders*, principalmente os financiadores ou os que decidem manter ou não o programa.

Grande parte das avaliações, no Brasil, são realizadas com um foco muito maior em monitoramento de programas do que para atribuir valor ou mérito com o intuito de promover o aperfeiçoamento do programa. O Brasil não possui uma cultura avaliativa. A avaliação de programas governamentais não faz parte de nossas tradições. De 1964 a 1984, no regime militar, planejava-se muito, mas avaliava-se pouco. Na

verdade, o Brasil tem uma ampla tradição de planejamento. Isso é muito curioso e meio esquizofrênico. São muitos especialistas em planejamento e muitas formas de planejar, mas planejamento sem avaliação acaba perdendo o sentido. Se tivéssemos metade da tradição, dos instrumentos, das práticas e dos exercícios de planejamento dedicados à avaliação, seria muito mais proveitoso. A ausência dessa cultura avaliativa faz com que a avaliação seja entendida de diferentes maneiras. Há pessoas que pensam estar fazendo avaliação e estão, na realidade, executando um monitoramento limitado.

Dizer que, como no Brasil não existe uma cultura avaliativa, não há, então, sistemas avaliativos, é um erro. O País tem excelentes subsistemas avaliativos, reconhecidos e avançados em termos mundiais e que funcionam muito bem. O problema é que eles funcionam em um âmbito de subsistemas específicos de políticas públicas e são sustentados por esses sub-sistemas. Por exemplo, a avaliação da pós-graduação feita pela CAPES. Há cerca de 15 anos usam esse sistema, que é muito bom. É uma avaliação que tem problemas, mas tem algumas virtudes, e realmente gera informações úteis, produzidas por uma comunidade, é relativamente participativa, sinaliza, com certa clareza, para onde os programas devem ir, o que devem buscar. Não estou dizendo que seja ou não certo, mas a avaliação influencia muitas reuniões de colegiado, muitos professores deixam ou passam a ser orientadores, muitas contratações de professores começam em função desse sistema avaliativo. Então, ele realmente tem impacto, é eficiente. O INEP tem uma porção de sistemas avaliativos interessantes na área educacional. A área de saúde pública tem também uma série de sistemas avaliativos importantes. Então, existem alguns sistemas sendo desenvolvidos,

mas o grande problema é que esses subsistemas avaliativos influenciam muito pouco o planejamento e a definição das ações governamentais. Acabam sendo limitados a impactos limitados a essas comunidades específicas, e não inspiram a interação.

A outra prática importante de avaliação que surge aqui, especialmente em termos de políticas sociais, é o fato de que, cada vez mais, estas são financiadas por organismos internacionais, que impõem a prática da avaliação. Por exemplo, as estruturas dos programas governamentais AIDS 2, AIDS 3 e PROFEN ganharam grande versatilidade e flexibilidade porque, dentro da rede de políticas públicas em que eles se inserem, a participação de organismos internacionais e o envolvimento de uma determinada comunidade criaram esse espaço. A disciplina de monitoramento e de avaliação criou a prática do aprendizado. Esses programas puderam evoluir porque possuíam mecanismos contínuos de aprendizagem: relatórios, fóruns, práticas avaliativas e correção de erros, o que possibilitou a construção de uma trajetória mais consistente. Isso não aconteceu com o Programa Saúde da Família. Ele é mantido, fundamentalmente, por recursos do Tesouro Nacional, e esses mecanismos de aprendizagem são muito mais custosos. Esse Programa talvez seja o mais importante, com o potencial de fazer uma revolução social no Brasil, o que grande parte dos analistas ainda não percebeu. O Saúde da Família já atende 75 milhões de pessoas, e ainda não chegou nas grandes cidades. Creio que os psicólogos têm um papel fundamental nessa área, em diferentes componentes, o que já está ocorrendo em determinadas áreas, mas, no início, faltou uma estratégia avaliativa, que está sendo implementada agora. O Banco Mundial reconheceu que o Programa é fundamental nessa área, e liberou U\$ 500 milhões. Foi necessário

utilizar o estudo de um epidemiologista da Universidade de Nova Iorque, em um artigo publicado no final do ano passado, em que ele demonstrou que o primeiro fator na redução da mortalidade infantil é alfabetizar a mãe. O segundo fator de impacto da mortalidade infantil, demonstrado por esse estudo, é o Município ter o *Programa Saúde da Família*, com os agentes batendo à porta das casas e verificando quais as condições das crianças. E ele mensurou tudo isso.

Para que dizer isso? Para mostrar a vocês que temos essas iniciativas sobre avaliações de políticas públicas, algumas delas de grande êxito, algumas que refletem tradições e culturas de diferentes subsistemas, outras decorrentes de imposições de organismos financiadores, mas, infelizmente, nenhuma delas que surja do Congresso Nacional ou de uma rotina interna do ministério. É como se a própria sociedade ou as próprias redes criassem esse mecanismo de avaliação e, em consequência, esse mecanismo de aprendizagem.

E insisto com vocês. Avaliação não é apenas atribuir valor ou mérito. Avaliação é atribuir valor ou mérito com o propósito de superar os problemas e aperfeiçoar o programa. O nosso objetivo é, fundamentalmente, fazer um governo que aprende; a famosa lápide do dinossauro; “Foi grande, foi poderoso, mas não soube evoluir”, é a lápide dos governos contemporâneos. Evoluir está relacionado com aprendizado, e aprendizado está relacionado com aquilo que percebemos ser o fundamento do desenvolvimento. O que é desenvolvimento, hoje? Desenvolvimento já foi crescimento econômico, desenvolvimento de recursos humanos, a existência de instituições políticas importantes. Ao longo da história, tivemos diferentes compreensões de desenvolvimento. Hoje desenvolvimento está associado a desenvolvimento de capacidades. Um país

é desenvolvido na medida em que possui capacidade para diagnosticar seus problemas, para propor soluções para esses problemas e para implementar essas soluções. É o exemplo de sucesso dos países asiáticos.

O grande problema é o da aprendizagem. Em uma democracia bem organizada, espera-se que o Congresso Nacional tenha a função de controle das ações do Governo, mas nosso Congresso Nacional não desempenha essa função. Gostaríamos que o sistema eleitoral fosse capaz de diagnosticar e perceber aqueles deputados, senadores, presidentes e governadores que têm um desempenho positivo e aqueles que não têm um desempenho satisfatório, e punisse ou recompensasse esses indivíduos. No entanto, isso também não ocorre porque o sistema político tem idiossincrasias que blindam a função de controle.

Então, como gerar capacidades, como gerar um governo que aprende? De onde vem essa análise sistemática? De onde vem o *feedback*? Quem promoverá a avaliação? Será que sempre dependeremos de organizações internacionais que impõem práticas avaliativas aos programas que financiam? Será que dependeremos de determinadas comunidades específicas, de subsistemas específicos que se auto-impõem esse valor avaliativo? Que papel a sociedade civil organizada pode ter no sentido de promover esse processo de aprendizagem do Governo? A capacitação de compreensão da sociedade sobre essas questões são desafios que se colocam.

A qualidade técnica da análise deve ser respeitada em todos os aspectos, porque senão se perde a credibilidade. Combinar técnica, política e uma percepção adequada da dinâmica do Estado é, basicamente, a pauta daqueles que querem desenvolver essa reflexão. O caminho da busca da formação é bastante importante. Há uma comunidade de indivíduos fazendo

avaliação no Brasil. Entender esses estudos, verificar que tipo de contribuições a comunidade dos psicólogos poderia dar nessas áreas, nesses aspectos, nesse debate, é bastante interessante. Então, esse levantamento é importante.

Outra questão importante é a da base de dados que o Governo tem produzido acerca de suas políticas. O papel do psicólogo é fundamental nessa discussão, porque ele verifica uma série de variáveis e dá uma sofisticação metodológica, principalmente experimental, que pode trazer uma contribuição importante para a formulação e construção de boas bases de dados sobre os programas. Há uma série de testes, exames e bases de dados do *Bolsa Família*, do PróUni, do CIAB, no INEP, programas educacionais, de saúde, de assistência, em que variáveis de âmbito da Psicologia, das atitudes, dos valores, das identidades, dos princípios não são contemplados. Então, do ponto de vista das bases de dados, das estratégias metodológicas, do debate substancial e em termos de critérios, valores, mas também do ponto de vista da compreensão dos aspectos organizacionais e políticos, da identidade, das tradições, da cultura, dos conflitos, das idiossincrasias do processo decisório, dentro desses subsistemas e no conflito entre esses subsistemas, a Psicologia tem participação fundamental. Quão bom seria ver a análise de um grupo de psicólogos sobre esse embate entre as três coalizões da *Política Nacional de Combate às Drogas*: os epidemiologistas, o pessoal da Polícia Federal e o da Segurança Institucional. Seria uma leitura diferente e muito importante. Então, a compreensão da dinâmica organizacional e do processo decisório é fundamental. E a questão do processo decisório é central no âmbito da avaliação das políticas públicas.

Muito obrigado.

Conselho Federal de Psicologia
SRTVN 702 - Ed. Brasília Rádio Center - sala 4024-A
CEP 70.719-900
Fone: (61) 2109-0100
Fax: (61) 2109-0150
e-mail: contato@pol.org.br
home page: www.pol.org.br

